

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS
MESTRADO**

**Aspectos sobre a reprodução socioeconômica
das unidades familiares rurais atingidas pela
Usina Hidrelétrica Quebra Queixo**

Elaine Regina Baggio

Florianópolis, julho de 2003.

**Aspectos sobre a reprodução socioeconômica
das unidades familiares rurais atingidas pela
Usina Hidrelétrica Quebra Queixo**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de *Mestre em Agroecossistemas*.

Apresentada por

ELAINE REGINA BAGGIO*

Florianópolis, Julho de 2003

- Engenheira Agrônoma

Baggio, Elaine Regina

Aspectos sobre a reprodução socioeconômica das unidades familiares rurais atingidas pela Usina Hidrelétrica Quebra Queixo./ Elaine Regina Baggio. – 2003.

f. 117 ; tabs.

Orientador: Jucinei José Comin

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Referências: f. 100 –106

1. Reprodução socioeconômica – Teses. 2. Unidade familiar rural – Teses. 3. Usina Hidrelétrica Quebra Queixo - Teses, I. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS - MESTRADO
FLORIANÓPOLIS, SC – BRASIL**

DISSERTAÇÃO

Submetida por *Elaine Regina Baggio*
como requisito parcial para obtenção do Grau de

MESTRE EM AGROECOSSISTEMAS

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Schmitd
CCA/ UFSC

Prof.^a Dra. Neusa Maria Bloemer
UNIVALI – UFSC

Prof. Dr. Luiz Carlos Pittol Martini
CCA/ UFSC

Prof. Dr. Paulo Emílio Lovato
CCA/ UFSC

Aprovada em: 29/07/2003

Prof. Dr. Jucinei José Comin
Orientador – CCA/ UFSC

Prof.^a Dra. Maria José Reis
Co-orientadora – CFH/ UFSC

Prof. Dr. Luís Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PPGAGR

Dedico

*Ao meu filho **Pedro Henrique**
com muito amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho estive em contato com muitas pessoas que, possibilitaram-me a elaboração desta dissertação. Enumerar a todas elas é uma tarefa um pouco impossível, mas, deixo registrado o agradecimento a quem, de uma forma ou de outra, compartilhou comigo esta experiência. E de forma especial agradeço:

Às famílias atingidas pela UHE Quebra Queixo, que me receberam em suas casas e suas propriedades onde passamos horas conversando, pela hospitalidade e contribuição significativa, tornando possível o dissertar sobre o tema.

Aos diversos profissionais, empresas e instituições que disponibilizaram informações essenciais à realização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, pela convivência de amizade e alegria, pelo carinho e cumplicidade nas incertezas.

Aos professores do curso pela oportunidade de compartilhar o conhecimento e contribuir para o meu crescimento intelectual.

Meu agradecimento especial: à Prof^a Co-orientadora Maria José Reis, por abrir as portas da sua casa e do seu conhecimento... pela contribuição na discussão do trabalho e por motivar-me com a sua paixão e respeito pela luta dos agricultores atingidos por barragens; Ao Prof. Orientador – Jucinei José Comin, pela tolerância e apoio na construção do trabalho, pelas palavras ‘confortantes’ nos momentos de lágrimas e angústia. Também pela oportunidade de construção de uma amizade.

Aos Professores Uberti e Martini, pela discussão e contribuição na construção da proposta.

A toda minha família, em especial ao meu filho Pedro Henrique, que soube disfarçar as lágrimas a cada separação; aos meus pais que sempre me deram apoio e incentivo não medindo esforços para que eu pudesse concluir mais esta etapa em minha caminhada; às minhas irmãs Stela e Neide pelo apoio irrestrito em todos os meus momentos de crescimento. À Stela agradeço ainda pela hospedagem e pelos momentos de nervosismo e descontração que passamos juntas; à minha cunhada Maria Aparecida pelo apoio ao cuidar de meu filho, e ao meu companheiro Marinho, que soube compreender os momentos de ausência.

Finalmente, agradeço a Deus, simplesmente pela vida.

SUMÁRIO

Lista de Siglas	i
Lista de Figuras	iii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Anexos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução	1
1 – Objetivos	6
2 – Encaminhamento da pesquisa	6
Capítulo I – Detalhando o contexto e a problemática da pesquisa	12
1.1. – O setor elétrico brasileiro	12
1.2. – A produção de energia na bacia do rio Uruguai	20
1.3. – O anúncio das obras e a rejeição ao plano de implantação das hidrelétricas	23
Capítulo II – A Usina Hidrelétrica Quebra Queixo: Caracterização das áreas, da população rural atingida e da Proposta de Remanejamento	26
2.1. – Caracterização geral da área de influência da UHE Quebra Queixo	27
2.1.1. – Caracterização socioeconômica da região “indiretamente atingida”	29
2.1.2. – Caracterização geral dos municípios “diretamente atingidos”	31
2.1.3. – Caracterização das unidades familiares de produção “diretamente atingidas” pelo empreendimento	35
2.2. – Caracterização da proposta de remanejamento	40
Capítulo III – Diagnósticos e reivindicações sobre efeitos e suas compensações na perspectiva de diferentes atores sociais	47
3.1. – Diferentes versões sobre os efeitos	47
3.2. – Diferentes versões sobre compensações	53

Capítulo IV – A reação dos agricultores diante de uma nova realidade e a retomada do processo produtivo.....	61
4.1. – O acesso diferenciado às informações e às compensações financeiras	61
4.2. – A atuação da Associação dos Atingidos	64
4.3. – Possibilidades de remanejamento e razões para a tomada de decisões	69
4.3.1. – Os proprietários.....	70
4.3.2. – Os não proprietários.....	75
4.4. – O deslocamento compulsório e as dificuldades para e a retomada do processo produtivo.....	78
4.5. – O que o dinheiro não paga	87
4.6. – Ter ou não ter direitos: os agricultores “índiretamente atingidos”	88
Considerações finais	93
Referências	100
Anexos.....	107

LISTA DE SIGLAS

ABRABE – Associação Brasileira dos Atingidos por Barragens e Elérodutos

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ASABSI – Associação dos Atingidos pela Barragem do Quebra Queixo nos Municípios de São Domingos e Ipuauçu

CEC – Companhia Energética de Chapecó

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CMB – Comissão Mundial de Barragens

CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional dos Atingido por Barragens

DNAE – Departamento de Águas e energia Elétrica

DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A.

ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil

ENERSUL – Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ETS – Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda.

FAPES – Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

FT – Força de Trabalho

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
ISS – Imposto Sobre Serviço
LO – Licença de Operação
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE – Mercado Atacadista de Eletricidade
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense
MEB – Modelo Energético Brasileiro
MJT – Movimento Justiça e Terra
MME – Ministério de Minas e Energia
OIS – Operador Independente de Sistema
ONG – Organização Não Governamental
ONS – Operados Nacional de Sistema
PBA – Projeto Básico Ambiental
PR – Paraná
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Bacia hidrográfica do Rio Uruguai – Estudo do Inventário Hidroenergético...22

Figura 02 – Localização dos municípios de Ipuçu e São Domingos30

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Área das propriedades atingidas pela UHE Quebra Queixo	29
Tabela 02 – Distribuição da População dos municípios de Ipuçu e São Domingos	32
Tabela 03 – Principais culturas agrícolas, áreas de plantio e produtividade nos municípios de Ipuçu e São Domingos em 2000	33
Tabela 04 – Produção Pecuária desenvolvida nos municípios de São Domingos e Ipuçu .	34
Tabela 05 – Ocupação de terras nos municípios de Ipuçu e São Domingos.....	34
Tabela 06 – Principais atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas atingidas pela UHE Quebra Queixo	36
Tabela 07 – Principais atividades pecuárias desenvolvidas nas unidades produtivas atingidas pela UHE Quebra Queixo.....	37
Tabela 08 – Principais práticas agrícolas desenvolvidas nas áreas atingidas pela UHE Quebra Queixo	37
Tabela 09 – Produtos beneficiados na propriedade e número de famílias que produzem....	38
Tabela 10 – Determinação da área do beneficiário.....	44
Tabela 11 – Força de trabalho por faixa etária.....	115
Tabela 12 – Determinação do tamanho do lote para reassentamento coletivo	115
Tabela 13 – Classes de aptidão agrícola	116
Tabela 14 – Calculo do valor da prestação paga pelos beneficiários	117

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de campo.....	107
Anexo II – Questionários aplicados na entrevista de campo	109
Anexo III – Determinação da Força de Trabalho	115
Anexo IV – Determinação do Tamanho do Lote para reassentamento coletivo.....	115
Anexo V – Cálculo do Valor da Prestação	117

RESUMO

Historicamente, no Brasil, as políticas destinadas à produção de hidroeletricidade têm causado efeitos sobre a população rural, agravando a atual crise em que a agricultura familiar está passando. Isto contribuiu para elevar os índices de êxodo e compromete a reprodução socioeconômica das unidades familiares rurais. Neste contexto, foi implantada a UHE Quebra Queixo na divisa dos municípios de São Domingos e Ipuacu, Oeste de Santa Catarina, provocando o deslocamento compulsório de aproximadamente 90 famílias e destruindo áreas agricultáveis. O objetivo deste trabalho foi investigar de que modo o referido empreendimento interferiu nas condições de sobrevivência dessas unidades familiares atingidas, sobretudo em relação a sua reprodução social de ciclo curto, destacando a metodologia, os critérios aplicados pelos empreendedores e as implicações deles decorrentes, averiguando as expectativas e as reações dos agricultores, especialmente sobre o modo de vida e as condições econômicas. A metodologia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, com a coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas e questionários simples, abordando aspectos qualitativos e quantitativos. Destacam-se como resultados as contradições entre o propor e o aplicar, e embora seja possível considerar que a metodologia utilizada pelos empreendedores para remanejar a população possibilitou, através do acesso à terra na condição de proprietário pela modalidade carta de crédito, que algumas unidades familiares permanecessem na atividade agrícola, verifica-se que essa metodologia interferiu na retomada do processo produtivo e conseqüentemente na reprodução social de ciclo curto de parte dos agricultores atingidos. Observou-se a reprodução de práticas já utilizadas pelas empresas do setor elétrico, como a desinformação e a negociação individual e em menor intensidade a perspectiva territorial patrimonialista, deixando no esquecimento algumas das conquistas já obtidas em outros empreendimentos. Incoerências da Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento, puderam ser evidenciadas, através da priorização de apenas duas modalidades de remanejamento, nas disparidades dos valores das indenizações e nos critérios para a liberação de verba de manutenção. Ressalta-se, também, dificuldades de caráter subjetivo e de difícil quantificação, como o deslocamento desestruturado das unidades familiares e o rompimento de laços comunitários, que as indenizações financeiras não são suficientes para compensar. Um agravante neste quadro, foi a falta de um intermediário preparado para defender os interesses dos agricultores, visto que a forma de organização implementada, através da Associação dos Atingidos pela Barragem do Quebra Queixo, serviu, em grande medida, para legitimar a proposta de remanejamento.

ABSTRACT

Historically, in Brazil, the policies directed toward the production of hydroelectricity have had effects on the rural population, worsening the present crisis that family farming is going through. This contributes to the increasing rural exodus and damages the socioeconomic reproduction of rural family units. In this context, the Quebra Queixo Hydroelectric Power Station was installed at the border between São Domingos and Ipuauçú municipalities, in the west of Santa Catarina, causing the compulsory displacement of around 90 families and destroying farmable areas. The objective of this study was to investigate how the above mentioned installation interfered with the survival conditions of these affected family units, mainly in relation to their short cycle of social reproduction, highlighting the methodology, the criteria applied by the investors and the resulting implications, verifying the expectations and the farmers' reactions, especially regarding lifestyle and economic conditions. The research methodology utilized was a case study, with data collection by way of semi-structured interviews and simple questionnaires, addressing qualitative and quantitative aspects. As results, contradictions between the proposed and the applied stand out, and although it is possible to consider that the methodology utilized by the investors to reorganize the population enabled, through access to the land as owners by means of a Letter of Credit, that some family units remained in the farming activity, it is verified that this methodology interfered with the resuming of the productive process and as a consequence with the short cycle social reproduction on the part of the affected farmers. The reproduction of practices previously utilized by companies in the electricity sector was observed, such as misinformation and individual negotiation and to a lesser extent the patrimonial, territorial perspective, ignoring some of the conquests already achieved by other enterprises. Incoherences in the Proposal for Relocation Policies and Actions, could be evidenced in the prioritization of only two types of relocation, in the disparity in the compensation values and in the criteria for the liberation of maintenance funds. Difficulties of a subjective nature and which are not easily quantified, also stand out, such as the destructured displacement of family units and breaking of community ties, for which compensation of a financial nature is not enough. Worsening this situation was the lack of an intermediary prepared to defend the farmers' interests since the form of organization implemented, through the Association of those Affected by the Quebra Queixo Dam, served, in the greater part, to legitimize the proposal for relocation.

INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura promovida no Brasil ao longo da segunda metade do século passado através do “sistema produtivista”, ou da chamada “Revolução Verde”¹, acelerou o processo de marginalização dos agricultores familiares, contribuindo para aumentar o êxodo rural e o esvaziamento dos pequenos municípios do interior. Pesquisadores apontam que somente durante o período de 1995 a 2005, devido ao uso avançado de tecnologia de sistemas de produção agrícola e de políticas de desenvolvimento, poderá haver a exclusão na produção agrícola comercial de aproximadamente 250 mil pessoas, das quais 80 mil economicamente ativas (TESTA *et al.* 1996).

A Região Oeste do estado de Santa Catarina, cuja principal atividade econômica é a agricultura, tem sido particularmente afetada por este quadro, gerando uma crise nas atividades agrícolas, comprometendo, assim, a reprodução social² dos agricultores. De acordo com Testa *et al.* (1996), a partir da década de 80 do século passado, diversos fatores influenciaram para agravar a referida crise, “... cujas conseqüências danosas, já são percebidas e com tendências de agravamento maior”. Desses fatores, destacam-se: a concentração expressiva da suinocultura; a redução do volume de recursos de crédito agrícola e o aumento das taxas de juros; o esgotamento dos recursos naturais; e a redução da rentabilidade. Além destes fatores conjunturais, os pesquisadores acrescentam ainda: a distância dos principais mercados consumidores; a escassez de terras nobres; o esgotamento da fronteira agrícola; a estrutura fundiária pulverizada; e a alta densidade demográfica rural.

A ação conjunta desses fatores gerou um quadro de descapitalização de significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, refletindo em dificuldade de criar oportunidades de trabalho, intensificando o êxodo rural e regional que, segundo Abramovay *et al.* (1997) e Renk (2000), nas regiões de predomínio da agricultura familiar vem atingindo principalmente os segmentos sociais jovens, com muito mais ênfase que em momentos anteriores.

¹ Sobre os efeitos negativos desta modernização, veja-se, entre outros, Martine (1991) e Brandenburg (1999).

² Fortes (*apud* ALMEIDA, 1986) define reprodução social como o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, sendo o “grupo doméstico” seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo.

Ao mesmo tempo em que se está buscando modos de atuação que projetem saídas alternativas para esta crise vivenciada pelos agricultores, visando o que tem sido genericamente denominado de “desenvolvimento sustentável”³, e apesar das contribuições fornecidas pelos estudos desenvolvidos nas universidades, institutos de pesquisa ou organizações não-governamentais (ONGs), um novo fator tem contribuído para agravar este quadro: a intervenção de políticas públicas destinadas à produção de hidroeletricidade. Esta intervenção vem, mais uma vez, trazer efeitos que pelo menos potencialmente têm sido, em sua maioria, prejudiciais à reprodução social dos agricultores por estas atingidas.

O problema da reprodução social dos colonos⁴ é histórico no Sul do Brasil, especialmente no que concerne à falta de acesso à terra e a possibilidade dos agricultores garantirem terra para seus filhos⁵. Segundo Wanderley (1999, p. 45), o agricultor familiar⁶ busca manter a continuidade da família na agricultura e para isso há necessidade de conquistar um novo estabelecimento para o filho. Na perseguição deste objetivo esses agricultores têm historicamente migrado para outras regiões, na esperança de conquistar “... um novo território, no qual se instala com seu grupo familiar e tenta construir um espaço camponês de vida e trabalho”.

No entanto, como aponta Reis (1998) essa migração, historicamente praticada pelos colonos, é estrutural no sentido de que os agricultores migram e projetam esta migração, sendo um projeto da família, destinado a viabilizar sua permanência como produtores rurais. Já a migração provocada pelo setor elétrico não é estrutural, podendo ser desestruturante, especialmente por ser compulsória. Por não ser uma opção, afeta assim a reprodução social dos agricultores, seus projetos individuais e familiares, interrompendo o “ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos”.

Tal deslocamento compulsório ocorre por ocasião da implantação de hidrelétricas, tendo em vista que para sua operação torna-se necessária a formação de um reservatório ou

³ Os aspectos básicos destacados em conceitos da literatura acadêmica consideram esse tipo de desenvolvimento como sendo “ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo” (BRANDENBURG, 1999, p.76).

⁴ De acordo com Seyferth (1993, p. 38), essa identificação social é presidida por sua condição de camponeses ou produtores familiares, mas apresenta, também, “um conteúdo étnico irreduzível, que pressupõe uma distintividade cultural e, em certa medida, também racial, em relação àqueles brasileiros denominados caboclos”.

⁵ Sobre esse aspecto veja-se, entre outros, os trabalhos de Paulilo (1998) e Renk (2000).

⁶ Utiliza-se aqui agricultor familiar no sentido proposto por Wanderley (1999), isto é, aquele que ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

lago, causando a submersão e o desaparecimento de florestas, de áreas ocupadas pela fauna, de solos agricultáveis, de vilas e de povoados com suas tradições culturais, e sobretudo os deslocamentos populacionais, implicando em uma reordenação territorial prévia à própria implantação de projetos dessa natureza. Segundo Bloemer (2001), a instalação dessas obras provoca um reordenamento territorial regional, sendo requisitados espaços onde estão assentadas as “populações locais”. Em decorrência, cabe a elas abandonar os lugares historicamente ocupados e migrar compulsoriamente em busca de outros, onde possam se estabelecer. Desse modo, tal deslocamento espacial apresenta duas faces, implicando, ao mesmo tempo, em um processo de desestruturação e posterior reestruturação das relações sociais e da organização territorial. Resulta, em outros termos, no abandono de um espaço construído, que comporta uma infra-estrutura básica já montada, tanto para fins produtivos como para moradias e atividades comunitárias.

No caso de populações rurais, mais comumente afetados por esses projetos de produção de energia, tem ocorrido, como lembra Reis (1998), a destruição e perda do acesso às suas áreas de produção e captação de recursos naturais e de postos de trabalho, do rompimento do tecido social comunitário, além da mutilação ou total transformação de espaços simbolicamente mapeados. A tarefa de viabilizar a retirada dos moradores das áreas requisitadas para a implantação de hidrelétricas vem sendo assumida pelos empreendedores dessas obras, através de ações expropriatórias das terras, que são indenizadas financeiramente, trocadas por outras terras ou pelo acesso a reassentamentos individuais ou coletivos, por parte do segmento social removido da área expropriada.

No Brasil, a opção pela exploração do potencial hidrelétrico ocorreu no período de acelerada industrialização e urbanização, após a Segunda Guerra Mundial. Na época, optou-se por uma exploração do potencial dos rios considerados de planaltos, espalhados por todo país. Dentre esses rios, os que compunham a bacia do rio Uruguai, apresentavam-se com grande potencial devido aos seus desníveis naturais, com várias cachoeiras e quedas d’água no seu curso. Este potencial levou à realização de estudos, na década de setenta do século passado, resultando na proposta da implantação de 22 barragens destinadas a produção de energia elétrica (CANALI, 2002).

Todavia, o anúncio dessa proposta gerou uma forte mobilização popular, liderada por diferentes atores sociais, dando origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens

(MAB), que passou a informar e organizar politicamente a população a ser, de um modo ou de outro, atingida. Com as pressões exercidas pelo referido Movimento em virtude da construção da usina de Itá e a busca de redefinições do setor elétrico nacional, decorrentes de vários fatores, entre eles a crise nas empresas estatais, a implantação da maioria das usinas hidrelétricas propostas ficou por certo tempo adiada. No entanto, no final do século passado, com a crise energética e após a privatização de parte das empresas federais do setor, especialmente no tocante ao setor de produção de energia, novos canteiros de obras foram instalados na bacia do rio Uruguai. Entre esses canteiros de obras está incluído o da Usina Hidrelétrica (UHE) Quebra Queixo, usina considerada de grande porte, que teve o início de suas obras em janeiro de 2001, no rio Chapecó, afluente do rio Uruguai, tendo como empreendedor um consórcio privado denominado “Consórcio Quebra Queixo”.

Todavia, pesquisadores, tais como Santos e Henriques (2001), apontam que com a substituição da responsabilidade do Estado Brasileiro através da atuação da Eléctrobras e de suas subsidiárias, por uma série de diferentes atores (consórcios privados), em termos de compensação pelos prejuízos decorrentes de projetos de hidroeletricidade, corre-se o risco de haver um retrocesso em termos das conquistas socioambientais das populações locais, que podem ser perdidas neste novo contexto da privatização do setor elétrico, e restará também, pouco espaço para discutir os direitos das populações afetadas.

Considerando que mesmo propondo, no Projeto Básico Ambiental (DESENVIX, 1999), “conter o êxodo rural e melhoria social através do acesso à terra e a efetiva participação da população atingida pela UHE Quebra Queixo”, produziu-se um conjunto de efeitos sobre a população local.

Desta forma, a implantação da usina hidrelétrica tornou-se um acontecimento de grande interesse acadêmico⁷, sendo parte de suas especificidades exploradas nesse trabalho, sobretudo em relação aos agricultores deslocados através de indenização financeira e de carta de crédito. Raros são os estudos sobre essas duas modalidades de relocados. No primeiro caso, tendo em vista a dificuldade de localização dos deslocados, uma vez que feita a negociação cada um segue o seu próprio caminho em busca de novo espaço que comporte a infra-estrutura básica para a sua sobrevivência. No segundo caso,

⁷ Trabalhos acadêmicos explorando diferentes aspectos sociais sobre esta problemática foram realizados entre outros, por Bloemer (1996); Daou (1996); Magalhães (1996); Moraes (1994); Reis (1998); Rothman (1996) e Sigaud (1988 e 1996).

provavelmente pelo fato que este tipo de compensação passou a ser recentemente concedido pelo setor elétrico, mais precisamente a partir da UHE de Itá⁸.

Para Bloemer (2001), a indenização se constitui em uma solução individual e de caráter patrimonialista, favorecendo a dispersão das unidades familiares e desobrigando o setor elétrico de qualquer acompanhamento ou assistência durante a readaptação dos atingidos. Isso coloca em risco as condições de reprodução social das famílias rurais afetadas e dificulta a realização dos projetos familiares. No caso dos segmentos rurais, essa assistência deve estar voltada especialmente para a retomada do processo produtivo agropecuário, levando-se em conta, entre outros aspectos as diferenças ambientais a serem enfrentadas, bem como as dificuldades de penetração no novo mercado regional. Do mesmo, modo merecem atenção especial os beneficiados com carta de crédito para aquisição de terra. Sua maior vulnerabilidade às mudanças decorrentes da implantação das obras em questão tem a ver, especialmente, com sua condição de não proprietários das terras anteriormente ocupadas e, em conseqüência, via de regra, como não gestores dos sistemas produtivos dos quais comportam.

A viabilização das condições econômicas é condição básica para a continuidade da existência das unidades familiares de produção, mas, muitas vezes, nas situações referidas essa viabilização pode apresentar distorções que comprometem sua própria continuidade e geram conseqüências indesejáveis para a qualidade de vida da população atingida. Essa viabilidade econômica pode ser definida como reprodução socioeconômica dos agricultores, reprodução esta que Almeida (1986) denomina de ‘reprodução social de ciclo curto’. Conforme este autor (idem, ibidem) este tipo de reprodução social, que é o objeto central desta pesquisa, diz respeito à reprodução da família a partir de sua lógica econômica, sua preservação via trabalho e consumo. A família é tomada como uma unidade econômica com uma racionalidade própria, cujo objetivo é garantir sua própria sobrevivência⁹.

⁸ No caso da UHE Quebra Queixo, ambas as situações foram analisadas por Bornholdt (2003), tendo, entretanto, como foco um aspecto diferente deste trabalho, que será detalhado mais adiante.

⁹ Além desse tipo de reprodução social, Almeida (op. cit.) destaca o que denomina de ‘reprodução social de ciclo longo’, ligado à lógica das relações de parentesco, que perpetua famílias através do nascimento, casamento, de morte e herança. Assim, como lembra Bornholdt (op. cit., p. 4) que se dedicou a análise dessa forma de reprodução social, se o objetivo da reprodução social no ciclo curto é a reprodução da família em seu aspecto econômico, no ciclo longo objetivo é a reprodução da família em seu aspecto social.

1– OBJETIVOS

Tendo em vista a problemática da investigação acima sinteticamente delineada, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral

- Investigar de que modo a implantação da UHE Quebra Queixo interferiu nas condições de sobrevivência dos agricultores atingidos, sobretudo em relação a sua reprodução social de ciclo curto.

Objetivos específicos

- Caracterizar do ponto de vista socioeconômico e cultural os agricultores dos municípios atingidos pela implantação da UHE Quebra Queixo;
- Analisar a metodologia e critérios aplicados pelos empreendedores dessa usina hidrelétrica para remanejamento da população rural atingida e as implicações sociais dela decorrentes;
- Averiguar e compreender as expectativas, reações e interpretações das famílias rurais atingidas sobre os efeitos do referido processo sobre seu modo de vida, de modo especial sobre suas condições econômicas.

2 – Encaminhamento da Pesquisa

Para dar conta de tais objetivos procurou-se escolher procedimentos metodológicos que abrangessem toda a diversidade de aspectos do objeto de estudo e que permitissem uma idéia mais ampla da sua complexidade, mostrando a realidade que a presente dissertação visa estudar. Estabeleceu-se, assim, uma metodologia com uma abordagem contemplando aspectos quantitativos e qualitativos, que proporcionaram um conjunto de informações, considerando que, segundo Goldenberg (1997), “diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões”.

É através da integração das diferentes perspectivas que os limites de uma abordagem – qualitativa e quantitativa – podem ser contrabalançados. Esta combinação de perspectivas, denominada triangulação, segundo Goldenberg (1997), “é uma tentativa de abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão no objeto de estudo,

pois parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social”.

Pelo fato de a pesquisa qualitativa abranger, segundo Minayo (1999), um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”, e ainda responder a questões muito particulares como sentimentos, motivações e atitudes individuais, esta forma metodológica é a que teve maior significância, salientando o processo pelo qual a população local está vivenciando, sobretudo a partir da perspectiva dos próprios agricultores.

Como parte integrante da pesquisa qualitativa, foi usado no trabalho de campo a entrevista semi-estruturada que, segundo Minayo (2000), “... combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, valorizando o relato oral dos agricultores, apresentando, assim, as suas experiências e as definições vividas por estes, além de reconstruir fatos vinculados ao seu envolvimento no processo da instalação da UHE Quebra Queixo, a partir de sua versão sobre eles.

A entrevista semi-estruturada foi aplicada de forma individual (por unidade familiar), obedecendo a um roteiro (anexo I) através das questões guias, destacando a percepção e a cognição dos envolvidos na investigação. Também foram utilizados questionários simples (anexo II).

Para Quivy e Campenhoudt (1992), é raro as entrevistas exploratórias não serem acompanhadas por um trabalho de observação ou de análise de documentos. Para tanto, como complementação, foram analisados documentos emitidos pelos empreendedores, pela Associação dos Atingidos e pelas Prefeituras Municipais de Ipuacu e São Domingos, além da legislação atual vigente sobre o assunto em pauta. Os documentos analisados foram: Atas das Reuniões da Associação; Jornais Informativos Quebra Queixo Boas Novas e Fauna & Flora; Ofícios; Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pelo Empreendimento UHE Quebra Queixo e Monitoramento da População Atingida; Projeto Básico Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental.

Como estratégia complementar, recorreu-se também à observação participante, auxiliando no cruzamento das informações obtidas nas entrevistas. Segundo Denzin (*apud* MINAYO, 2000), a observação participante contribui na vinculação dos “fatos às suas representações e as contradições entre as leis e suas práticas, através das próprias contradições vivenciadas no cotidiano do grupo”. Neste trabalho, a observação participante ocorreu, de certo modo, através de visitas às mesmas unidades familiares em ambas as propriedades (antes e depois do remanejamento), o que propiciou uma melhor verificação das condições das unidades familiares em análise.

Assumiu-se, assim, de certo modo, uma perspectiva interpretativista como proposta por Geertz (1989), buscando compreender o significado, para os sujeitos sociais em análise, dos efeitos do evento em questão sobre sua reprodução social, como apontado anteriormente. Nestes termos, buscou-se aproximar também, em parte, da proposta de análise adequada a esse tipo de perspectiva detalhada por Thompson (1990, p. 32-39) que sugere que para compreender determinadas formas simbólicas, como é o caso das percepções dos atores sociais, deve-se em primeiro lugar reconstruir o contexto ou contextos socioculturais e políticos nos quais tais formas ou significados foram gestados e vivenciados. Em segundo lugar, recuperar as maneiras como esses significados são expressos e interpretados pelas pessoas que os produziram ou os veicularam. Por último, formular, como resultado da investigação, nossa própria interpretação, ou seja, a versão do pesquisador sobre os aspectos em questão.

O universo da investigação e o trabalho de campo

Embora os efeitos da implantação da UHE Quebra Queixo certamente vão além dos municípios de Ipuçu e São Domingos, o procedimento de coleta de informações se ateve a estes dois municípios e ao município de Xanxerê. Isto se deve ao fato que a maioria das famílias atingidas por esta usina (70%) procurou permanecer nestes municípios (ETS, 2002).

Buscou-se manter uma amostragem entre as diferentes categorias, que ficou assim distribuída: 10 proprietários de áreas indenizadas – entre eles o presidente da Associação dos Atingidos pela Barragem do Quebra Queixo nos Municípios de São Domingos e Ipuçu –, sendo 8 com indenização total e 2 com indenização parcial; 8 não proprietários – entre

eles o secretário da Associação –, sendo 5 filhos de proprietários e 3 na categoria de “outros” – empregados e arrendatários; 2 casos especiais – idosos e pessoas com problemas de saúde e 5 “atingidos indiretamente”. Ao todo foram ouvidas 25 famílias.

Para efeito de complementação dos dados, foram incluídos na pesquisa 6 outros atores: lideranças políticas locais (2), técnicos dos municípios e dos empreendedores (3), além de um representante da Associação Brasileira de Atingidos por Barragens e Eléctrodutos (ABRABE).

O trabalho de campo destinado à realização das entrevistas e à observação direta se deu em três momentos:

- A primeira etapa ocorreu em janeiro de 2002, onde foram realizadas entrevistas aleatórias, com famílias que ainda não tinham sido indenizadas. Foram entrevistados agricultores proprietários e não proprietários;
- A segunda etapa foi feita em julho de 2002, e atingiu famílias que foram assentadas em áreas remanescentes e famílias autoreassentadas;
- A terceira etapa de campo foi realizada em dezembro de 2002, procurando atingir as outras categorias de atores que não foram contemplados anteriormente. Nesta mesma etapa também foram realizadas entrevistas abertas com lideranças locais.

É importante salientar que durante as três fases da pesquisa de campo o processo de remanejamento estava acontecendo. Sendo assim, foram entrevistadas famílias que se encontravam nas mais diferentes etapas desse processo e, em consequência, em diferentes etapas da retomada do processo produtivo. Desta forma, algumas especificidades da reprodução social, tais como as questões de produtividade não puderam ser comparativamente avaliadas, mas os fatores relativos ao acesso à terra e seus reflexos na retomada do processo produtivo ficaram bastante evidenciados. Houve casos em que a mesma família foi visitada em diferentes situações. Também vale lembrar que as entrevistas foram realizadas com a participação de diferentes membros da família, algumas vezes até com a presença de vizinhos.

Do mesmo modo, é indispensável lembrar que alguns casos de efeitos negativos só serão percebidos num futuro próximo, pois, de acordo com Scudder (*apud* BORNHOLDT, 2003 p.34), os efeitos destes grandes projetos vão além do momento de sua implantação.

Para ele, os arranjos provocados pela barragem sobre o ciclo de desenvolvimento das famílias atingidas costumam ficar mais evidentes entre 2 a 10 anos após sua implantação. Gonçalves *et al.* (2001, p.151), acrescenta que muitas vezes esses efeitos só aparecem sobre as populações afetadas, em uma circunstância em que não é mais possível reverter o quadro de modificação da base biofísica em que se instaura a reprodução social.

Durante a coleta de dados, os agricultores entrevistados mostraram-se muito receptivos, considerando as entrevista como um momento propício para falar de suas expectativas, problemas e angústias. Esta receptividade ocorria principalmente após a pesquisadora deixar claro os objetivos da pesquisa e a sua identidade, desvinculando-a da Energia Transporte e Saneamento S/A (ETS), empresa contratada para executar 24 projetos socioambientais na UHE Quebra Queixo e, entre eles, o remanejamento da população atingida pelo empreendimento.

É importante ressaltar que o contexto analisado não se trata de uma realidade linear. Provém de diferentes percepções, sendo fácil, deste modo, surgirem contradições entre os atores sociais sobre determinadas questões. Pois para Schutz (*apud* MINAYO, 1998) cada ator social atribui importância a determinados aspectos ou situações a partir de sua própria história e localização no contexto socioeconômico, político e cultural.

Assim, para apresentar os resultados desta investigação, a dissertação foi elaborada em quatro capítulos, além desta introdução, e das considerações finais, onde são sintetizados os principais resultados da pesquisa.

No primeiro capítulo, faz-se uma retrospectiva sobre a história do setor elétrico brasileiro, desde seu o início até a sua privatização parcial e as possíveis implicações sociais da política que vem sendo usada neste setor em relação às comunidades locais. Também é feita uma abordagem sobre a produção de energia elétrica na Bacia do rio Uruguai, e em conseqüência, o surgimento do “Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB).

No segundo capítulo, busca-se situar a construção da UHE Quebra Queixo, no tempo e no espaço, dando ênfase à caracterização econômica da região, já que a população atingida dedica-se basicamente às atividades agropecuárias. Também é feita uma caracterização da proposta de remanejamento e de monitoramento da população atingida

pela UHE Quebra Queixo, com o apoio de diferentes fontes bibliográficas, documentos e folhetos emitidos pelos empreendedores.

O capítulo subsequente traz uma caracterização das diferentes versões sobre efeitos positivos e adversos e suas compensações, na perspectiva de diferentes atores sociais envolvidos no processo.

No quarto capítulo, dedicado a apresentar e discutir a reação dos agricultores à implantação da hidrelétrica em questão, destaca-se a análise do modo como o processo de remanejamento e as mudanças dele decorrentes interferiram no modo de vida, na produção e reprodução das atividades dos agricultores locais. Evidencia-se tais condições através da concepção dos agricultores atingidos, a partir das manifestações do que os levou a tomar algumas decisões, além das percepções sobre o novo espaço ocupado e como se deu a retomada do processo produtivo.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais, salientando que no contexto de privatização do setor elétrico brasileiro, e do encaminhamento por parte dos empreendedores de uma proposta de remanejamento que deveria conter o êxodo rural e promover a ascensão socioeconômica dos agricultores, não houve alterações substanciais nesta direção, sobretudo no que concerne ao deslocamento compulsório da população atingida.

CAPÍTULO I

Detalhando o contexto e a problemática da pesquisa

“Em um país com concentrações urbanas e industriais como o Brasil, questionar o papel dos grandes projetos energéticos implica questionar a própria estrutura de desenvolvimento adotada” (MIELNIK et al., 1988).

1.1 – O setor elétrico Brasileiro

Não existe possibilidade de compreensão dos problemas do setor elétrico brasileiro e as implicações sociais que as políticas adotadas vêm causando sobre as comunidades rurais, sem uma abordagem, em escala macro, do modelo capitalista implementado nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde o componente energético aparece como uma variável de grande importância. Este modelo foi semelhante em diversos países, consistindo em adotar um aproveitamento extensivo dos recursos naturais, numa perspectiva de aumentar a produção industrial e modernizar a agricultura. É o que Rosa (1988), chama de *“interesses exógenos do capitalismo mundial”*, influenciando o desenvolvimento do Brasil via grandes projetos.

O Brasil, juntamente com a Arábia Saudita e o Egito, tiveram destaque neste processo, quanto ao número de projetos desenvolvidos e quanto ao montante de recursos alocados. Isso se deu por conta da potencialidade econômica e a crescente demanda industrial demonstrada por esses países a partir da década de 60 e principalmente na década de 70 do século passado. É que nos países centrais, a produção de eletrointensivos¹⁰ foi inviabilizada pela dificuldade crescente de reproduzir a matriz energética e pela resistência da opinião pública a este tipo de indústria. Assim, os países do Terceiro Mundo passaram a receber matrizes industriais com tecnologia *“hard”*, de alto impacto e com um sistema produtivo concentrado na fabricação de produtos de alto conteúdo de eletricidade (WALDMAN, 1992).

¹⁰ O termo eletrointensivo refere-se a produtos manufaturados ou pré-manufaturados, que concentram uma grande quantidade de energia consumida no processo de manufatura (SILVA, 1997).

As primeiras hidrelétricas do Brasil foram, quase na sua maioria, iniciativas de empresas privadas internacionais. Com o aumento significativo da demanda é que o Estado entrou como um empreendedor, a fim de aumentar a estrutura existente. Em 1931, Getúlio Vargas regulamentou o aproveitamento e a propriedade das quedas d' água e, em 1934, com a promulgação do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho), foi regulamentado o setor de energia elétrica e estabelecida a primeira regulamentação sobre os aproveitamentos hidroenergéticos (SILVA, 1997).

Após o Código de Águas, outros Marcos Institucionais foram criados, tanto para regulamentar, fiscalizar e planejar, quanto para investir em energia elétrica gerada por fonte hidráulica. O Ministério das Minas e Energia (MME) foi criado pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960; em 25 de abril de 1961 foram criadas, através da Lei nº 3.390, as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), que absorvem várias das atribuições anteriormente de competência do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), criado em 1939 e diretamente subordinado à Presidência da República. Entretanto, foi com a criação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) em 1945; da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) em 1952; de Furnas Centrais Elétricas em 1957; e da instalação da Eletrobras e suas subsidiárias em 1962, que se intensificou a ação do Estado em relação à produção de energia elétrica no país. Em 1965, a Divisão de Águas foi transformada no Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), que posteriormente passou a ser denominado Departamento de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) (LEME, 2001).

Na década de 70 é que o Brasil alcançou os maiores índices de crescimento econômico, principalmente através da produção industrial. Este processo demandou um aumento no consumo energético e conseqüentemente uma necessidade de construir usinas que produzissem eletricidade para atender a esta demanda. A opção pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, na época, foi definida face às vantagens que esta apresentava frente à termoeletricidade: pela produção de energia ser relativamente barata; o potencial poluidor ser significativamente menor na fase de operação; e a grande disponibilidade brasileira de recursos hídricos, além da pouca significativa produção nacional de carvão e petróleo (SILVA, 1997).

Em 1979, criou-se o MEB - Modelo Energético Brasileiro, que propunha uma redução significativa da importação do petróleo. Tinha por meta a substituição do petróleo

importado pelo nacional e por combustíveis alternativos – álcool ao invés de gasolina e carvão mineral ao invés de óleo combustível – e a elevação do grau de eletrificação do setor energético brasileiro por meio de fonte hidráulica. Para exemplificar esta opção, Leme (2001) demonstra que entre 1970-1991 as grandes empresas estaduais acrescentaram ao sistema 600 MW, as empresas federais acrescentaram aproximadamente 7.000 MW e a Binacional Itaipu acrescentou a esse montante 12.600 MW de capacidade instalada de energia via fonte hidráulica.

Se, por um lado, houve grande aumento da capacidade instalada de energia, por outro, a consequência foi o endividamento das empresas de energia e da Eletrobrás. As distribuidoras arrecadavam o dinheiro dos consumidores, tirando a sua parte e transferindo o restante para as empresas federais; as estaduais faziam o mesmo. No entanto, no fim da linha, estavam as empresas federais que deveriam cobrir o déficit. Na década de 1990, as dívidas cruzadas atingiam 50 bilhões de dólares. Os que defendiam o desmonte do sistema com abertura de uma política econômica indiscriminada de abertura do mercado nacional ao internacional, afirmavam que havia chegado o momento das privatizações.

Para implementar as privatizações, primeiramente foram anuladas as dívidas cruzadas dessas empresas (intra-sociais), relocando-as numa posição rentável. Depois foi modelado o novo sistema não estatal, baseado no investimento de capital privado, especialmente estrangeiro. O sistema estatal cooperativo deu lugar ao sistema privado concorrencial. Esta tarefa foi entregue pelo governo, em 1996, a uma empresa de consultoria inglesa, a *Coopers & Lybrand*, com a orientação de privatizar todo o sistema, a partir de sugestões decorrentes de uma adaptação e das experiências das reformas ocorridas em outros países, mas considerando as especificidades do setor elétrico brasileiro. A sugestão foi a criação de um Mercado Atacadista de Eletricidade (MAE); o estabelecimento de “contratos iniciais”, a fim de criar uma fase de transição para o mercado de energia elétrica competitivo; o desmembramento dos ativos de transmissão e a criação de um Operador Independente de Sistema (OIS) para administrar o sistema interligado; e a organização das atividades financeiras e de planejamento do novo cenário (FERREIRA, 2000).

O novo modelo de regulação definido pelo governo federal dividiu o setor em quatro segmentos, cada qual com uma forma distinta de operacionalização em um agente

envolvido. O segmento da geração seria aberto à concorrência privada; o da transmissão continuaria como monopólio gerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), criado em 1990; o da distribuição também permanecia como monopólio gerido por concessionárias; e o da comercialização seria aberto à competição pelas comercializadoras (LEME, 2001).

As privatizações iniciaram antes mesmo da criação da Agência Reguladora, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), peça-chave para o funcionamento de qualquer sistema. A ANEEL, foi instituída na década de 90 do século passado, pela Lei nº 9.427/96, e teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 2.335/97.

Após a criação da ANEEL, devido ao acelerado crescimento do mercado nacional de energia elétrica, esta passa a atuar intensamente para ampliar a capacidade de geração de energia elétrica no País, conduzindo os processos de licitações de concessões, outorgas de concessões e autorizações de empreendimentos de geração de energia elétrica, bem como a celebração de contratos de concessões¹¹.

Em 2000, o perfil do mercado de energia brasileiro apresentava 65,23% de participação privada – englobando as que já eram privadas e as que foram privatizadas a partir de 1995. No processo de privatização foram totalizados recursos da ordem de R\$ 33 bilhões, incluído nesse montante uma transferência de dívidas, para o setor privado, em torno de R\$ 6,6 bilhões.

As implantações das usinas hidrelétricas foram favorecidas pelo conjunto das dimensões geográficas e as condições hídricas favoráveis do território brasileiro, levando a investimentos vultosos na implantação das mesmas. Atualmente a hidroeletricidade é a base do suprimento energético do Brasil, produzido por usinas de grande porte, e representando cerca de 93% do potencial energético do país. Dentre este percentual, 35% situa-se na região Amazônica, longe dos maiores centros consumidores (Sul e Sudeste) (ANEEL, 2003).

¹¹ Com a promulgação da Lei das Concessões, Lei nº 8.987 e o Decreto nº 9.074 em 1995 ficou regulamentado o artigo 175 da Constituição Federal de 1988 que incumbiu “ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitações, a prestação de serviços públicos. Parágrafo único. A lei disporá sobre: o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; política tarifária; a obrigação de manter o serviço adequado.”

Todavia, se por um lado se tem uma grande geração de energia, por outro, vastas extensões do território nacional são inundadas, o que conduz ao deslocamento compulsório de milhares de habitantes. Como lembra Helm (1993), embora os projetos hidrelétricos sejam decididos, na maioria das vezes, fora dos limites das regiões em que vão ser implantados, estando fundamentados em políticas públicas que atendem interesses de determinados setores, na prática são implantados em locais concretos e em regiões específicas, provocando alterações na base biofísica, e envolvendo diversos atores com histórias e características distintas.

Para Bartolomé (1983), destacam-se como principais atores sociais envolvidos no processo de implantação de um projeto desta natureza, as instituições financeiras nacionais e internacionais, a corporação responsável pela execução do empreendimento, as empresas de consultoria e as populações regional e local, que ocupam as áreas destinadas a alojar as obras em questão.

Para Wolf (*apud* PEIXER, 1993), a literatura sobre a construção de hidrelétricas, comprova que a ruptura causada na vida das populações que ficam dentro de seu quadro de abrangência, não são percebidos e sentidas da mesma forma. Alguns têm maiores possibilidades de lucrar com o empreendimento, como é o caso dos comerciantes e profissionais liberais, devido ao aumento da demanda por bens comercializáveis e da prestação de serviços. Ocorre um aumento de fluxo de capital na localidade, distribuído de forma desigual entre a população. Outros, principalmente cidadãos de baixo poder aquisitivo, enfrentam problemas como a alta generalizada dos preços dos gêneros alimentícios e a demanda maior pelos serviços públicos, sem o conseqüente aumento da oferta dos mesmos. Outros, ainda, como os produtores rurais, ao terem que migrar compulsoriamente podem ter ameaçadas as suas possibilidades de reprodução social ou, em determinados e escassos casos, como os não proprietários das terras ocupadas, apontados por Reis (*op. cit.*), têm ampliadas essas possibilidades.

Segundo o Relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000), entre 40 e 80 milhões de pessoas que ocupavam áreas destinadas à construção de barragens, foram fisicamente deslocadas em todo o mundo, e, em adição, muitas dessas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal; conseqüentemente, não foram nem reassentadas nem indenizadas. Nos casos em que houve indenização, esta solução quase sempre se

mostrou inadequada, e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento. Dentre aquelas que foram reassentadas, raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento, muito freqüentemente concentraram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados. No Brasil, a estimativa desta Comissão é de que um milhão de pessoas tenha sido afetadas pelas barragens, em sua maioria agricultores, sendo que milhares estão a espera de soluções.

Como lembra Reis (1993), os agricultores estão entre os segmentos sociais mais afetados pela implantação de hidrelétricas, pois apresentam em comum determinadas características sociais como o vínculo estreito com a terra, seu principal meio de produção, utilizando-se prioritariamente como força de trabalho da mão-de-obra familiar e de pouco capital. Deste modo, sua remoção compulsória de uma determinada região pode ter conseqüências desastrosas para sua reprodução social como agricultores, caso não sejam conhecidas ou consideradas suas condições de vida antes do deslocamento e dimensionadas as condições socioambientais das áreas onde serão reassentados.

Na prática, a atitude das empresas estatais perante às desapropriações e o deslocamento das populações ocupantes das áreas destinadas à implantação das hidrelétricas no Brasil, ocorria sob três aspectos: a desinformação, a perspectiva territorial patrimonialista e a negociação individual (VAINER e ARAÚJO, 1990).

Em primeiro lugar, a desinformação, nos momentos iniciais da atuação do setor em uma determinada região, ocorria através da sonegação de informações, possibilitando o ingresso e a circulação do pessoal da empresa construtora na região. Facilitava, também, a conquista de alguns espaços antes que a população se desse conta do que estaria para acontecer. Assim na perspectiva de ocorrer “resistência”, a empresa já estaria ancorada no terreno e a obra apareceria como inevitável e irreversível. Reis (1998), lembra também que “à desinformação tem ocorrido, por vezes, posteriormente ao início das obras através da propaganda enganosa produzida pelo próprio setor, que por meio de intensa atividade de comunicação social, propagandeia o empreendimento e seus supostos benefícios, omitindo informações sobre os aspectos socioambientais negativos”. Como parte desta estratégia, também foram utilizadas informações contraditórias e desencontradas.

Em segundo lugar, a prática da perspectiva territorial patrimonialista, foi freqüentemente utilizada para “criar o vazio demográfico necessário para a instalação das barragens”. Através de estudos de campo e de uma vasta e detalhada gama de informações sobre o espaço a conquistar, os cadastros socioeconômicos forneciam dados que alicerçavam e fundamentavam a efetiva compra das áreas dos proprietários, desconsiderando os direitos dos demais ocupantes da área (REIS, 1998).

O terceiro aspecto, apontado por Vainer e Araújo (1990), é a preferência, por parte dos empreendedores, por negociações individuais, realizadas entre o proprietário da área requisitada e a empresa responsável por esta tarefa, que dificultando, de certa forma, a discussão e a organização dos atingidos em grupos, evitando, assim, as mobilizações e a organização coletiva. Nestes casos, a negociação era feita através de um contrato de compra e venda onde estava, de um lado, a empresa interessada no empreendimento, cujos objetivos eram autolegitimados pela ideologia do desenvolvimento e do progresso, e de outro, as populações locais para quem estava em jogo a expropriação de suas terras, sua permanência na área e a possibilidade de manutenção de seu modo de vida (REIS, 1998). A igualdade entre as partes nestas condições, portanto, não passava de uma ficção legal.

Muitas dessas práticas foram e estão sendo reproduzidas; no passado, pelas empresas estatais, no presente, pelas empresas privadas. No entanto, a reação de populações atingidas deu novos rumos às compensações dos problemas sociais gerados pelos deslocamentos compulsórios impostos pelo setor elétrico brasileiro. Ao final da década de 1970, as conseqüências negativas, reais ou potenciais, de várias grandes barragens no Brasil começaram a se tornar públicas. Efeitos negativos sobre as populações locais – o deslocamento compulsório, o reassentamento, a desestruturação da vida social e perdas culturais que foram aspectos fundamentais apontados pelas populações locais – têm recebido atenção de vários pesquisadores¹².

De acordo com Vianna (1989), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste Paranaense (MASTRO) foi o primeiro grande Movimento Social que iniciou a defesa de populações afetadas por barragens hidrelétricas, no Brasil, em resposta à instalação da UHE de Itaipu. Germani (1982), lembra que o MASTRO não aglutinava somente agricultores da

¹² Sobre estes efeitos negativos, ver também, entre outros Bloemer (2001); Magalhães (1996); Reis (1998); Sigaud (1992) e Silva (1997).

área da Itaipu, mas também da região e inúmeras famílias de brasileiros que moravam no Paraguai. O movimento foi criado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), contando com a experiência e o modelo de organização rural do Movimento Justiça e Terra (MJT)¹³ dos colonos da Itaipu, não se limitando apenas a reivindicações de terras, mas, ao mesmo tempo, buscando a conscientização dos agricultores sobre as causas dos problemas do campo. O MJT também serviu de exemplo a outras populações locais atingidas pela implantação de hidrelétricas, de modo especial os agricultores da bacia do rio Uruguai.

A UHE de Itaipu teve o início da sua construção em 1975, através da cooperação dos governos do Brasil e do Paraguai, que fundaram a Empresa Binacional Itaipu, para aproveitar o potencial do Rio Paraná, na fronteira destes dois países. O empreendimento inundou 1.350 km² de terras, dos quais 780 km² no lado brasileiro e 570 km² no lado paraguaio. A usina entrou em operação no ano de 1984, com uma capacidade instalada para produzir 12.600 MW, a ser atingida paulatinamente.

Para construir a usina de Itaipu, vários estudos com ênfase nos aspectos ambientais foram realizados que, por sua vez, apresentaram avanços¹⁴, mas não suficientes, se comparados com estudos posteriores – realizados para outros empreendimentos. Estes avanços não foram suficientes porque Itaipu gerou forte impacto sobre o meio físico e biótico, a se destacar a submersão de sítios arqueológicos e a perda de recursos naturais e paisagísticos, como o Salto de Sete Quedas. Além destes impactos, destacaram-se que os de grande monta ocorreram principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais. Para garantir a área necessária para a formação reservatório, foram desapropriadas 8.519

¹³ Este Movimento surgiu em resposta à perda de legitimidade da Empresa Binacional Itaipu frente aos colonos. A empresa iniciou com o processo de indenização de forma individual, salteada, lenta, com critérios desconhecidos e com avaliação arbitrária. Em consequência, os agricultores, proprietários e posseiros, se organizaram para desmascarar um inimigo comum que ameaçava a sua condição de pequenos agricultores, recebendo apoio das igrejas (Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), que organizaram o MJT. Uma das primeiras ações foi o cerco em 1980 ao escritório da Itaipu em Santa Helena que durou 16 dias, e no ano seguinte, um segundo que duraria 56 dias, no Trevo do acesso da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu. Apesar dos colonos não terem sido atendidos em suas reivindicações, o MJT se tornou um marco em organização da população rural em relação às consequências sociais da implantação de hidrelétricas (GERMANI, 1982).

¹⁴ Para a construção da UHE de Itaipu, foram realizados estudos sobre o Meio Físico: limnologia, clima, sedimentometria e geologia; sobre o Meio Biótico: inventários de fauna e flora, estudos sobre preservação da mata remanescente, reflorestamento, resgate de fauna, refúgios biológicos e fauna íctica; sobre o Meio Social: estudos arqueológicos, históricos, saneamento e plano diretor do reservatório.

propriedades, sendo 6.913 rurais e 1.606 urbanas, espalhadas em oito municípios (DALLA BENETTA, 2002).

No aspecto humano, os impactos não se restringiram só ao número de propriedades rurais que foram desapropriadas e que deixaram de ser produtivas. Houve toda uma população rural que foi atingida e que pouco foi considerada pela Empresa Estatal Binacional. Foram cerca de 6.913 famílias rurais (proprietários, filhos de proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários) que tiveram suas terras inundadas pela construção da usina de Itaipu, totalizando, assim, cerca de 40 mil pessoas desalojadas. Catullo (1993) lembra ainda que, entre outras obras do setor, para construir a represa de Sobradinho foram desalojadas cerca de 65 mil pessoas. No caso de Tucuruí, cerca de mais 30 mil, ressaltando que, “não se tratam de fenômenos isolados e ocasionais mas sim de um processo em escala mundial que apresenta uma tendência de crescer cada vez mais” (CATULLO, *idem*, p.207).

No Brasil, considerando entre trinta outras grandes represas que estavam programadas para serem colocadas em operação, na década de 90 do século passado, a estimativa era de alagar 11.104 Km², devendo ser realocadas aproximadamente 98.501 pessoas (BARTOLOMÉ, 2001).

1.2 – A produção de energia na bacia do rio Uruguai

A bacia do rio Uruguai é parte integrante da bacia do Prata. Abrange uma área de aproximadamente 384.000 Km², dos quais 176.000 Km² situam-se em território nacional, compreendendo 46.000 Km² do Estado de Santa Catarina e 130.000 Km² do Estado do Rio Grande do Sul. No seu trecho internacional banha partes da Argentina e do Uruguai.

O aproveitamento dos recursos hídricos do trecho brasileiro do Rio Uruguai com seus principais formadores e afluentes para a produção de energia elétrica foi estudado, pela primeira vez, nos anos 50 do século passado, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul, para a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Passo Fundo. Em 1959, a empresa de consultoria italiana Electroconsult (ELC) iniciou os estudos de viabilidade técnica e econômica da referida usina, com a preparação do projeto básico e as negociações com o antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), para

a obtenção da participação financeira desse órgão. Na mesma época o DNOS estudou a possibilidade de implantação de uma usina no Rio Chapecozinho, afluente do Chapecó, no lado Catarinense (CANALI, 2002).

A partir de 1961, com a implantação da Eletrobrás, foram liberados recursos para o levantamento hidrelétrico das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Entre 1966 e 1969, através da iniciativa do Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul – ENERSUL, o Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro *Engineering Consultants Limited* (CANAMBRA), realizou um grande levantamento sistemático que contemplou os três Estados do Sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (ELETROSUL/CNEC, 1979).

No ano de 1976, com a perspectiva de crescimento do mercado de energia elétrica do Sul do Brasil e das possibilidades de intercâmbio energético com a região Sudoeste, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL)¹⁵ – voltou suas atenções para a Bacia do Rio Uruguai, solicitando à Eletrobrás autorização para a realização dos estudos preliminares. Os estudos iniciaram somente em junho de 1977, com a contratação do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC) e a formação do Grupo de Estudos do Rio Uruguai (GERU), órgão interdepartamental da ELETROSUL, encarregado dos trabalhos. Estes estudos resultaram num plano para construir 22 barragens no território Brasileiro, os quais permitiriam aproveitar cerca de 90% do potencial economicamente utilizável da área de estudo, totalizando uma potência instalada da ordem de 7.276 MW, e mais três binacionais (Figura 01). A realização dos projetos nacionais previstos acarretaria na inundação de 1.610 Km², e na remoção de aproximadamente 35.900 pessoas, sendo que 29.300 destas residiam em áreas rurais ou em pequenas aldeias (ELETROSUL/CNEC, 1979). Mais tarde, estes projetos foram incorporados no chamado Plano 2000, elaborado pela Eletrobrás, que previa a implantação das obras até este ano. O plano sofreu emendas em 1987, obtendo prorrogação até o ano 2010, quando passou a ser conhecido como Plano 2010 (BARTOLOMÉ, 2001).

¹⁵ Empresa subsidiária da ELETROBRÁS no Sul do Brasil, que no final dos anos noventa do século passado, sofreu um processo de divisão, dando origem às Centrais Geradoras do Sul do Brasil SA (GERASUL) e a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL). A seguir, a GERASUL foi privatizada, sendo adquirida pela Tractebel, que tem sua sede na Bélgica, passando a chamar-se Tractebel Energia S.A. Esta mantém o controle de sete empreendimentos de porte na produção de energia elétrica no Sul do Brasil (REIS e BLOEMER, 2002),

Figura 01: Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai – Estudo do Inventário Hidroenergético.

Fonte: ELETROSUL/CNEC, 1979.

O sistema hidráulico da Bacia do Rio Uruguai, em função das suas vazões históricas, foi analisado através de simulações considerando duas alternativas. A primeira, com a possibilidade de complementação energética externa interligando os sistemas Sul e Sudeste. A Segunda, considerando o sistema hidráulico isolado sem permuta de energia externa com o Sudeste. Estes estudos visavam reconhecer a energia contínua garantida durante o período, com registro de dados hidrológicos; a energia firme no período crítico na Região Sul e, ainda, a máxima energia hidráulica gerada em média no período crítico interligado.

A seleção da alternativa final considerou, entre as alternativas propostas, os enfoques econômico e técnico. As questões ambiental e social, não foram devidamente contempladas¹⁶, mesmo porque até o início da década de 1980, no Brasil, estes impactos

¹⁶ O relatório final CNEC/ELETROSUL informava em um pequeno parágrafo, os impactos da criação de reservatórios, tais como: reassentamento de populações, relocação de pequenas cidades, inundação de terras, inclusive algumas reservas indígenas e outras perdas. Como medida compensatória, propunha timidamente o desenvolvimento parcial da navegação fluvial até os reservatórios de Iraí e Itapiranga, controle de cheias, recreação no lago e piscicultura (BOAMAR, 2002).

não tinham relevância dentro dos estudos de viabilidade. No mesmo ano da finalização do relatório, foi promulgada a Lei nº 6.938 que veio alterar radicalmente este quadro.

Em decorrência da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, e da resolução do CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) tornaram-se obrigatórios para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente. Esta legislação incluiu as obras das hidrelétricas para exploração de recursos hídricos na relação das atividades impactantes ao meio ambiente. Na análise da viabilidade destes empreendimentos, devem ser considerados aspectos técnico-econômico-ambientais, e uma série de etapas de estudos ambientais aprofundados para verificar se esta atividade é compatível, ou não, com o meio ambiente local.

Efetivamente, o plano da Bacia do Rio Uruguai sofreu pequenas alterações desde que foi apresentado em 1979. Até o momento, estão em operação as usinas de Passo Fundo, 220 MW (anterior ao plano), a de Itá, com 1450 MW e a de Machadinho, com 1140 MW. Conforme Canali (2002), encontram-se em fase de implantação, com a participação majoritária, quando não exclusiva, de capitais privados, as usinas de; Quebra Queixo, com 120 MW; Monjolinho, com 67 MW; Barra Grande, com 690 MW; Campos Novos; com 880 MW e Foz do Chapecó, com 840 MW. O empreendimento de Pai Querê foi objeto de concessão recente pela ANEEL. As demais deverão seguir o mesmo caminho nos próximos anos, não deixando dúvida, que no final do século passado e início do século atual, a Bacia do Rio Uruguai foi e será um imenso canteiro de obras do setor elétrico, e um campo aberto de confrontos econômicos e sociais.

1.3 – O anúncio das obras e a rejeição ao plano de implantação das hidrelétricas

A divulgação do plano de obras e os trabalhos de topografia nos locais escolhidos para os 22 empreendimentos propostos para a Bacia do Rio Uruguai deram origem, no Oeste Catarinense, a um forte movimento social de rejeição às obras, principalmente pelos segmentos diretamente atingidos, particularmente na área rural. Em decorrência, no final

da década de 1970 ocorreu a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), que emergiu como resistência organizada às barragens da Bacia do Uruguai, transformando-se posteriormente em porta-voz de um movimento nacional contra as barragens, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Estava assim, estabelecido o conflito social nas barrancas do rio Uruguai.

A iniciativa de mobilizar os produtores rurais familiares partiu, primeiramente, de agentes da CPT, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, das Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana, de professores da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior (FAPES) de Erechim (RS) e de STRs da região, que, informados sobre o projeto de Implantação das barragens na Bacia do Rio Uruguai, saíram em “missão de alerta”. No dia 24 de abril de 1979, em Concórdia (SC), foi criada a CRAB, constituída por atingidos, sindicalistas, religiosos e professores, que tinham como instrumento de luta a defesa dos atingidos (MORAES, 1994). Esta mobilização deu origem ao MAB, cuja base constituía cerca de 90% da população a ser removida da região devido à instalação das hidrelétricas. Este movimento popular e autônomo nasceu com o intuito de esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens e obras projetadas, com vistas ao estabelecimento, reconhecimento e defesa de seus direitos.

Em decorrência das pressões exercidas pelo MAB, e em busca de definições sobre as questões sociais decorrentes do Projeto Uruguai, em outubro de 1987, pela primeira vez na história de atingidos por barragens no Brasil, foi assinado um acordo, na presença de mais de dois mil interessados, entre eles, pequenos produtores representados pela CRAB, e a ELETROSUL, responsável pela implantação das obras das hidrelétricas de Itá e Machadinho.

Nos termos deste acordo, apontado por Reis (1998) como uma das maiores conquistas do Movimento, foram indicadas três opções para os produtores rurais como compensação e solução para seu deslocamento das terras ocupadas:

- Indenização financeira pelas terras e benfeitorias por preço de mercado;
- Direito dos atingidos de optar por indenização, reassentamento ou outra alternativa, tendo todos os atingidos, proprietários ou não da terra ocupada direito a reassentamento;

- Solução da questão social antes do início das obras e um cronograma de indenizações preestabelecido para as barragens de Itá e Machadinho.

Este Acordo resultou na elaboração de uma “política de reassentamento”, que constava de 15 itens, incluindo, entre outros aspectos, a definição do público alvo; a infraestrutura a ser instalada; os cálculos para definir as dimensões e formas de pagamento dos lotes; e a definição de uma verba de manutenção para cada uma das famílias assentadas (REIS, 2001).

Segundo Boamar (2002), os problemas encontrados pela ELETROSUL na inserção dos empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Rio Uruguai foram, em grande parte, determinados pela dificuldade da empresa, nas suas primeiras investidas na região, em estabelecer canais de comunicação com a população atingida, bem como com as lideranças locais e regionais. A ELETROSUL não possuía uma estratégia empresarial de inserção sócio-econômica-ambiental definida para a inserção das 22 usinas hidrelétricas, programa alcunhado pela população de *Dilúvio do Rio Uruguai*.

Com a percepção de que sem entendimento e negociações com o MAB não haveria saída para implantação das obras, iniciou-se um processo de negociação na busca de um consenso entre a empresa e o Movimento Social envolvido no conflito, estabelecendo-se, assim, seis anos depois do início das negociações, o remanejamento dos atingidos.

Para Brandenburg (1999), os Movimentos Sociais emergentes no meio rural no fim da década de setenta do século passado, entre eles o MAB, foram movimentos de resistência, de luta pela sobrevivência de uma categoria ameaçada de perder suas raízes e sua identidade: os pequenos agricultores familiares. Porém, Santos e Henriques (2001), indicam a possibilidade de estarmos, no cenário de privatização que se encontra hoje o setor elétrico Brasileiro, diante de perspectivas de retrocesso perante as conquistas obtidas, pois há pouco espaço para discutir os direitos das populações afetadas.

CAPÍTULO II

A Usina Hidrelétrica Quebra Queixo: Caracterização das áreas, da população rural atingida e da Proposta de Remanejamento

A viabilidade da implantação da UHE Quebra Queixo, vinha sendo estudada desde a década de 70 do século passado. Primeiramente pela ENERSUL com supervisão da CANAMBRA, posteriormente, em 1976, através da ELETROSUL que contratou o Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC). Os estudos se intensificaram, na década de 1990, com a alteração da legislação das concessões para empreendimentos hidrelétricos. Estes estudos ficaram sob responsabilidade da Empresa Queiroz Galvão, e foram realizados pelo Consórcio Projetista composto pelas empresas Engevix Engenharia S/C Ltda e Intertechne Consultores Associados S/C Ltda. Em abril de 2001, foram iniciadas as primeiras “atividades” da UHE Quebra Queixo, tendo como empreendedores as empresas Queiroz Galvão, Construtora Barbosa Mello S/A e a DESENVIX¹⁷ (ENGEVIX, 1997).

A UHE Quebra Queixo, hoje concluída, mas que na época da pesquisa de campo se encontrava em fase de implantação, está localizada no Rio Chapecó, afluente do Rio Uruguai, na divisa dos municípios de Ipuacu e São Domingos, mesorregião do Oeste Catarinense, distante aproximadamente 580 Km da capital do estado de Santa Catarina – Florianópolis. É o primeiro aproveitamento da cascata logo a montante da foz do Rio Chapecozinho. A casa de força está localizada no Km 165 do rio, medido a partir da sua foz, e o barramento na altura do Km 171, sendo suas coordenadas 26°40' Sul e 52°33' Oeste. (ETS/CEC, 2001).

O objetivo do empreendimento é a geração de energia elétrica a ser inserida no sistema de transmissão da CELESC, para atender demanda da Região Noroeste do Estado de Santa Catarina, sendo que a casa de força foi equipada com três turbinas de potência unitária de 40 MW, perfazendo uma potência total de 120 MW. A altura máxima da barragem é de 70 metros e o comprimento 670 metros. Após a Construção pelo consórcio

¹⁷ Usaremos ao longo do texto a expressão empreendedores para designar estas empresas responsáveis pelo empreendimento.

Queiroz Galvão, a Companhia Energética de Chapecó (CEC) irá operar a geração de energia elétrica.

2.1. – Caracterização geral da área de influência da UHE Quebra Queixo

A definição da área para elaboração do EIA/RIMA em empreendimentos constitui-se em conteúdo de complexidade significativa. Tradicionalmente, os critérios para estudos do setor elétrico, como viabilidade, projeto básico ou executivo definem critérios para a configuração de áreas de estudo, com base nos conceitos de “Área de Influência Direta” e “Área de Influência Indireta”.

A “Área de Influência Direta” inclui as áreas circundantes à localização física das obras de construção civil e a área do reservatório com a população que deve ser reassentada: é o “território do projeto”, isto é, as áreas que estão imediatamente conectadas às atividades da construção e que são diretamente influenciadas pelas necessidades diárias do processo produtivo e da vida social deste processo (RIBEIRO, *apud* HELM, 1993).

As Áreas de “Influência Indireta” são as dos municípios atingidos pela instalação das hidrelétricas no seu território e incluem a população residente nesses municípios e que permanecem nesses locais (HELM, 1993).

Tais conceitos e designações têm sido legitimados nos EIA, através dos Órgãos responsáveis pelo Licenciamento Ambiental.

Como o Plano de Usos Múltiplos do Reservatório da UHE Quebra Queixo está contido no âmbito dos estudos do setor elétrico e constitui compromisso do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e conseqüentemente do Projeto Básico Ambiental (PBA) aprovado pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA), foi considerada pertinente, pelos responsáveis pelo EIA/RIMA (ENGEVIX, 1997) lidar com estes conceitos de “Área de Influência Direta” e “Área de Influência Indireta”. De fato, ao delimitar -se tais áreas, definem-se regiões e configuram-se limites e continuidade. Portanto, estabelecem-se visões e divisões.

Para a determinação da área de estudo do Plano de Usos Múltiplos da UHE Quebra Queixo os empreendedores consideraram aspectos sociais, físicos e bióticos. Cada um

destes campos do conhecimento determinam abordagens diferenciadas e limites específicos. Por outro lado, os limites técnicos e documentais necessários às representações através de mapas, também determinaram a abordagem e o desenvolvimento do plano (ETS, 2000).

Desta forma, para a definição da área de estudo, os empreendedores estabeleceram três princípios, quais sejam (ENGEVIX, 1997):

- Princípio das relações: visa delimitar os limites internos de cada área considerando a natureza do próprio sistema e a possibilidade de identificação ou caracterização das relações entre o social, o físico e o biótico e deles entre si. Com este princípio buscou-se além da configuração tradicional das relações entre o antrópico e a fauna ou entre a geomorfologia e a flora, delimitar a área em função da caracterização decorrente das interações entre fauna e flora, ou entre geologia e hidrologia, ou entre culturas de diferentes etnias;
- Princípio das escalas: visa permitir o detalhamento das relações entre os sistemas e intra-sistemas de modo a caracterizar o espaço específico para as propostas de intervenção. Este princípio direciona-se para a busca de configurações inter e intra-sistemas com objetivos mais práticos, como a determinação de semelhanças de modo a configurar zonas, ou sub-regiões e conseqüentemente a definição e diretrizes e critérios para a gestão e a intervenção;
- Princípio da revalorização: visa a incorporação das designações já aceitas política e culturalmente, de modo a identificar e reconfigurar os instrumentos políticos de intervenção. Este último princípio tem por objetivo a valorização dos espaços e acordos já reconhecidos, bem como dos espaços, planos ou programas previstos, ou em andamento, pelas administrações públicas.

Portanto, foram considerados como sendo área de estudo de “Influência In direta” no meio ambiente socioeconômico e cultural, os municípios de São Domingos e Ipuçu, ambos localizados no Oeste do Estado de Santa Catarina, que possuem parte de suas terras afetadas pela implantação do empreendimento. Considerou-se ainda um terceiro município, Xanxerê, por sua proximidade e importância. Esse território engloba, cerca de 660 Km². No que concerne aspectos físicos e bióticos, foi considerado a região da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó.

A área de “Influência Direta” ficou assim constituída “pela porção do território diretamente impactada pela implantação da UHE Quebra Queixo, que é composta pela área de formação do reservatório, o local da casa de força, canteiros de obra, estradas de serviço, dentre outras, e engloba uma parcela dos municípios de São Domingos e Ipuçu” (ENGEVIX, 1997).

A área total em hectares das propriedades rurais localizadas na área de influência direta da UHE Quebra Queixo é de aproximadamente 1.700,00 hectares, e estão distribuídos conforme tabela abaixo.

Tabela 01: Área das propriedades atingidas pela UHE Quebra Queixo.

Municípios	Área Total (ha) Propriedades	Área Atingida Reservatório¹⁸ (ha)	Área Remanescente¹⁹ (ha)
IPUAÇU	805,01	419,70	385,31
SÃO DOMINGOS	901,98	232,81	669,17
TOTAL GERAL (ha)	1.706,99	652,51	1.054,48

Fonte: DESENVIX, (1999).

2.1.1. – Caracterização socioeconômica da região “indiretamente atingida”

Demarcou-se para estudos da área de “Influência Indireta” do meio sócio - econômico-cultural os municípios de São Domingos, Ipuçu e Xanxerê, localizados no Oeste de Santa Catarina, na microrregião do Alto Irani (AMAI) (Figura 02).

¹⁸ É composto pela área de formação do reservatório, o local da casa de força, canteiros de obra, estradas de serviço, dentre outras.

¹⁹ Entende-se por área remanescente aquela não atingida da propriedade que foi adquirida em sua totalidade e que não faz parte da faixa de proteção ciliar ao redor do reservatório.



Figura 02: Localização dos municípios de Ipaçu e São Domingos.
 Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/sc/regioes/xanxere>

A colonização do Oeste Catarinense se deu a partir de 1640. A região era habitada por índios Kaingang, onde seguidamente havia confrontos com os Bandeirantes Paulistas que seguiam para o Rio Grande do Sul. Assim como o Noroeste Riograndense e o Sudoeste Paranaense, o Oeste de Santa Catarina foi palco de disputa das Coroas da Espanha e de Portugal, nos anos de 1775 a 1777. Logo após, em 1839, Brasil e Argentina disputaram esta região.

Os relatos da chegada das primeiras famílias não indígenas na região datam de 1885. Estas eram oriundas de Guarapuava e Palmeira-PR, e instalaram-se no município de Chapecó. Somente em 1893 observou-se uma colonização mais efetiva da região, com a chegada de inúmeras famílias oriundas do Rio Grande do Sul, principalmente refugiados de uma Revolução que atingia todo o Estado. Eram em sua maioria imigrantes europeus formados por alemães, italianos, poloneses, entre outros. As famílias ao chegarem

encontraram inúmeras belezas naturais como as bacias hidrográficas do Rio Chapecó e Chapecozinho e imensas florestas nativas.

Três fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Região do Oeste de Santa Catarina datam do século passado. O primeiro foi a chegada de Empresas Colonizadoras, o segundo a abertura da Estrada Federal denominada BR-282 e, por último, a instalação de Agroindústrias, que é alicerçada historicamente em unidades familiares de produção, destacando-se na produção de suínos, aves, milho, leite, feijão, soja e fumo.

A Região Oeste Catarinense ocupa uma área de 25,3 mil Km² e é constituída, atualmente por 95 municípios. A população é de 1,17 milhão de habitantes (IBGE, 2000), com 37% localizada no espaço que o IBGE classifica como meio rural. O relevo é montanhoso, com apenas 1/3 da área apta para culturas anuais. O número total de estabelecimentos rurais verificados no Censo Agropecuário de 1995/96 foi de 88 mil, sendo 33,6% com menos de 10 ha e 93,85% com menos de 50 ha (IBGE, 1996). A estimativa média feita pela EPAGRI é que a região é composta por aproximadamente 75 mil unidades familiares de produção (SILVESTRO *et al.*, 2001).

2.1.2. – Caracterização geral dos municípios “diretamente atingidos”

Os municípios de São Domingos e Ipuação, encontram-se a uma distância aproximada de 620 Km da capital do estado, Florianópolis. O relevo é constituído de um planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas, com solos de origem basáltica, com predomínio do Latossolo Vermelho Distroférico, Nitossolo Vermelho Distroférico Típico e Cambissolo Háptico Distroférico Típico²⁰. A altitude aproximada é de 635 m acima do nível do mar, havendo, entretanto, localidades que atingem altitudes em torno de 800 m. De acordo com a classificação de Koeppen, o clima é mesotérmico úmido Cfb, com temperatura média anual em torno de 18,1°C e precipitação total anual entre 1.700 e 2.000 mm.

Ipuação, município criado em 30 de março de 1992, foi desmembrado dos municípios de Abelardo Luz e Xanxerê. Possui uma área territorial de 259 Km²,

²⁰ Fonte: Uberti (2003), comunicação pessoal.

abrangendo parte da Reserva Indígena Xaçecó. A reserva é das etnias Kaingang e Guarani e ocupa 15.623 ha de área, onde vivem aproximadamente 4.000 índios. A reserva originou o nome do município, pois Ipuacu significa em Tupi Guarani um ‘Lajeado Grande’, que marca o fundo do rio Chapecó. São Domingos possui uma área territorial de 384 Km², e assumiu categoria de município em 12 de dezembro de 1962, também sendo desmembrado do município de Xanxerê.

A população dos municípios em sua grande maioria é descendente de colonizadores oriundos do Rio Grande do Sul e suas regiões campestres que vieram, por volta de 1930, na perspectiva de adquirirem lotes de terras boas e de aptidão para a agricultura, com preços acessíveis em relação aqueles oferecidos nas suas regiões de origem, que na época se caracterizavam por regiões populosas com baixa oferta de terras agricultáveis. De acordo com dados do IBGE (2000), a população está distribuída predominantemente na área rural (Tabela 02):

Tabela 02: Distribuição da População dos municípios de Ipuacu e São Domingos.

Município	População			
	Rural	Urbana	Indígena	Total
Ipuacu	2854	967	2300	6121
São Domingos	4109	5428	-	9537
Total	6963	6395	2300	15658

Fonte: IBGE – 2000

Várias são as etnias que compõem a população dos dois municípios: em São Domingos a italiana tem grande prevalência – em torno de 70% –, seguida da alemã, polonesa e ‘cabocla’²¹. Já em Ipuacu, a população é formada por caboclos, italianos, alemães e poloneses. Além da população indígena nativa, os demais migrantes são provenientes, em grande parte, de outras áreas coloniais, de modo especial do Rio Grande do Sul.

²¹ No dicionário de Língua Portuguesa, por ‘cabloco’ designa -se um mestiço de branco com índio, de cor acobreada e cabelos lisos, também conhecido como mameluco, sertanejo, caipira, etc. Contudo como afirma Bloemer (1996), a despeito de seus vários significados regionais tal designação não tem sempre implicações fenotípicas, antes, parece remeter a um determinado modo de vida ou a uma cultura específica, denominada ‘cultura cabocla’.

Os pioneiros quando nestes municípios chegaram, encontraram terra rica e coberta de araucárias e pela própria situação desenvolveram a primeira atividade econômica com base na extração da madeira. Com o passar do tempo as matas foram cedendo espaço para as lavouras e construções, surgindo atividades econômicas como a agricultura, a avicultura e o comércio, que são a base da economia dos municípios.

Ambos os municípios destacam-se pela produção agropecuária, sendo esta a principal atividade econômica. São reconhecidos como área preferencial para produção de sementes de soja devido ao clima subtropical e a altitude. Destacam-se as culturas de milho, soja e trigo, entre outras (tabela 03).

Tabela 03: Principais culturas agrícolas, áreas de plantio e produtividade nos municípios de Ipuçu e São Domingos em 2000.

Cultura	Município			
	Ipuçu		São Domingos	
	Área (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Área (ha)	Produtividade (Kg/ha)
Milho	4.800	4.800	9.500	4.000
Soja	5.700	2.400	11.000	2.580
Trigo	1.500	1.200	1.000	1.800
Feijão	50	1.200	800	1.080
Aveia	700	1.000	600	1.200

Fonte: Secretarias de Agricultura dos municípios de Ipuçu e de São Domingos.

Outras culturas anuais como triticales, fumo, arroz, cebola, batata inglesa, têm ocupado espaço crescente no setor agrícola dos municípios. Entre as culturas permanentes destacam-se a uva, a laranja e a erva-mate.

Em relação à pecuária, destacam-se a bovinocultura leiteira e a de corte, a avicultura, a suinocultura além da, com menor expressão, piscicultura e a avicultura, conforme se verifica na tabela 04.

Tabela 04: Produção Pecuária desenvolvida nos municípios de São Domingos e Ipuçu.

Atividades Pecuárias	Unidade	Município	
		Ipuçu	São Domingos
Bovinocultura de leite (vacas ordenhadas)	Cabeças	1.720	3.700
Leite (produção)	Mil litros	2.968	4.058
Efetivos dos rebanhos bovinos	Cabeças	6.000	13.500
Efetivo dos rebanhos suínos	Cabeças	20.300	15.268
Efetivo dos rebanhos ovinos	Cabeças	500	1.080
Aviários	Unidade	110	40
Efetivo dos rebanhos de aves	Cabeças	800.000	200.000
Ovos de galinha (produção)	Mil dúzias	127	57
Mel de abelha (produção)	Kg	3.250	11.500

Fonte: IBGE, produção Pecuária Municipal, 1999.

Com relação à ocupação da terra, o território dos municípios está assim distribuído:

Tabela 05: Ocupação de terras nos municípios de Ipuçu e São Domingos.

Tipo de ocupação	Ipuçu	São Domingos
Lavoura temporária	60%	57%
Pastagem	16%	15,5%
Reflorestamento e mata nativa	9%	13%

Fonte: Secretarias de Agricultura dos municípios de Ipuçu e de São Domingos.

A estrutura fundiária se caracteriza, substancialmente, por pequenas propriedades, que são ao mesmo tempo de moradia e de produção. Predominam agricultores familiares policultores, na sua maioria proprietários (aproximadamente 84%), que praticam a agricultura de subsistência, associada à produção orientada, em maior ou menor grau, para o mercado.

O setor industrial de ambos os municípios é pouco desenvolvido, destacando-se em São Domingos a indústria de laticínios, fábrica de confecções, de móveis e de papel-

celulose. Em Ipuacu, destaca-se uma pequena indústria de cerâmica localizada na Reserva Indígena Xaçecó e um frigorífico de abate de suínos.

São Domingos apresenta, ainda, diversas alternativas turísticas, com rios, cachoeiras e prainhas, lugares de veraneio que atraem muitos visitantes anualmente. Alguns desses lugares foram ou serão submersos, com a implantação da hidrelétrica.

2.1.3. – Caracterização das unidades familiares de produção “diretamente atingidas” pelo empreendimento

Segundo o PBA da UHE Quebra-Queixo, no município de São Domingos, foram cadastradas 27 propriedades de agricultores, com 34 famílias e 121 pessoas atingidas na Área de Influência Direta do empreendimento, sendo assim distribuídos em relação ao vínculo que os agricultores têm com a terra: 26 proprietários²² (sendo um agricultor proprietário de duas áreas no reservatório), 04 assalariados²³, 01 parceiro²⁴, 01 agregado²⁵ e 01 arrendatário²⁶. Já no município de Ipuacu, foram cadastradas 48 propriedades, com 53 famílias e 148 pessoas atingidas na Área de Influência Direta do empreendimento²⁷. Em relação ao vínculo que os agricultores têm com a terra, estão assim distribuídos: 43 proprietários, 06 na categoria “outros” (inclui filhos de proprietários²⁸), 03 parceiros, 01 agregado e 03 arrendatários.

²² Proprietário é o dono da terra por titulação. São proprietários passíveis de remanejamento os que possuem área menor que 75 hectares e a propriedade ficar inviável economicamente para a manutenção da(s) família(s) (DESENVIX, 1999).

²³ Assalariado é todo aquele que trabalha mediante um salário pré-fixado (DESENVIX, 1999).

²⁴ Parceiro Rural (meeiros, terceiros e similares) é o trabalhador rural que, através de contrato escrito ou não, explora a terra, mediante partilha de riscos de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural ou lucros havidos nas proporções que estipularem (DESENVIX, 1999).

²⁵ Agregado é o trabalhador sem terra que vive em propriedade de terceiros, com ou sem remuneração (DESENVIX, 1999).

²⁶ Arrendatário é o trabalhador rural que através de contrato escrito ou não, utiliza-se da área com o objetivo de exploração da terra mediante aluguel (DESENVIX, 1999).

²⁷ Estes dados foram extraídos do Projeto Básico Ambiental, e segundo o empreendedor, ainda devem ser considerados aproximados (DESENVIX, 1999).

²⁸ Filhos de proprietários são aqueles que estiverem cadastrados e constituírem nova Unidade Familiar (são duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família que moram juntas e dependem da renda da propriedade que será atingida) até a data da negociação da terra (DESENVIX, 1999).

As unidades familiares são consideradas de policultivos, dedicando-se à produção tanto para consumo familiar, como para a comercialização. Quanto a mão-de-obra é basicamente familiar (100% das propriedades), sendo complementada eventualmente, dependendo das necessidades, por assalariamento temporário (4,0% das propriedades) e permuta de dias de serviço entre vizinhos (64,0%), principalmente na atividade da avicultura, devido ao carregamento das aves. Em alguns casos, recorrem ao assalariamento permanente (4,0% dos proprietários). Em ocasiões de plantio e colheita em áreas mecanizadas, 76,0% das unidades de produção contratam equipamentos e mão-de-obra de terceiros para realizar tal tarefa, devido ao fato de poucas famílias possuírem equipamentos para este fim.

Aproximadamente 88,0% das propriedades atingidas têm menos de 25 ha de área, e as principais atividades agropecuárias desenvolvidas à nível comercial, estão assim representadas (Tabelas 06 e 07):

Tabela 06: Principais atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas atingidas pela UHE Quebra Queixo.

Atividade Agrícola	Nº de famílias	Percentual (%)
Milho	20	80,0
Soja	11	44,0
Cana de açúcar	5	20,0
Feijão	5	20,0
Trigo	1	4,0
Triticale	1	4,0
Fumo	1	4,0
Erva-mate	8	32,0

Fonte: Pesquisa de campo 2002.

Tabela 07: Principais atividades pecuárias desenvolvidas nas unidades produtivas atingidas pela UHE Quebra Queixo.

Atividade Pecuária	Nº de famílias	Percentual (%)
Bovinos de leite	17	68,0
Bovinos de corte	15	60,0
Suínocultura (sistema integração agroindústria)	13	52,0
Avicultura (sistema integração agroindústria)	8	32,0
Ovinocultura	2	8,0
Piscicultura	2	8,0

Fonte: Pesquisa de campo 2002.

Também foi citada a cultura de aveia na forma de pastagem de inverno. Em relação ao consumo familiar, além do feijão, foram citadas as culturas de mandioca, cebola, amendoim e fruticultura (uva, citrus, jabuticaba, etc.). É válido lembrar que as família agricultoras trabalham com mais de um tipo de cultura e de um tipo de rebanho. O destaque na bovinocultura de leite se deve ao consumo próprio familiar e também ao sistema de Integração com Laticínios, que oscila em torno de 64,0%.

Na maioria das propriedades são utilizadas práticas de conservação do solo (96,0%). Entre as mais utilizadas na região do empreendimento destacam-se as quantificadas na tabela 08.

Tabela 08: Principais práticas agrícolas desenvolvidas nas áreas atingidas pela UHE Quebra Queixo:

Prática agrícola	Nº de famílias	Percentual (%)
Plantio direto	24	96,0
Rotação de culturas	14	56,0
Terraceamento	3	12,0
Cordão de pedra	3	12,0
Cordão vegetal	2	8,0
Consociação de culturas	2	8,0
Aplicação de calcário	17	68,0

Fonte: Pesquisa de campo 2002.

Em relação às técnicas ou recursos utilizados nas etapas de produção, as que apresentaram maior representatividade são o uso de agrotóxicos (herbicidas e inseticidas), adubação química, adubação orgânica de aviário e colheita mecânica, pois a região do entorno do empreendimento tem características de plantio e colheita mecanizada, sendo muito significativas as áreas de plantações de soja e milho. No entanto, quando se refere a plantio e colheita, a caracterização do serviço é terceirizada, pois são poucas as famílias que dispõem de equipamento para tal fim, principalmente colheitadeiras (24,0%), e quando possuem é em conjunto com familiares. Mesmo assim, 60,0% das famílias dispõem de junta de bois e 96,0% dispõe de algum equipamento de uso com tração animal (carroça, arado, plantadeira, etc.).

O beneficiamento de produtos é destinado basicamente para consumo familiar, e não há uma significância de produtos caseiros produzidos numa escala para comercialização. Entretanto, os produtos mais produzidos na região estão relacionados na Tabela 09.

Tabela 09: Produtos beneficiados nas propriedades pesquisadas e número de famílias que produzem.

Tipo de Beneficiamento de Produto	Nº de famílias que produzem os Produtos	Percentual (%)
Banha e o torresmo	23	92,0
Lingüiça	13	52,0
Compota de doces	16	64,0
Queijo	15	60,0
Manteiga	13	52,0
Melado de cana	5	20,0
Vinhos	9	36,0
Nata	9	36,0

Fonte: Pesquisa de campo 2002.

Quanto à filiação em sindicatos, 64,0% dos agricultores eram sindicalizados, sendo os principais sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipuacu e o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Xanxerê²⁹ e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos. No tocante a filiação em cooperativas, aproximadamente 52,0% das famílias são filiadas. As principais cooperativas que os agricultores da região fazem parte é a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.) e COOPERALFA (Cooperativa Regional Alfa Ltda.).

Entre as principais agroindústrias as quais as famílias agricultoras estão integradas destaca-se, no setor de avicultura a SEARA Ltda e no setor de leite a GLÓRIA Laticínios. Em relação ao recebimento de Assistência Técnica, 92,0% das famílias têm este serviço, e as principais empresas que prestam assistência técnica são as seguintes: COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.); SEARA Ltda.; W.W. Alimentos Ltda.; Agropecuária Melo Erbitex (Comércio Agropecuário da Cidade de São Domingos – particular). Também foram citados a Secretaria Municipal de Agricultura de ambos os municípios e os Escritórios Municipais da EPAGRI. O elevado número de famílias que recebem assistência técnica na região deve-se ao fato, além das integrações, à característica básica das lavouras, principalmente milho, soja e fumo, que são culturas que apresentam uma maior significação para as cooperativas em prestar algum tipo de assistência técnica.

Na região do entorno do empreendimento hidrelétrico Quebra Queixo, há pouca utilização de crédito agrícola. As famílias que o fazem, utilizam o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, – Cooperativas de Crédito e o crédito do Banco do Brasil.

Em relação à participação das famílias em entidades comunitárias – associação comunitária, clube de mães, grupo de idosos, clube de jovens, grupo de igreja, agente de saúde, grupos de esporte, clube social (particular) –, 96,0% das famílias participam, sendo mais relevante a participação em clubes de mães e grupos de igreja.

A população rural atingida pelo empreendimento da UHE Quebra Queixo é basicamente da religião Católica, sendo registrada, também, entre as demais religiões a Evangélica de Confissão Luterana.

Entre as propriedades indenizadas, em 60% delas os proprietários ali residiam por mais de 30 anos; 30% foram adquiridas de familiares ou então recebidas como herança;

²⁹ Devido o município de Ipuacu ter sido emancipado recentemente do município de Xanxêre, alguns agricultores ainda mantêm a filiação ao sindicato deste município.

em 30% um ou mais filhos receberam carta de crédito; e, em 50% das propriedades havia no mínimo um dos cônjuges aposentado.

2.2 – Caracterização da proposta de remanejamento

Como as obras e a formação do lago da UHE Quebra Queixo exigiam o remanejamento das populações atingidas que habitam as áreas requisitadas para esse fim, foram elaboradas, por parte dos empreendedores, políticas de remanejamento da população atingida. Estas políticas continham critérios de negociação, avaliação de patrimônio e previam a “promoção na qualidade de vida” desses moradores.

Portanto, a “Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pelo Empreendimento UHE Quebra Queixo” (ETS, 2000), elaborada pelos empreendedores, tinha como objetivo principal, “elaborar programas que minimizassem os impactos sociais que afetassem a população atingida pelo empreendimento bem como preservar a cultura e a tradição que as mantém unidas pelo sentimento forte de ligação à terra”, buscando:

- Promover a ascensão socioeconômica dos agricultores atingidos pelo empreendimento;
- Preservar a cultura e a tradição;
- Promover ajuda à readaptação e capacitação técnico-profissional através de convênios com órgãos afins;
- Incentivar a participação da população atingida na elaboração e implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais Coletivos;
- Permitir que os próprios beneficiários ou seus representantes participassem na organização do processo da escolha de local para implantação dos reassentamentos rurais; e, incentivar o desenvolvimento dos trabalhos de mutirão sempre que possível.

Segundo o PBA e a Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pelo Empreendimento UHE Quebra-Queixo, o remanejamento da população deveria levar em conta: a realidade sociopolítica, os impactos sociais que afetam a população atingida pelo empreendimento, bem como a preservação da cultura e a tradição que as mantém e a sua continuidade produtiva no meio rural através das alternativas que

atendessem aos interesses dos envolvidos, tornando o remanejamento socialmente satisfatório. O remanejamento deveria ser adequado, tanto ao perfil quanto ao grau de vulnerabilidade das populações com especial atenção aos grupos minoritários (DESENVIX, 1999).

Para tanto, a proposta contemplava seis alternativas de remanejamento, que de acordo com os empreendedores, deveriam atender aos interesses dos envolvidos:

1 – **Indenização**: esta modalidade de remanejamento deveria contar com a participação dos proprietários na determinação dos preços das terras e benfeitorias, através de pesquisa de preço. A avaliação da propriedade seria feita, utilizando os dados obtidos através dos levantamentos executados com o acompanhamento dos proprietários e/ou seus prepostos.

As indenizações seriam em dinheiro; para tanto seriam realizadas pesquisas de preços de terras e benfeitorias, com a participação dos atingidos na região de abrangência da UHE Quebra-Queixo. A pesquisa teria validade por seis meses e a tabela de valores somente passaria a valer depois de ser aprovada pelos atingidos. As indenizações poderiam ser totais ou parciais. No primeiro caso, se a propriedade fosse inviabilizada e, no segundo, quando restritamente atingida, e o pagamento seria feito mediante a assinatura da escritura.

As indenizações contemplaram valores de pagamento em reais por hectare, com base em pesquisa referente a terras nuas, benfeitorias reprodutivas e benfeitorias não reprodutivas. Para a terra nua deveriam ser consideradas as classes de aptidão agrícola, classes essas que expressariam a aptidão para um determinado tipo de utilização, contemplando quatro classes: áreas mecanizadas, áreas de tração animal, áreas de trabalho braçal e áreas inaproveitáveis.

2 – **Reassentamento Rural Coletivo**: conjunto de lotes e residências, benfeitorias de apoio, sistema viário, equipamentos sociais coletivos e infra-estrutura complementar. O reassentamento visava a mudança social das famílias, proporcionando sua ascensão socioeconômica e cultural preservando tanto quanto possível suas características culturais originais. Os tamanhos dos lotes nos reassentamentos coletivos deveriam ser determinados a partir da Força de Trabalho (F.T.) Familiar – valor numérico atribuído à capacidade e disponibilidade de cada trabalhador para execução de tarefas vinculadas a exploração agropecuária variando de acordo com a faixa etária, sexo e saúde (Anexo III) – composta

pela soma da FT's de seus membros que nunca poderia ser menor que 1,8 F.T., conforme Anexo IV (ETS, 2000).

Nesta modalidade previa-se que:

- Deveriam ser prestadas assistência técnica e social por um período de cinco anos;
- O empreendedor se responsabilizaria pelas despesas relativas à mudança do beneficiário para a nova propriedade;
- A subsistência da unidade familiar seria garantida pelo empreendedor através do pagamento de uma verba de manutenção mensal por um período de até nove meses em conformidade com a efetiva necessidade, apurada por análise técnica;
- O beneficiário do empreendimento deveria fazer uma opção da sua intenção em participar do projeto de Reassentamento, confirmando-a definitivamente somente após o reconhecimento da área. Após confirmação não poderia mais alterar sua opção;
- As famílias deveriam assumir o valor correspondente à terra, casa e todas as benfeitorias individuais e coletivas. O pagamento seria realizado em dez anos com carência de três anos. As prestações anuais deveriam ser tomadas com base na renda monetária líquida de uma propriedade de 17 ha e uma FT igual a 2,0 considerando o modelo de produção convencional da região de origem (Anexo V). O número de sacas de milho de cada prestação anual seria convertida em moeda corrente nacional utilizando-se, como referência, o preço mínimo para o produto garantido pelo Governo Federal. Os pagamentos seriam efetuados anualmente, 90 dias após a colheita da safra principal, obedecendo ao calendário agrícola da região do Reassentamento.

3 – **Pequeno Reassentamento Rural:** deveriam ser implantados em parceria com as organizações dos atingidos e seus órgãos representativos, dentro da filosofia básica dos reassentamentos convencionais. Deveriam ser áreas pequenas de 05 até 09 lotes rurais, com casa, galpão, água e luz elétrica, sendo que o tamanho do lote deveria variar de acordo com a FT de cada unidade familiar.

4 – **Carta de Crédito para Autoreassentamento:** documento emitido pelo Empreendedor com fim exclusivo de garantir recursos financeiros para que o beneficiário adquirisse um imóvel. Nessa modalidade, a família se responsabilizaria pelo seu próprio reassentamento, através da busca e aquisição de uma propriedade compatível com seu direito. Eram passíveis de enquadramento nesta modalidade todo o agricultor ou unidade familiar

vinculados a imóveis atingidos especialmente pela formação do Reservatório, pelo Canteiro de Obras da Barragem e por Unidades de Conservação ou Estações Ecológicas, desde que obedecidas a seguintes condições:

- Proprietários de lotes rurais com área até 75 ha, atingidos totais ou parcialmente, desde que a propriedade ficasse inviável para o sustento da família, e que: não possuíssem outra propriedade economicamente viável fora da área atingida; dependiam da área atingida para sua subsistência; o remanescente da área atingida resultasse inviabilizado economicamente; e, que não tivessem adquirido a propriedade após a data de fechamento do Cadastro Socioeconômico³⁰, realizado para tal fim.
- Não proprietários (arrendatários, meeiros, parceiros rurais, agregados, posseiros), trabalhadores rurais que comprovadamente mantivessem ou tivessem mantido vínculo com a propriedade atingida pelo empreendimento, dela dependendo para a sua subsistência, até a data de fechamento do cadastro socioeconômico.
- Filhos de proprietários e não proprietários de áreas atingidas pelo empreendimento que tivessem formado uma nova unidade familiar até a data da negociação da propriedade com o empreendedor, também se enquadravam nesta modalidade.

Os beneficiários com carta de crédito teriam como direitos:

- Lotes rurais para Reassentamento de Unidade Familiar convencional;
- Despesas de Escritura e Registro do novo lote por parte do empreendedor;
- Despesas de mudança por parte do empreendedor;
- Verba de manutenção mensal por um período de até 9 (nove) meses em conformidade com a efetiva necessidade, apurada por análise técnica;
- Quitação do imóvel no caso de morte do titular.
- A área de direito do beneficiário, deveria ser igual para todos, independente da FT, obedecendo aos seguintes parâmetros (Tab. 10):

³⁰ Compreende um levantamento censitário de todas as famílias diretamente atingidas, vinculadas às áreas que serão alagadas ou necessárias ao empreendimento: é o instrumento que dimensiona o universo atingido e serve de base ao empreendedor para todo o seu planejamento. É feito na base dos estudos de viabilidade de forma rápida e sem muito alarde “para evitar as ações de oportunistas e especuladores” (BOAMAR, 2002).

Tabela 10: Determinação da área do beneficiário.

Finalidade	Grupo Aptidão Agrícola	Área (ha)
Instalação e acessos	3	0,5
Lavouras	3	10,0
Pastagens	4 e 5	3,0
Reserva Legal e área de Reserva Humana	6	3,5
Área total do lote	Ha	17,0

Fonte: ETS (2000)

5 – **Reassentamento em área remanescente:** entendia-se por área remanescente aquela área da propriedade não atingida e adquirida em sua totalidade e que não fizesse parte da faixa de proteção ciliar na orla do reservatório. As áreas deveriam ser reorganizadas, incluindo a recomposição da infra-estrutura, formando novos lotes que possibilitassem o reassentamento de unidades familiares. O ressarcimento deveria ser igual às demais formas de remanejamento.

6 – **Reassentamento de Casos Especiais:** deveriam ser considerados casos especiais as pessoas ou unidades familiares com características extraordinárias incluindo: idosos, sozinhos, deficientes físicos e/ou portadores de doenças limitantes ou incapacitantes, cuja F.T. não atingisse 1,8. Essas pessoas ou unidades familiares deveriam receber lotes especiais e benfeitorias com metragens especiais.

A Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pela UHE Quebra Queixo previa, ainda, um programa de monitoramento da população, envolvidos no processo de implantação de um projeto desta natureza requerendo um acompanhamento e uma avaliação analítica e periódica, permitindo uma leitura de aspectos como a retomada do processo produtivo, interação social e adequação da infra-estrutura básica. A metodologia utilizada era basicamente a aplicação de questionários constando de variáveis no âmbito social, econômico e cultural das famílias reassentados em tempos estabelecidos, chamados de “etapas”, com o objetivo inicial da verificação do desenvolvimento das mesmas.

Etapa T0 – efetuada antes da mudança para a nova propriedade – caracteriza-se por ser o momento de contato com as famílias que esperam o remanejamento, consistindo na realização de entrevistas com agricultores rurais (proprietários e não proprietários), onde deveria ser levantado como se deu todo o processo de desocupação da área do reservatório e, em especial, como foi esse processo em cada família.

Etapa T1 – após seis meses da mudança – caracteriza-se por ser o momento de identificar como estaria sendo a adaptação da família, processo de inserção na nova comunidade e quais os maiores problemas e dificuldades que a família estaria apresentando no novo local de residência.

Etapa T2 – após a 2ª safra – esta etapa caracteriza-se por ser o momento da maturação, com o objetivo de detectar a ascensão socioeconômica da família, conforme a apresentação de seu grau de vulnerabilidade. As formas de remanejamento, quanto a Casos Especiais, Indenizações e Reassentamento em Áreas Remanescentes deveriam ser acompanhados até esta etapa, caso não apresentassem nenhuma deficiência, poderiam ser emancipados do programa de monitoramento.

Etapa T3 – após a 4ª safra – caracteriza-se por ser o momento de estabilização, que será após a 4ª safra, objetivando medir como estariam as famílias nesta etapa estável financeiramente, momento que iniciarão o pagamento de seus lotes ao empreendedor (término do período de carência).

O questionário deveria ser aplicado igualmente para todas as formas de remanejamento, e seria igual nas variáveis levantadas nas etapas T0 e T1, utilizando uma metodologia comparativa da situação de origem da família agricultora (Etapa T0) com a situação após a mudança, já reassentada em sua nova propriedade (Etapa T1). Já nas etapas seguintes, estava prevista a aplicação de questionários diferenciados, pois o nível de verificação seria no âmbito econômico, buscando detectar a ascensão socioeconômica da família, sendo que as variáveis trabalhadas deveriam ser as questões de sua produção agropecuária.

O programa de Monitoramento da População Atingida previa, também, o apoio à reinserção das famílias optantes pelas modalidades de Carta de Crédito e Áreas Remanescentes. Tinha como objetivo o monitoramento da reinserção das famílias numa

localidade por elas escolhidas e o apoio para que essa reinserção ocorresse da melhor maneira possível, de forma a atender a compensação pelo reassentamento involuntário.

A emancipação das famílias no programa deveria ocorrer quando fosse detectada sua ascensão socioeconômica, ou seja, sua melhora nas condições de vida econômica, social, cultural e de inserção na nova comunidade.

CAPÍTULO III

Diagnósticos e reivindicações sobre efeitos e suas compensações na perspectiva de diferentes atores sociais

Para a Comissão Mundial de Barragens (2000), barragens são apenas um meio para alcançar um fim, e o fim pretendido por todo o projeto de desenvolvimento deve ser a melhoria sustentável do bem estar humano. Isto significa promover um avanço significativo no desenvolvimento humano em uma base que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. No entanto, para Carmo (1998), torna-se difícil operacionalizar a sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que, além dos interesses econômicos e de classes sociais envolvidas, há a necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se.

Para que isso ocorra, são necessárias políticas compensatórias, políticas estas elaboradas pelos diversos segmentos sociais envolvidos, na busca de minimizar efeitos gerados por esse tipo de empreendimento, procurando manter a sustentabilidade e o modo de vida dos diferentes atores sociais.

No entanto, há diversas maneiras de se perceber estes efeitos, pois estes se fazem sentir especialmente devido ao modo de inserção do ator no processo. Também, com base nos efeitos e na inserção no processo, distintas são as necessidades de compensação.

3.1. – Diferentes versões sobre os efeitos

O artigo 1º da resolução n.º 001 do CONAMA, de 23 de janeiro de 1986, considera impacto ambiental “.. qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais”.

Concretamente, entretanto, Sigaud (1992) ressalta que os efeitos não são idênticos onde quer que se decida construir uma barragem. Eles ocorrem, como lembra Reis (1998), de acordo com a região, com as relações que os diferentes grupos sociais mantêm com o território a ser alagado, com as condições sociais de produção e o modo que o projeto é implantado no meio. Mesmo assim, vale ressaltar que o acúmulo de estudos de caso referentes a efeitos sociais da instalação de hidrelétricas permitiram algumas generalizações sobre a constância desses efeitos.

Este é o caso, por exemplo, do trabalho de Scudder (*apud* BARTOLOMÉ, 1983), que constatou nas populações rurais, como principal efeito socioambiental, o decréscimo no nível de produção e no nível de vida dos atingidos. Isto ocorreria não só devido ao estresse da remoção mas, também, em função de fatores como o desconhecimento dos novos solos, da perda de ciclos produtivos, da carência de tecnologia e das especificidades dos novos cultivos.

Waldman (1992), por sua vez, afirma que o deslocamento da população e o comprometimento de formas tradicionais de vida, que fogem aos conceitos de desenvolvimento, dificilmente são mensuráveis. Mesmo assim, a seqüência mais comum de efeitos socioambientais em uma obra hidrelétrica seria, de acordo com Waldman (*op. cit.*),

- 1 – Na realização de estudos nas propriedades, o levantamento técnico e desmatamento podem causar interrupções na produção;
- 2 – A ocupação das terras pelas obras de engenharia gera as primeiras desapropriações e retirada de grandes quantidades de rocha e terra;
- 3 – As inundações de áreas obriga a população a abandonar suas terras para dar lugar ao lago da hidrelétrica. Com ela desaparecem terras férteis, que estavam em plena produção;
- 4 – As alterações do curso do rio e poluição da água a jusante da barragem. Os rios deixam de fertilizar naturalmente as margens através das enchentes. A qualidade da água cai, afetando a pesca e o consumo;
- 5 – As modificações ecológicas são ainda pouco conhecidas tal como os impactos no microclima regional e no próprio ecossistema;

6 – A ocupação de terras pelas linhas de transmissão, inutiliza grandes áreas para a agricultura e reproduz impactos semelhantes aos que afetam a população que têm suas terras submergidas.

Waldman (1992) aponta ainda outros efeitos também comuns de acontecerem nestes casos, como o aumento da violência, a destruição da cultura popular e o esfacelamento da vida comunitária. Estes impactos são complementados por outro que têm relação direta com eles, visto que, segundo Bloemer (2001), às perdas objetivas materiais correspondem também perdas subjetivas existenciais, que consistem no fato da população ter que ‘abdicar’ de seus bens, numa separação repentina e dolorosa, de um espaço que os satisfazia de forma real, tendo como conseqüência a geração de sentimentos indesejados, tais como a inquietação, o pânico, a insegurança e a ansiedade.

Do ponto de vista legal, de acordo com a Resolução do CONAMA supracitada, a identificação dos impactos e as medidas recomendadas para a minimizá-los, devem estar contemplados no EIA e respectivo RIMA. O EIA/RIMA é submetido à aprovação dos órgãos competentes, no caso a FATMA, e o IBAMA em caráter supletivo.

A área a ser modificada pela implantação do empreendimento é diagnosticada, através do EIA, o que tornaria possível identificar os impactos sobre a população, a fauna, a flora e os recursos hídricos, entre outros aspectos. Essas informações são de extrema importância, pois a partir delas é que se determinam as medidas necessárias para que os impactos sejam diminuídos ou compensados. No entanto, para Reis (1991), alguns aspectos a respeito da elaboração dos EIA/RIMA e de sua avaliação, levam a crer que não só os impactos são inevitáveis, como também as obras. Uma vez estas planejadas, as construções são irreversíveis.

Pela Resolução n° 001 já referida (art. 7°) os EIA/RIMA devem ser elaborados por equipes independentes dos órgãos proponentes dos projetos de construção das obras em questão. Mas, mesmo se tratando de equipes independentes, estas são financiadas pelos próprios proponentes do projeto, anulando as condições de independência de tais equipes. Isso possibilita ao proponente exercer pressão para atingir os seus interesses. Como assinala Sigaud (1988), dificilmente alguma empresa de consultoria se arriscaria a produzir um EIA/RIMA salientando os aspectos negativos resultantes das obras e não recomendando sua construção, sob pena de perder as próximas concorrências. Para Reis (1991), é mais

provável que se trate de “minimizar a avaliação dos efeitos, antes mesmo de se pensar em minimizar o próprio efeito”. Afinal, segundo Cavallazzi (*apud* REIS, 1991), estudos e relatórios são as “mercadorias” do mercado das consultorias. Não querendo desqualificar os profissionais que elaboram estes documentos, vale dizer, no entanto que é através destes documentos ou “mercadorias” que, muitas vezes, se pode “medir” o impacto ambiental de certas “ações profissionais”.

Por outro lado, mesmo que o EIA/RIMA contemple os reais impactos que a comunidade atingida sofrerá em relação à dinâmica de sua população, ao seu espaço produtivo, à sua organização social, estes não recebem a ênfase e a importância devida, ao serem divulgados à população. Geralmente as soluções apresentadas pelos empreendedores dos grandes projetos trazem, também, uma melhoria de qualidade de vida para pelo menos parte da população, que não se apercebe da presença de fatores negativos nestas transformações, que alterarão o curso de suas vidas (MEDEIROS, 1995).

Com relação a avaliação dos EIA/RIMA que deve ser realizada pelos órgãos estaduais responsáveis pela Política Ambiental, Reis (1991) lembra que além destes órgãos, ainda que bem intencionados, nem sempre dispõem numericamente de pessoal capacitado para proceder criticamente a referida avaliação, com frequência não dispõem, também, de outros estudos sobre as áreas enfocadas que permitam uma análise contrastiva das informações apresentadas pelas empresas consultoras.

Para o empreendedor da UHE Quebra Queixo, com base no EIA/RIMA, ficaram assim listados os prováveis efeitos da implantação do empreendimento (ENGEVIX, 1997):

- No meio físico: ocorrências de sismos induzidos (tremor); aceleração do processo erosivo; elevação do nível do lençol freático e alteração na estabilidade das encostas; perda de solos com potencial agropecuário e de produção; alteração do regime hídrico e da qualidade da água; e, remoção da cultura vegetal e perda do *habitat*.
- No meio biótico: fragmentação dos ecossistemas aquáticos; alteração na estrutura da fauna aquática vinculada a alteração da qualidade da água; interferências com a rotina das comunidades próximas a obra; alterações demográficas e alteração no mercado imobiliário.
- No meio socioeconômico: alteração no mercado de trabalho; alteração no mercado de bens e serviços, de renda regional e das arrecadações municipais; intensificação do tráfego;

melhoria dos acessos às cidades circunvizinhas ao empreendimento; aumento na demanda por equipamentos e serviços sociais; aumento na oferta de energia elétrica; possível interferência nos sítios arqueológicos; alteração no quadro de saúde; alteração no uso do solo; deslocamento compulsório de famílias; e, possível agravamento da situação Socioeconômica das Populações Indígenas.

Por outro lado, as autoridades locais, deslumbradas com a possibilidade de aumentar a arrecadação pública, aliada à propaganda massiva das vantagens do empreendimento emitidas pelos empreendedores – propagandas estas que segundo Germani (1982) são largamente utilizadas nos projetos hidrelétricos –, não consideraram a ocorrência de efeitos adversos relacionados a construção da usina. No entanto, no decorrer da implantação do empreendimento, estas mesmas autoridades mudaram seu posicionamento. Para elas, os empreendedores não cumpriram as recomendações contidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) previsto pelo art. 225 da Constituição Federal³¹, o que ocasionou e está a gerar danos ambientais e sociais irreversíveis e imprevisíveis, além de que os empreendedores omitiram informações de relevante interesse ambiental e social à população. Inúmeras irregularidades e violações à Constituição Federal e Estadual foram praticadas, levando assim a solicitação da reavaliação dos efeitos socioambientais. Esta solicitação foi feita através da ABRABE junto ao Ministério Público, objetivando impedir a liberação da Licença de Operação³² caso os efeitos adversos abaixo listados não fossem compensados.

Esses efeitos seriam³³:

- 1 – Ocorrência de desequilíbrio ecológico;
- 2 – Supressão da mata nativa situada nas margens do Rio Chapecó;
- 3 – Aumento de ônus sociais e culturais de toda ordem por parte dos municípios e também implantação de novos serviços públicos para atender à população migrante;
- 4 – Aumento de ações por parte das administrações;

³¹ Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 225 diz textualmente em seu enunciado: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações”.

³² Concedida pelo órgão ambiental competente autorizando a operação da atividade ou empreendimento. Só é concedida após a verificação do efetivo cumprimento do que foi previamente estabelecido.

³³ Documento emitido pela Administração Municipal de São Domingos e Ipuacu no dia 19 de dezembro de 2002 ao Ministério Público, com cópia para o Consórcio Quebra Queixo.

- 5 – Agressão a *habitats* naturais e de espécies;
- 6 – A remoção compulsória de inúmeras famílias, ocasionando desestruturação econômica e social nas mesmas;
- 7 – A omissão de informações à FATMA por parte dos empreendedores, e que estes cumprem somente o que querem, confiantes que não sofrerão qualquer sanção;
- 8 – A necessidade de realizar e executar um ‘Plano Diretor de Uso Múltiplo do Lago’, contemplando o ecoturismo e o turismo rural;
- 9 – A diminuição das águas pela fuga das vertentes e fontes devido o desequilíbrio ambiental causado pelo desmatamento, gerando assim um grande transtorno no abastecimento das propriedades rurais, não só para abastecer os animais como também para o consumo humano;
- 10 – As detonações causaram um grande estresse nos animais confinados na região, fazendo sentir uma diminuição na produtividade dos suínos, aves e bovinocultura de leite, causando prejuízos aos agricultores, refletindo na arrecadação do município;
- 11 – Provável alteração no nível do lençol freático, devido à formação do lago, que inviabilizará muitas propriedades no entorno, devido à formação de um microclima diferente do habitual, com conseqüente queda na produção agrícola;
- 12 – Obras públicas serão alagadas (estradas, pontes, pontilhões e bueiros) com a formação do lago, e por representarem preciosos recursos públicos, terão que merecer justa indenização, bem como os danos causados na pavimentação viária, devido ao trânsito pesado;
- 13 – Migração da fauna silvestre, devido à supressão da mata, para os prédios rústicos da vizinhança, causando danos enormes e causando risco de transmissão de epidemias;
- 14 – Aumenta da demanda por serviços básicos de saúde, assistência social, educação, lazer e segurança, identificados como sendo provocados pela mão-de-obra migrante, obrigando as comunidades a renunciar à execução de obras importantes, pelo consumo de seus recursos na transposição de verbas públicas para fazer frente a estas demandas sociais acrescidas.

Todavia o que ocorre nos projetos hidrelétricos, e não foi diferente na UHE Quebra Queixo, foi o uso de uma tática paralela, por parte do empreendedor, aos referidos impactos. Tática esta que, segundo Medeiros (1995), privilegia o uso da propaganda

intensiva mostrando a importância da usina para o desenvolvimento da região, permitindo o acesso à informações vantajosas e aspectos positivos que a obra trará a região, o que vem sempre de modo extensivo aos agricultores. De qualquer modo, as informações são filtradas, visto que há interesses políticos e econômicos em jogo.

Em outras palavras, isto significa a obrigação do proprietário vender seu imóvel à revelia de seu interesse, e mais, ofertando-o a um único comprador o qual detém, portanto, amplos poderes para determinar o preço pelo qual tenciona adquiri-lo. A obra é legitimada pela justificativa de uma “finalidade maior”, “socialmente relevante” que, em geral configura interesse da indústria e da população urbana dos grandes centros, ou daqueles em desenvolvimento, ambos sedentos de energia, e em muito menores proporções das pequenas localidades e dos espaços rurais.

3.2. – Diferentes versões sobre compensações

Para minimizar estes impactos seriam necessárias ações mitigadoras, que devem contemplar as características da região atingida. Mas mesmo assim, Scudder (*apud* BARTOLOMÉ, 1983) aponta algumas ações que para as populações rurais são fundamentais:

- Um programa de assistência técnica focalizado nos pequenos produtores;
- Implementação de créditos baratos e a longo prazo;
- A previsão de assistência especial, inclusive em forma de alimentos, durante o primeiro período de reassentamento.

Scudder (*apud* BARTOLOMÉ, 1983) lembra também, que qualquer que seja o tipo de solução ou medida prevista, o propósito das mesmas deve ser o de iniciar um processo integrado de desenvolvimento dos recursos humanos, produtivos e hídricos de uma área, no intuito não só de mitigar o impacto do remanejamento, mas também de obter o máximo proveito econômico e social das inversões que ocorrem.

Para os empreendedores, na voz de um de seus representantes, as medidas mitigadoras vêm na forma de melhorias nos acessos dos municípios e demanda de equilíbrio social para suportar as mudanças, inclusive na questão de saúde da população.

Além destas, o uso da política implantada na instalação de outras hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai para o remanejamento da população³⁴. Com base no EIA/RIMA, ficaram assim listadas as medidas recomendadas para mitigar os prováveis efeitos adversos a implantação da UHE Quebra Queixo (ENGEVIX, 1997):

- No meio físico: execução de programas de monitoramento do lençol freático, proteção de margens do reservatório, recuperação de áreas degradadas e depredadas de sistema de drenagem; execução de revestimento vegetal e desmatamento segundo critérios do programa de limpeza do reservatório; indenização dos proprietários executando programa de monitoramento dos ecossistemas aquáticos, comunicação ambiental, remanejamento da população diretamente atingida e resgate da fauna; enchimento fora do período reprodutivo e de forma gradual; implantação de reserva biológica e mata ciliar, elaboração de macrozoneamento e modelo de desenvolvimento sustentado para toda a área de influência, estabelecendo áreas de proteção e uso em diferentes graus;
- No meio biótico: manutenção de descarga remanescente; adequar o cronograma da obra às características climáticas da região; manter um canal de comunicação entre os empreendedores e a população atingida; planejamento integrado e prévio do redimensionamento e relocação da infra-estrutura afetada; negociação e apoio às famílias proprietárias ou não, cujas condições de habitação, sustento e trabalho sejam inviabilizadas total ou parcialmente; execução do programa de monitoramento das atividades socioeconômica e culturais; priorização da mão-de-obra local; auxílio às administrações locais; programa de saúde pública; estabelecimento de negociações com o proprietários definindo critérios para avaliação das terras e benfeitorias; elaboração de cadastro físico das propriedades afetadas estabelecendo medidas de controle que evitem ocupação adicional e acompanhamento do mercado imobiliário da região;
- No meio socioeconômico: prioridade para a contratação de serviços, mão-de-obra, consumo de materiais e equipamentos dos municípios da Área de Influência; orientação ao planejamento municipal, para que o poder público possa ter subsídios para a manutenção dos investimentos planejados e suporte aos empresários locais, reduzindo os efeitos adversos do fim das obras; solicitação à ANEEL das estimativas de cálculos

³⁴ Ata de Audiência Pública realizada pela FATMA, em Linha Vista Alegre, município de Ipuçu-SC, no dia 24 de março de 1999.

dos *royalties* comunicando as prefeituras; orientação financeira às prefeituras para repasse das verbas previstas por lei para os municípios afetados por empreendimentos hidrelétricos; implantação do programa de redimensionamento e relocação da infraestrutura, com a participação dos municípios atingidos; levantamento do Patrimônio Arqueológico Pré-histórico e Histórico Cultural; realização de investigações arqueológicas; cooperação técnica com as prefeituras locais caso necessárias compensações na infra estrutura da saúde local; remanejamento da população, em local preferencial próximo ao original, em condições iguais ou melhores, em residências abastecidas por água, esgoto e energia elétrica; vigilância epidemiológica; tratamento adequado das águas e controle de vetores; criação de mecanismos de comunicação e orientação médico sanitária; execução de programa de saúde pública; execução do programa de remanejamento da população diretamente atingida e aquisições das terras segundo os critérios deste mesmo programa; executar campanhas de esclarecimento e orientações, da problemática indígena junto aos trabalhadores da obra e a população local, criando parceria com a FUNAI, prefeituras municipais e o Governo do Estado; criar um grupo de trabalho voltado aos estudo da problemática indígena e a UHE Quebra Queixo, de modo a minimizar os efeitos adversos decorrentes da implantação do empreendimento sobre os povos indígenas.

Já os municípios de Ipuacu e São Domingos, na ocasião do início das atividades da obra, através de seus representantes legais, baseados no EIA/RIMA e em outros empreendimentos desta natureza, encaminharam aos representantes legais do Consórcio Quebra Queixo um ofício solicitando uma atenção especial, acompanhado de uma lista de reivindicações/compensações na busca da mitigação dos impactos, julgando-as justas e necessárias. Estas reivindicações, em sua maioria, relativas à infra-estrutura, estavam relacionadas às seguintes questões³⁵:

- 1 – Pavimentação asfáltica no percurso entre a Cidade de Ipuacu até a barragem;
- 2 – Maximização da utilização da mão-de-obra local, inclusive apoiando o Município no aperfeiçoamento desta mão-de-obra;

³⁵ Ofício n.º 026/99 de 22 de fevereiro de 1999, tende como remetente a Prefeitura Municipal de Ipuacu através de seu representante o Prefeito Municipal, e destinatário o Senhor Érico Bitencourt de Freitas – Diretor de Concessão de Energia da Construtora Queiroz Galvão.

- 3 – Implantação de toda a infra-estrutura necessária para uma área de lazer localizada na Comunidade de Vista Alegre, cuja área formará uma ilha no lago. Após a implantação de toda a infra-estrutura, que a área fosse doada para a Prefeitura Municipal de Ipuauçu que passaria a administrá-la;
- 4 – Implantação de infra-estrutura para lazer em outras áreas menores às margens do lago;
- 5 – Uniformização das alíquotas de Imposto Sobre Serviços (ISS) entre os Municípios de Ipuauçu e São Domingos.

A busca de compensações por parte dos próprios “Atingidos” veio na forma da organização de uma Associação de Atingidos. Os mesmos foram orientados pelos empreendedores, pois para estes “era menos gente para negociar”. Assim formou -se a “Associação dos Atingidos pela Barragem do Quebra Queixo nos Municípios de São Domingos e Ipuauçu, Estado de Santa Catarina – ASABSI”. Esta Associação teve sua fundação em 14 de fevereiro de 1998, e era uma entidade civil com fins não lucrativos, de duração por tempo indeterminado, tendo por finalidade,

“a defesa dos interesses do País, do Estado e dos Municípios atingidos, bem assim defender os direitos e interesses, orientar e promover a boa vontade entre todas as pessoas e seu familiares, comunidades, que forem atingidas pela Barragem do Quebra Queixo, bem como perseguir a boa execução de um plano de desenvolvimento regional, da abrangência da Barragem, traçar metas estratégicas para uma boa, justa e pronta indenização dos atingidos promovendo o desenvolvimento socioeconômico, urbano e rural dos atingidos e associados e a prestação dos serviços em geral”.

Faziam parte da ASABSI – que entre os atingidos também era conhecida como “a Comissão” –, somente atingidos diretamente pelo empreendimento, ou seja, famílias a serem realocadas, e os prefeitos municipais de ambos os municípios, sendo que o prefeito de um dos municípios também era atingido. A “comissão” era composta por 16 membros distribuídos entre Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. A organização da mesma surgiu primeiro por parte dos atingidos de São Domingos, que entrando em contato com os de Ipuauçu, formaram a Associação.

Sendo assim, as primeiras reivindicações da Associação foram as seguintes³⁶:

- 1 – Que fosse demarcada a linha da água;
- 2 – Que fosse feita aquisição do canteiro juntamente com as do reservatório;
- 3 – Que as negociações fossem feitas em documentos escritos para que tivesse responsabilidades de ambas partes;
- 4 – Que as avaliações de terra fossem feitas nos municípios atingidos;
- 5 – Que fosse dada prioridade na mão-de-obra para pessoas dos municípios atingidos;
- 6 – Que garantissem aos municípios áreas de lazer e acessos;
- 7 – Que as negociações fossem feitas via Associação.

Posteriormente, novas reivindicações foram acrescentadas a este quadro³⁷:

- 1 – Que o remanejamento das famílias atingidas seja feito preferencialmente na região do empreendimento, exceto os proprietários que não o queiram;
- 2 – Que os empreendedores façam a aquisição do canteiro de obras, e que após isso, num prazo máximo de seis meses, faça também a aquisição das áreas de reservatório, usando os mesmos critérios de avaliação nas duas áreas;
- 3 – Que seja informado quem será o responsável pela implantação da faixa ciliar e pela preservação da mesma;
- 4 – Que seja informado qual o uso que deverá ser feito da faixa excedente aos cem metros, e quais as restrições que poderão ocorrer;
- 5 – Que os proprietários de aviários e chiqueiros, que não encontrarem áreas para aquisição nas regiões de atendimento das empresas integradoras, sejam indenizados nas atividades, por um período de cinco anos;
- 6 – Que os empreendedores indenizem e retirem a madeira dentro da área a ser alagada;
- 7 – Que os empreendedores firmem convênio com os municípios para a manutenção e conservação das estradas, utilizadas pelos moradores e empresas envolvidas no projeto;
- 8 – Que as alíquotas de ISS sejam uniformizadas e tratadas com os dois municípios envolvidos;

³⁶ Ata de nº 03 - Reunião extraordinária dos Atingidos pela Barragem Quebra Queixo dos municípios de São Domingos e Ipuacu realizada no dia 21/05/98 no Centro Comunitário da Linha Vista Alegre/Ipuacu.

³⁷ Ata de nº 09 da Reunião extraordinária dos Atingidos pela Barragem Quebra Queixo dos municípios de São Domingos e Ipuacu realizada no dia 23/02/1999 no Centro Comunitário da Linha Vista Alegre/Ipuacu.

- 9 – Que os empreendedores se responsabilizem pelos problemas sociais, evitando a formação de cinturões de pobreza ao redor dos Municípios;
- 10 – Que os empreendedores mantenham programas de atendimento à saúde para seus funcionários, devendo manter convênios com as prefeituras;
- 11 – Que os empreendedores informem, com antecedência, aos municípios, qual a mão-de-obra utilizada no empreendimento, para que sejam iniciados os cursos de qualificação profissional;
- 12 – Que os empreendedores mantenham informados os atingidos e os municípios a respeito dos trabalhos desenvolvidos no projeto;
- 13 – Que os empreendedores se responsabilizem em firmar convênios com o Estado, para construção de acesso asfáltico até o local da obra;
- 14 – Que seja feita a recomposição da prainha, no Município de São Domingos, proporcionando a exploração turística do lago;
- 15 – Que seja feita a implantação de área de lazer na comunidade de Vista Alegre, Município de Ipuacu, integrando com o Município de São Domingos;
- 16 – Que as áreas administrativas do empreendimento, sejam instaladas nos municípios atingidos.

Por parte do poder público, houve mudança de posicionamento também quanto às vantagens ou compensações da implantação do empreendimento. Num primeiro momento, a disponibilização de recursos financeiros aos municípios justificava o empreendimento, pois, além dos *royalties*³⁸ e do ISS (Imposto Sobre Serviço), traziam consigo uma adição na movimentação financeira considerável no município e adjacências (a implantação de um projeto desta magnitude movimenta bilhões de reais e boa parte dos serviços são terceirizados). No entanto, de acordo com o Secretario Municipal de Administração de São Domingos, devido a amplitude dos efeitos, estes recursos financeiros deixaram de ser o suficiente, passando a não mais compensar os efeitos socioambientais gerados pelo empreendimento.

Segundo o secretario supracitado, as expectativas que se formaram em relação ao empreendimento, também não se confirmaram:

³⁸ Percentagem sobre o lucro pela produção de energia prevista na ordem de trezentos mil dólares ao ano.

“... para o município a princípio existia uma coisa que seria muito bom para o município, muito tranquilo, só que infelizmente não se concretizou. A expectativa que se formou principalmente pela empresa aqui pra São Domingos e Ipuacu, a mão de obra foi muito pouco utilizada daqui, quase toda veio de fora, era uma briga pra você coloca as pessoas (...) então o pessoal que podia ser daqui, infelizmente era quase todo pessoal de outras regiões (...) então aquela expectativa que se gerou não foi atendida”.

Sendo assim, os efeitos adversos “experimentados” pelos municípios passaram a pedir imediatas compensações, que deveriam ser implementadas pelos empreendedores da UHE Quebra Queixo, mediante a transferência de recursos para as municipalidades³⁹. Todavia observa-se, neste último documento, que as autoridades municipais estariam mais voltadas para os “benefícios” e as compensações pelos danos causados a outras categorias do que aos agricultores.

Quanto aos encaminhamentos feitos pelos agricultores através da Associação do Atingidos, em busca de compensações, eram um tanto vagos, refletindo a inexperiência deles em relação a situações similares. Dos últimos 16 itens encaminhados, apenas em sete observa-se uma referência mais explícita à compensação para a referida categoria. Os agricultores atingidos não estavam preparados para, sozinhos, defenderem a sua categoria. Talvez isso se deva ao fato da falta de troca de experiências com agricultores de outros empreendimentos. Os poucos contatos que tiveram foi visitar empreendimentos já prontos, onde ouviram apenas experiências de algumas autoridades locais.

Entretanto, apesar do encaminhamento jurídico de reivindicações, os municípios, através de seus representantes legais, mantiveram a posição clara que de que

“...continuariam a apoiar o empreendimento como sempre o fizeram ao longo do tempo, de forma amistosa, clara, franca e respeitosa, sendo esta simplesmente uma tomada de posição frente às responsabilidades assumidas com vistas a atenuação dos impactos adversos que estão sofrendo e a busca de compensações e mitigações das significativas perdas”.

(Prefeitura Municipal de São Domingos, 2002 e Prefeitura Municipal de Ipuacu - 2002).

³⁹ Documento emitido pela Administração Municipal de São Domingos e Ipuacu no dia 19 de dezembro de 2002 ao Ministério Público com cópia para o Consórcio Quebra Queixo.

Para os agricultores, a compensação desejada passou a ser aquela capaz de garantir condições adequadas para sua nova colocação (remoção, acesso ao crédito, assistência técnica, etc.). Um acompanhamento, seguido de assistência para aquelas famílias que acabaram mudando de atividade. Para as famílias assentadas/reassentadas na área do entorno do reservatório, visitas periódicas por parte da FATMA, possibilitando uma orientação segura sobre a ocupação racional dessas áreas.

Bornholdt (2003, p.75) lembra que, ao mesmo tempo, a FUNAI e lideranças da Terra Indígena Xapecó solicitaram indenizações relativa a UHE Quebra Queixo, com valor da ordem de R\$ 2,4 milhões.

CAPÍTULO IV

A reação dos agricultores diante de uma nova realidade e a retomada do processo produtivo

4.1. – O acesso diferenciado às informações e às compensações financeiras

A notícia sobre o projeto de construção de vinte e duas usinas hidrelétricas na Bacia do rio Uruguai foi divulgada em fins da década de setenta do século passado. Porém, muitos anos se passaram para que os agricultores da região da implantação da UHE Quebra Queixo compreendessem do que se tratava a visita “daqueles homens de São Paulo”.

“Vieram uns homens de São Paulo aí, assim começaram a olhar esse lugar assim e aqueles homens disseram que com o tempo vai ficar uma barragem aqui, e eles fizeram uns poços, fizeram manual uns poços fundos pra ver o solo em baixo da terra, daí os homens ficaram uns trinta anos sem vir. Ali uns trinta anos começaram a explorar pra fazer a barragem”.

(Agricultor que residia onde hoje é o canteiro de obras - Ipuacu).

Com base em informações de outros empreendimentos, e sabendo que a política de implantação segue tradicionalmente o mesmo caminho – é o caso da política indenizatória que adiante será retomada – é possível afirmar que a chegada da obra na região se deu através de uma das principais armas, citadas por Vainer e Araújo (1990), utilizadas em grande escala pelo setor elétrico: a desinformação. Isto possibilitou a conquista de algumas posições no espaço. Conquistas estas que, de acordo com Reis (1998), garantem o ancoramento da empresa tornando a obra inevitável e irreversível, caso venha a ocorrer algum tipo de resistência. Através dessa estratégia foi realizado o cadastro socioeconômico da população local, incluindo os agricultores, base para a futura indenização. De acordo com os atingidos,

‘Esses caras passaram sem ninguém saber o porquê, e como eles passaram cadastrando quantas pessoas tinha que morava na casa e se era casado, solteiro, foram passando, passando em toda a linha. Daí depois baseado neste cadastro que eles deram estas cartas de crédito para alguns, né? (...) Foi respondido sem saber para que estava respondendo’.

(Agricultor contemplado com carta de crédito).

Após longo tempo de espera, sem dizer a que vieram, iniciou-se nova peregrinação de ‘visitas ilustres’ sobre a área, despertando a curiosidade não só dos agricultores, mas também das lideranças municipais, levando as mesmas a buscarem informações. Assim foram informados que os levantamentos estavam sendo realizados porque em data próxima seria construída uma usina hidrelétrica naquele local. Prevalecia, deste modo, mais uma vez a ótica dos empreendedores, demonstrando seu poder de fazer valer seus interesses, independentemente e acima do posicionamento da população local, cujo posicionamento a esse respeito, vale dizer, não era consensual.

Para algumas famílias, aquelas com melhor nível socioeconômico ou que tiveram “acesso a informações” privilegiadas sobre o empreendimento, sua implantação foi vista como uma oportunidade de fazer bons negócios. É o caso de alguns agricultores que por serem parentes de autoridades ou, por residirem em locais estratégicos (canteiro de obras) se beneficiaram pelo acesso à informações ‘preparando -se para a barragem’.

‘Eu sabia que vinha a barragem; então plantava bastante coisa, (...), nós tinha cinco mil pinheiros, nós tinha dez mil mudas de erva, três mil mudas de jabuticaba, plantava muito, né? Porque a gente sabia que depois contava né? Então nos últimos dez anos assim antes que viesse a barragem, plantava só árvore porque vinha a barragem, então quem plantou ganhou bem, plantou árvore, bastante árvore, se preparou para uma barragem’.

(Agricultor residente onde hoje é o canteiro de obras).

Por outro lado, a tática da sedução por uma alta quantia em valores monetários levou os proprietários de onde seria instalado o canteiro de obras, de certa forma, a traírem seus colegas atingidos, gerando desentendimentos, facilitando o individualismo e a não mobilização pela causa. Isto fica evidente no depoimento de um dos entrevistados. Segundo ele:

‘Foi feito um acordo que não era pra aceitar nenhum vender antes as áreas de terra, era pra fazer um preço e um valor e daí quando era pra acertar, era pra acertar todos juntos, né? Só que não, já saíram, os primeiros lá embaixo começaram, não sei se ganharam mais dinheiro os que começaram a vender, quando nós vimos tinha a turma lá embaixo do canteiro de obra tinha vendido tudo. Aí compraram primeiro lá embaixo (os empreendedores), já foram lá se instalaram com máquinas e tudo, já tavam trabalhando em cima do que era deles, aí de uma altura pra cima tiveram que acertar por o que eles quiseram pagar, não tinha mais volta, lá em baixo já tavam trabalhando em cima do que era deles’.
(Agricultor atingido totalmente).

O acesso a melhores benefícios financeiros, por parte de alguns atingidos, também pode ser constatado através da manifestação de outros atingidos. Um dos entrevistados, referindo-se ao processo de remanejamento como um todo, assim se pronunciou:

‘Eu cheguei a conclusão que os cara (atingidos) que chegaram perto dos cara (empresa) né? chegaram junto, começaram com janta, esse negócio de puxa pra cá, puxa pra lá, foram beneficiados. Ocorreu isto na própria indenização, um pouco mais no eixo da barragem. É tomar posse’.
(Agricultor que tinha propriedade na Linha Quebra Queixo/São Domingos).

Em síntese, a notícia da implantação da usina repercutiu, assim, de formas distintas. Uns, como vimos no depoimento acima, tornaram a oportunidade em um excelente negócio. Outros, com medo da desapropriação abandonaram a localidade, venderam suas propriedades com preços abaixo de mercado, além de alguns jovens deixarem a atividade agrícola indo em busca de novos mercados de trabalho. Outros, ainda, ou se submeteram às possibilidades disponibilizadas pelos empreendedores ou se organizaram sob a forma de uma associação, também por eles sugerida. Mas para os que ficaram, a barragem também teve distintos desfechos, como veremos mais adiante.

Vários foram os fatos, versões e atuações, gerados pela implantação da UHE Quebra Queixo. Versões estas que surgiram a partir da forma de organização, acesso às informações e até mesmo o início do remanejamento dos atingidos.

4.2. – A atuação da Associação dos Atingidos

“Considera-se o fenômeno coletivo como um processo em que atores produzem significados, comunicam-se, negociam e tomam decisões coletivas”. (ROTHMAN, 1996)

Em capítulos anteriores foi possível perceber que a história da luta dos atingidos pela implantação de hidrelétricas da bacia do uruguai é repleta de conquistas, que se deram devido à organização e a busca de esclarecimentos e reconhecimento dos atingidos como tal. ou seja, os atingidos agiram coletivamente e construíram sua história através de suas ações.

O mesmo não pode se percebido na UHE Quebra Queixo. A organização da ASABSI, segundo o presidente da mesma, num primeiro momento, foi sugerida pelos empreendedores, pois para eles, “ia ser melhor, menos gente para negociar”.

“...começamos a entrar em contato com o pessoal que tava circulando por aí e eles começaram a nos orientar, diz: ‘olha seria bom que fizessem uma associação que fizesse pra defender os interesses...’”. (presidente da associação dos atingidos).

A formação da Associação, que perante os atingidos era “a Comissão”, fora composta por 16 membros, que segundo o secretário da mesma foram escolhidos,

“entre nós mesmos (...) quer dizer nós sentamos aqui nuns quinze, tu vai ser presidente, você vice, eu vou ser isso, aquilo. A gente formou a associação, né? e daí colocamos em votação, foi feito uma reunião, daí foi posto lá no quadro esse é pra isso, esse é para aquilo, foi feito uma votação daí o pessoal concordou beleza, não foi votação foi uma aprovação porque só tinha uma chapa”.
(Secretário da Associação).

Esta Comissão servia como intermediária entre os agricultores atingidos e os empreendedores, “antes havia uma negociação entre a Comissão e a Empresa depois dessa negociação era passado para os atingidos”.

A ação coletiva por parte dos atingidos, deste modo, não ocorreu, pois o que deveria ser o “nós” da Associação, passou a ser “eles da Comissão”. O ator através do qual a população local poderia dialogar desapareceu, surgindo em seu lugar apenas uma Comissão

que não representava a totalidade dos agricultores atingidos, cuja atuação servia para a legitimação do processo. Para Bornholdt (2003), “com a diluição dos atores, dilui-se também o reconhecimento, frente à população local e à sociedade nacional, das responsabilidades pelo custo social da implantação de Grandes Projetos”.

Você faz parte da Associação? Participava das reuniões?

“Não. A gente ia em todas as reuniões, só que não fazia parte da Comissão” (Agricultor residente na Linha São João/Ipuaçu).

O uso da Associação por parte dos Empreendedores como instrumento de legitimação do que lhes era conveniente, manifestou-se claramente em diversas ocasiões. O primeiro “grande feito ou benefício” que a Associação/Comissão proporcionou aos empreendedores foi o afastamento da assessoria da CRAB e de outros órgãos do processo de remanejamento da população. Quanto à CRAB, um técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de um dos municípios atingidos comentou que “eles (referindo-se à Associação) fizeram questão de desmoralizar a CRAB e o MAB, que foram praticamente expulsos”. Já os agricultores, conforme foi informado durante os depoimentos, simplesmente sabiam que “teve no começo um grupo que quis auxiliar aí, daí o pessoal da Comissão achou que ia atrapalhar e tal, aí não deixaram”. Ao indagar o porque, obtive a seguinte resposta: “eu não sei, nós não ficamos sabendo o porquê”. Ou então: “foi só prometido que vinha, né?; mas só que não pintou ninguém do pessoal de outros atingidos”.

Quanto à formação da Associação, o técnico supracitado da Secretaria Municipal de Agricultura, comentou:

“Nunca fomos convidados para fazer parte da Associação, nem o pessoal que não foi atingido, nem que fosse para visitar; eles não defenderam os atingidos e impediram que os demais o fizessem”.

Uma demonstração de que a Associação foi falha com os agricultores, além de ter impedido o auxílio de outros mediadores, foi na ocasião das indenizações. A “Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pelo Empreendimento” contemplava a participação de representantes dos agricultores atingidos na elaboração das

tabelas de preços⁴⁰, representantes que foram triados pela ASABSI. Uma das principais reivindicações no início das negociações era que a tomada de preços para formação desta tabela fosse feita nos municípios atingidos e, como foi previsto na alternativa de remanejamento “indenização”. No entanto, no decorrer das reuniões os Empreendedores conseguiram que a área de abrangência desta tomada de preços fosse ampliada para o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Esta alteração, pode-se dizer, foi um dos principais pontos questionados posteriormente pelos agricultores, uma vez que para eles a tomada de preços deveria ser feita como combinado a princípio, pois estavam vendendo a propriedade ali e não em municípios como “Palmas e Mangueirinha que lá a terra é quase dada”. A esse respeito, assim se pronunciou um dos agricultores entrevistados:

“Três pessoas foram fazer pesquisa de terras, foram lá no Paraná ali por Ponte Serrada, lá pra Vargeão, principalmente lá é dois mil, três mil o alqueire, lá perto de Irani, lá pra Palmas, lá eles foram fazer pesquisa, aqui eles não pesquisaram, nem um alqueire de terra, que tá mil, mil e duzentos sacos de soja o alqueire, terra de máquina, e eles foram ver lá; gente da Comissão, gente dos atingidos, onde que eles usaram a cabeça. Mais aí tá o maior erro, se eles fazem uma pesquisa dentro dos nossos municípios, (...), pra ver se não mudava, deviam ter feito pesquisa na nossa região, não lá onde que ninguém foi morar, ninguém foi comprar lá, ninguém nem um, todos compraram aqui onde a terra é cara, (...) mais longe foi Xanxerê; nenhum foi onde foi feito a pesquisa de terra, mas nem foram ver negócio, eles foram ver pelo pessoal da barragem nesses lugar não tem, deviam fazer pesquisa onde queriam”.

(Agricultor atingido parcialmente).

Como a terra era um subtotal no montante dos valores da negociação, e para os agricultores ela tem “um significado maior”, esta, na opinião d eles, “não recebeu uma valoração justa”, não somente quando se referiam aos valores por hectare, mas também quanto a classificação das áreas⁴¹. Para o agricultor todas as áreas têm algum tipo de aptidão agrícola, e “preço de tabelas você recebe quando quer vender, não quando você é obrigado a vender”. Portanto, a Associação foi, segundo os atingidos, conivente com esta

⁴⁰ Para operacionalizar a pesquisa do mercado de terras foram feitas três equipes: uma para terra, outra para benfeitorias não reprodutivas (construções), e uma terceira para benfeitorias reprodutivas (matas e culturas). As equipes eram formadas por três pessoas: um atingido de cada margem do rio e um representante da empresa (ETS, 2000).

⁴¹ A aptidão agrícola das áreas foi avaliada de acordo com as Normas Brasileiras para Classificação de Solos (anexo IV).

pesquisa de preço e deveria ter intervindo, não permitindo a tomada de preços fora dos municípios escolhidos pelos atingidos.

Como, também, as negociações eram individuais, contrariando o que ocorreu através da intervenção do MAB em outros empreendimentos, houve avaliações subjetivas, principalmente no que se refere às benfeitorias produtivas. Como o estatuto da Associação não delegava poderes para a diretoria negociar pelos atingidos, e esta não possuía um regimento interno delegando tais poderes, a Associação não participava das negociações. Estas eram feitas no escritório dos empreendedores e individualmente, permitindo a reprodução de uma das estratégias utilizadas pelas subsidiárias da Elétrabras, citadas por Vainer e Araújo (1990), a negociação individual, que favorece ou permite a intimidação do agricultor.

Inúmeros entrevistados comentaram sobre a existência de disparidade de valores para propriedades semelhantes, apontando para a “Comissão”, como os que mais se beneficiaram com o processo. O próprio depoimento do secretário da Associação dos Atingidos nos leva a crer na existência dessa disparidade, quando diz que:

‘Uma pena que a qui não vai vir outra barragem (...), se a gente desse três passos assim na vida não precisaria trabalhar muito, porque daí tu cresce bem, sem muito esforço’.

Outro fator relevante é que tanto para a Associação quanto para os empreendedores, a noção de “propriedade atingida” dizia respeito àquela cuja área pertencia exclusivamente a área diretamente “atingida pelo empreendimento”. Isto é, considerando como atingido todo aquele que tivesse sua propriedade alagada ou requerida para a instalação da casa de máquina ou da área de preservação permanente, ou aqueles que tivessem uma relação comprovada com estas propriedades e delas dependessem para sobreviver, formando no mínimo um casal (proprietários, arrendatários, posseiros, parceiros, agregados, assalariados ou filhos de proprietários).

As reuniões da Associação aconteciam em caráter ordinário, todo o mês de fevereiro de cada ano, e em caráter extraordinário quando convocada pelo Conselho Deliberativo ou pelos associados, sempre através de edital divulgado na imprensa local e afixado na sede da Associação, com antecedência mínima de dez dias.

Raras as reuniões que aconteciam só com a presença dos atingidos, salvo as assembleias ordinárias; nas demais reuniões sempre estavam presentes representantes das empresas que compõem o grupo empreendedor e autoridades locais, além de representantes de órgãos governamentais. Geralmente uma reunião com todos os atingidos era precedida de uma reunião dos representantes dos empreendedores com os membros da Comissão, relegando aos demais um papel secundário (espectadores).

Quanto à participação dos agricultores nas reuniões, a maioria dos agricultores, passíveis ou não de indenização, compareciam em busca de soluções, demonstrando o quanto se sentiam ameaçados em sua sobrevivência enquanto atingidos.

Deste modo, como o público presente nas reuniões era diversificado, sempre com a presença de palestrantes de vários setores, estas passaram a ter, no andamento das atividades, um caráter mais informativo do que uma oportunidade para os agricultores esclarecerem suas dúvidas e suas aspirações. Muitas vezes, a pouca instrução da maioria dos atingidos e a circulação de informações contraditórias sobre vários aspectos, faziam com que as discussões gerassem mais dúvidas e inseguranças, como foi possível constatar em vários depoimentos dos agricultores, como nestes a seguir:

‘Eles falavam um pouco de tudo lá; tu quase não entendia, misturavam muito as coisas, sabe eles falavam de muita coisa lá e bem no fim tu voltava se perguntando o que que eu foi fazer lá porque quase ninguém entendia nada, era sempre a mesma ladainha’.
(Agricultor residente na Linha São João/Ipuaçu).

‘A gente não tinha o que discutir porque eles fizeram, montaram esse esquema e fizeram, tu discutia se alguém discutia eles te passavam por cima e é uma coisa que ninguém ataca isso aí só se todo mundo arredava, mas daí era difícil’.
(Agricultor residente na Linha Vista Alegre/Ipuaçu).

Considerando que nem todos aqueles que participavam das reuniões tinham o mesmo nível de informação e de compreensão do que era exposto, no processo decisório prevaleciam os interesses dos que mais bem se faziam representar. Além do mais, era difícil identificar o que era da responsabilidade desta ou daquela Empresa, pois eram tantas as envolvidas – empreiteiras, sub-empreiteiras –, que até mesmo os diretamente envolvidos

no processo se confundiam. Para os atingidos, além das queixas anteriormente apontadas, o que faltou foi “mais informação por parte da Associação”.

4.3. – Possibilidades de remanejamento e razões para a tomada de decisão

Como foi visto no segundo capítulo, seis modalidades de remanejamento foram apresentadas pelos empreendedores, através da Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento, aos agricultores residentes na área da implantação da UHE Quebra Queixo. No entanto, duas não foram concretamente oferecidas: Reassentamento Rural Coletivo e Pequenos Reassentamentos Rurais, restando apenas quatro. Tratando-se das duas anteriormente citadas, ao contatar com um técnico da empresa responsável pelo remanejamento, fui instruída a “não comentar” com os agricultores sobre estas modalidades devido a “eles não conhecerem estas possibilidades”. Outro técnico comentou conforme Bornholdt (op. cit.) que isto ocorreu devido “à falta de público suficiente para estas modalidades”.

Ora, o reassentamento rural coletivo, como já foi visto anteriormente, implica na instalação de infra-estrutura tanto nos lotes quanto de caráter coletivo, assistência técnica e social e, verba de manutenção, sob a responsabilidade dos empreendedores. Contabilizando assim as despesas de suas ações, não interessaria aos empreendedores investir nesses tipos de reassentamentos, ou seja, a dar soluções custosas aos problemas sociais. Desta forma, soluções que coloquem a família deslocada fora da abrangência das responsabilidades dos empreendedores após a negociação das terras, são as mais econômicas e almejadas.

Dentre as quatro que restaram, uma – os casos especiais – servia como estratégia dos empreendedores para resolverem ou solucionarem casos pré-definidos como atípicos restando, assim, somente três alternativas aos agricultores: indenização, carta de crédito para autoreassentamento e reassentamento em área remanescente. Mas os próprios empreendedores divulgaram em um folheto informativo⁴² que “para o remanejamento

⁴² Quebra Queixo Boas Novas – Informativo da Usina Hidrelétrica Quebra Queixo. Abril 2001.

destas pessoas foram acordadas com a Associação dos Atingidos, duas alternativas: a indenização em dinheiro e as cartas de crédito”.

Para Bloemer (2001, p.112), a modalidade indenização individual é uma solução de caráter patrimonialista, desobrigando o setor de qualquer acompanhamento ou assistência durante o processo de readaptação dos atingidos. Como maior implicação desta modalidade a autora aponta o favorecimento da dispersão das unidades familiares. Um segundo aspecto também lembrado pela autora, é a possibilidade de cada família se instalar em locais ou até regiões diferentes da de origem, o que só deveria ocorrer nos casos em que fosse possível prescindir de assistência técnica e social, levando em conta as características de cada unidade familiar – a produção, a comercialização, o estágio do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, o tamanho das terras e a sua qualidade, entre outros.

Sendo assim, e de acordo com a forma de acesso à terra em que se encontrava a unidade familiar, estes “optaram”, dentro dos limites estabelecidos pelos empreendedores, pela modalidade que se enquadrava nas suas características.

Percepções diferentes sobre os efeitos da implantação da hidrelétrica influenciando suas escolhas em relação às formas de compensação foram evidenciadas, principalmente de acordo com a forma acesso às terras, o que resultou na possibilidade de reunir os agricultores em dois grupos distintos: os proprietários e os não proprietários, que transmitiram em seus depoimentos quais foram os motivos que os levaram a tomar decisões, a partir, certamente, de suas percepções sobre suas próprias condições objetivas e as questões evidenciadas quando das negociações.

Quando se referiam ao empreendimento, os atingidos emitiam opiniões diversas, sendo que muitas vezes o mesmo atingido apresentou opiniões distintas, de acordo com suas aspirações, principalmente da parte dos não proprietários. É possível afirmar, a priori, que isto provavelmente ocorreu por estes terem usufruído de um benefício proporcionado pelo empreendimento: o acesso a terra como proprietários, através da carta de crédito.

4.3.1. – Os proprietários

Para os agricultores, o acesso à terra é um pré-requisito para seu modo de vida, é importante como base reprodutiva e como capital simbólico. Pois, é nesta terra que

acreditam tornarem-se o que são através do trabalho, ela tem “um significado maior”. Sendo assim, a tomada de decisões não envolveu somente a alocação e reposição desse recurso, mas também as negociações/transações entre parentes, amigos, vizinhos e a comunidade.

Segundo Woortmann (1990), nos segmentos camponeses, isto é, de agricultores familiares, terra, trabalho e família são categorias nucleantes e estão sempre relacionadas, uma não existe sem a outra, estão vinculadas a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Para o autor, a terra não é vista como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não apenas como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de um valor ético relacionado em sua lógica.

A preocupação em garantir a reprodução social da família, e o desejo, quando possível, de dotar de terra a maior quantidade de filhos é apontado por Abramovay *et al* (1997) e por Renk (2000). Abramovay *et al* (1997) lembram que a unidade produtiva fornece sustentação para compra de outros lotes, e os filhos que não ficam com a propriedade dos pais são compensados com “dote agrícola”, ou seja, com os meios materiais que vão permitir o desenvolvimento da atividade agrícola em outra propriedade. Seyferth (1993), por outro lado, faz referência a formas tradicionais ou estratégicas entre os colonos de administrar a herança das terras, de modo a permitir a continuidade da reprodução social familiar enquanto agricultores.

Wanderley (1999) coloca a terra como sendo a base de sobrevivência do agricultor, e que todos almejam, não necessariamente em grande escala, mas o suficiente para a formação e a instalação dos filhos garantindo a continuidade das gerações futuras. Bloemer (2001), por sua vez, lembra que a terra, para os agricultores, é vista como fruto da conquista de seu próprio trabalho e do legado de seus ancestrais, tendo um significado maior, porque além de ser seu lugar de produção e principal garantia de reprodução social, tem o sentido de “patrimônio familiar” e, como tal, via de regra não está a venda, não tem preço. A terra também agrega muitos outros sentidos, na medida em que os vínculos com o

espaço local extrapolam seus limites geográficos, abarcando outros espaços domésticos – o dos vizinhos –, os espaços comunitários que abrigam seus bens culturais, e as marcas de sua religiosidade, constituindo-se esse conjunto em “seu território”.

Na UHE Quebra-Queixo, a oportunidade de garantir terra para um ou mais dos filhos, para que estes continuassem na atividade agrícola, mesmo que para isso ocorresse a dispersão ou rompimento dos grupos domésticos, mostrou-se ainda mais presente frente às possibilidades abertas que a implantação da usina proporcionou.

“... no caso o nosso filho que ele ganhou essa carta de crédito aí, nós não ia poder dar pra ele quem sabe logo assim um capital e ele ganhô da barragem (...) comprou um lugar que ele se colocou”.
(Proprietário cujo filho recebeu carta de crédito).

Vale ressaltar, portanto, como no depoimento acima, que apesar da dispersão da unidade familiar de produção, o que foi mais valorizado pelo agricultor neste caso e em outros casos similares, foi a possibilidade de se tornarem “proprietários” de terras, aspecto fundamental, como lembra Reis (1998), para sentir-se um colono pleno. Por outro lado, o depoimento, diante desta “conquista”, revela a concepção de “ganho”, no sentido de aquisição, reforçando a percepção positiva sobre este aspecto, oportunizado pela “barragem”, ainda que a terra assim obtida tenha que ser paga parceladamente, como vimos anteriormente.

Em certos casos em que filhos já haviam sido encaminhados para fora da propriedade, devido as dimensões disponíveis de terra terem se tornado fator limitante para estabelecimento de novas unidades familiares, a possibilidade de acesso a novas terras foi responsável por seu retorno imediato, abandonando empregos na cidade. É o caso de uma propriedade cujo pai tem dois filhos que não foram citados no cadastro socioeconômico, pois na época da realização do mesmo, trabalhavam durante a semana em um centro urbano próximo, e nos finais de semana, ajudavam nas tarefas rurais. Segundo a mãe, eles não foram citados no cadastro porque eles não sabiam para que este estava sendo realizado. Com a possibilidade de usufruírem do benefício da carta de crédito, os filhos largaram a cidade retornando a morar na propriedade. Entretanto, como não foram cadastrados, os empreendedores não atenderam a reivindicação da família com as referidas cartas, oferecendo apenas a compra da propriedade dos pais. Até o momento do trabalho de campo, empreendedores e proprietário não haviam entrado em acordo, pois este só venderia

a propriedade caso os filhos fossem beneficiados. Os empreendedores, por seu termo, afirmaram que se necessário iriam adquirir a propriedade por meios judiciais.

‘Nós acertamos, se eles dá a carta de crédito pros filhos nós acertamos, senão nós somos obrigado a ficar aqui’.
(Agricultora atingida que quer carta de crédito para os filhos – Ipuacu).

Casos como este evidenciam a falta de cumprimento da Proposta de Remanejamento por parte dos empreendedores para com os atingidos, principalmente quando referiam-se que pretendiam “buscar ascensão socioeconômica” (ETS, 2000), ou então, “promoção na qualidade de vida da população local” (DESENVIX, 1997). Quanto aos atingidos, na sua percepção, não conseguem entender como é que,

‘Não é possível que nem nós, não vamos ter nenhuma carta de crédito, né? Pra uns ajuda, pra outros não, (...) nós só queremos colocar os filhos’.
(Agricultora atingida que quer carta de crédito para os filhos – Ipuacu).

Colocar os filhos, ou garantir o acesso à terra na condição de proprietários, para estes agricultores está sendo visto como a compensação justa ou quem sabe até mínima, pela venda forçada da propriedade. A seu ver, entretanto, esta compensação não pode ser definida apenas com base nas informações contidas no cadastro socioeconômico, uma vez que no momento da realização “eles não sabiam para que era aquilo”.

Com base no conceito de Almeida (1986), em relação às unidades técnicas de produção constituídas por famílias extensas (tronco e ramificada)⁴³, pode-se evidenciar um dos efeitos mais problemáticos para a reprodução social das unidades familiares rurais decorrente da política de remanejamento utilizada na implantação da UHE Quebra Queixo: o rompimento do grupo doméstico. Para esse mesmo autor, tudo indica que o surgimento deste tipo de unidade familiar está ligado não a premissas culturais, mas à estratégias ligadas à terra – incorporadas numa unidade técnica com a repartição da terra (famílias ramificadas), ou por mecanismos de transmissão indivisa da terra (família tronco). No

⁴³ De acordo com Almeida (op. cit., p. 69) trata-se de “família-tronco” os casos em que as famílias conjugais agrupadas compartilham uma residência. “Família-ramificada”, são famílias conjugais que moram em residências distintas mas na mesma terra e são ligadas também por fraternidade

entanto, o autor lembra de outra maneira de exemplificar as unidades técnicas compostas por várias famílias aparentadas, ou seja, não como consequência da escassez de terra, mas como consequência da escassez de braços.

Na área atingida pela UHE Quebra Queixo, encontramos famílias extensas que surgiram tanto devido a transmissão indivisa da terra, como também pela escassez de braços. No entanto, ambas sofreram os efeitos adversos da implantação da referida usina. É o caso, principalmente, onde a unidade técnica familiar extensa era composta por indivíduos idosos afastados do processo produtivo, e por indivíduos que compunham uma nova família e eram passíveis de recebimento de carta de crédito. Este procedimento provocou a cisão da unidade técnica familiar, ocasionando um desarranjo dos esquemas produtivos familiares. Isto ocorreu devido à criação de novas unidades familiares, cujo filho passou a ser o responsável, reorganizando o processo produtivo sobre novas bases, inviabilizando a reprodução social do grupo doméstico formado pelo casal idoso que ficou sem condições e forças de trabalho para a retomada do processo produtivo em outra localidade.

Ademais, os agricultores que se preocuparam em garantir terra para os filhos e os próprios filhos sentiram-se prejudicados com o procedimento adotado pelos empreendedores. Algumas famílias, antes da barragem, não mediram esforços para colocar no nome de filhos “um pedaço de terra”. Alguns desses filhos até continuavam a morar com seus pais, mas tinham em seu nome uma área que não foi alagada, muitas vezes, sem qualquer infra-estrutura (água, energia, casa, etc.). No entanto, de acordo com os critérios de público alvo para “carta de crédito”, quem residisse em área atingida, mas tivesse em seu nome uma outra área que não fosse atingida pelo empreendimento, não teria direito a obtê-la. Assim os empreendedores utilizaram-se desse argumento para não atender esses casos, julgando que estes agricultores não dependiam da área alagada. Deste modo, o esforço das famílias em garantir o acesso à terra para a maior quantidade de filhos possíveis, incentivando-os a permanecer na agricultura, foi prejudicada pela política de remanejamento utilizada pelos empreendedores.

Outro fator lembrado pelos proprietários como negativo foi a supervalorização das culturas perenes. Segundo um dos agricultores entrevistado,

‘Se você preparou a terra pra produzir, ganhou menos do que se deixou mato ou capoeira (...) nós gastemos mais uns três a quatro mil reais de destouque, se matemos trabalhando e não pagamos nem o óleo do trator; só fizemos o lugar como nós queremos aí chegou a barragem, era três anos que nós morava lá’. (Agricultor que teve a propriedade totalmente atingida).

Deste modo, conforme o que foi recém exposto, é possível afirmar que alguns proprietários das unidades de produção conseguem perceber efeitos negativos da implantação da UHE Quebra Queixo, mas ainda não conseguem plenamente dimensioná-los. Isto se deve, provavelmente, ao fato de que no momento da realização da pesquisa de campo, as mudanças ocorridas ainda eram muito recentes (o início das indenizações bem como da obra da UHE Quebra Queixo datam março/abril de 2001, sendo que algumas indenizações ainda não tinham sido efetuadas). Ao mesmo tempo, parte deles ainda estavam fascinados com os “ganhos”, principalmente aqueles cujo(s) filho(s) foram contemplados com carta de crédito.

4.3.2. – Os não proprietários

As regras do ‘jogo’ podem restringir opções, mas elas também fornecem a oportunidade para tomar decisões e para alcançar objetivos. Sabe-se que um primeiro momento a luta dos atingidos pela implantação de hidrelétricas foi por “indenizações justas” e “terra por terra”, sendo somente os proprietários beneficiados. Porém, constatou-se que nesta trajetória de lutas e de conflitos um novo ator passou a ocupar espaço nas negociações, os não proprietários. A inclusão dos não proprietários (filhos de proprietários, parceiros, agregados, assalariados rurais, posseiros, etc.) nos processos de remanejamento, fruto das conquistas obtidas pelos agricultores por ocasião da implantação da Usina de Itá, propiciou aos mesmos o acesso a terra na condição de proprietários e a estabilidade em termos espaciais, ampliando as possibilidades de sua reprodução social enquanto pequenos proprietários rurais.

“.. ali fiquei colocado pra criar os filhos da gente né? Se não o pobre se não tem condições ele tem que andar pra cá e pra lá, né? Mudando e assim a gente ficou colocado...”

(Parceiro rural reassentado na Linha Vista Alegre/Ipuacu).

A solução apresentada pelos empreendedores diante da possibilidade concreta de se tornarem proprietários, via carta de crédito, foi vista, pelos não proprietários, como uma conquista extremamente positiva. A dificuldade maior foi encontrar terras na região que estivessem dentro dos padrões exigidos na Proposta de Remanejamento, conciliando os 17 ha de área e benfeitorias com o valor liberado. De acordo com um agricultor, o valor pago pela carta de crédito a princípio era de R\$ 60.000,00, sendo que este valor era reajustado conforme o reajuste das indenizações. Segundo ele, “encontrar 17 ha de terra na região por esse preço, hoje em dia não encontra”.

Contudo, para Nacke (1993) e Reis (1998), a nova condição tem outras implicações bem mais profundas, principalmente no que se refere ao gerenciamento do processo de produção. A autonomia para decidir sobre as diferentes etapas do processo produtivo tem sido indicada como problemática, tendo em vista a situação de subordinação vivida anteriormente. Este fato, de acordo com o depoimento abaixo, já está sendo vivenciado pelos novos proprietários atingidos pela UHE Quebra Queixo:

“... é um compromisso, a gente tem que trabalhar bem mais porque a gente fica sozinho, né? E então tem que batalhar bastante pra conseguir manter a moradia meio limpa, né? Mas por enquanto a gente não tá vencendo, tem bastante (serviço), né? O aviário é compromisso então a gente não pode de abandonar lá do aviário e vir cuidar da lavoura”.

(Agricultor/empregado rural que adquiriu há nove meses propriedade com aviário através de carta de crédito).

Quanto ao Programa de Monitoramento que previa “o acompanhamento e uma avaliação periódica da população atingida, permitindo uma leitura de aspectos como a retomada do processo produtivo, interação social e adequação da infra-estrutura básica” (ETS, 2000), – que apesar de somente permitir uma “leitura” destes aspectos, – o mesmo parou na etapa T1, realizada, em algumas famílias, seis meses após a transferência para a nova propriedade. O referido programa parou, conforme informação de funcionários da Empresa ETS que era designada para executá-lo, “devido a demissão dos responsáveis por

este programa”, acreditando que este programa não seria retomado, pois “não havia a previsão de contratação de substitutos”⁴⁴.

Ressalta-se, assim, a importância em disponibilizar assessoria técnica que ofereça alternativas que levem em conta a diversidade de experiências e valores socioculturais, bem como as expectativas das unidades familiares reassentadas. No entanto, de acordo com os agricultores reassentados por carta de crédito, até o momento da realização da pesquisa não houve qualquer tipo de assistência, e o monitoramento realizado tinha apenas a finalidade de obter informações. Assim, a assistência técnica foi deixada à iniciativa dos municípios que acolheram as unidades familiares. O que ocorreu, na verdade, foi uma transferência, ou melhor, um empréstimo de recursos para que os não proprietários se “colocas sem em outro lugar”, na busca de solucionar possíveis problemas que impedissem os empreendedores de atingirem seu objetivo: “o vazio demográfico” da área a ser alagada e requisitado para outros fins relacionados à implantação da hidrelétrica.

Vale destacar, também, que a conquista da terra tem outras implicações, tais como o aumento dos custos fixos relativos a amortização da dívida pelo pagamento da terra, das moradias, de outras benfeitorias, de taxas de impostos, de energia, etc., que exigirão dos novos proprietários uma maior produtividade. Este fato está passando despercebido pelos contemplados pela carta de crédito. Isto leva a crer que esteja ocorrendo por eles ainda não terem colocado os “pés no chão”, e se encontrarem ainda desfrutando da fase de “sonho realizado”, como também porque ainda não começaram a pagar a dívida relativa à carta de crédito, uma vez que estão no período de carência (o período de carência é de 3 anos).

Por outro lado, os critérios para a concessão de carta de crédito ocasionaram um fato pouco esperado. O fato de o filho de proprietário citado no cadastro socioeconômico e na data da negociação, ter constituído uma família dependente da propriedade a ser indenizada, tornava-o passível de ser beneficiado com carta de crédito. Este fato, de acordo com o depoimento de vários atingidos e do próprio Presidente da Associação dos Atingidos, levou “até a sair uns casamentos meio forçados, pra forçar a liberação da carta de crédito, (...) teve famílias que tiveram duas, três cartas de crédito”. Todavia, estes

⁴⁴ Segundo Germani (1982), a rotatividade de funcionários é uma estratégia largamente utilizada na implantação de projetos desta natureza. Estratégia esta que os empreendedores da UHE Quebra Queixo também utilizaram, fazendo com que muitas vezes o trabalho desenvolvido pelo técnico e seus avanços fossem desconsiderados em função da presença de novo técnico.

mesmos critérios excluíram uma parcela de filhos de proprietários que, mesmo se encontrando em idade produtiva, não constituam uma unidade familiar, e dessa forma não tiveram direito ao benefício. Também excluíram assalariados rurais solteiros, que dependiam das áreas desapropriadas para sobreviver.

Deste modo, se para alguns agricultores não proprietários a vinda da barragem foi considerada como positiva, devido ao acesso à terra como proprietários, há aqueles que não têm senão a opção da migração para a cidade como maneira de sobreviver.

‘Nós plantava pro gasto, nós sempre plantava milho pra tratar o bichos, sabe as coisas da casa, as vacas de leite, nós vivia de leite, nós tinha seis vaca de leite e assim acabemo ter que vender tudo fora, porque vamo ir aonde, porque o que ganhemo deles da mal apenas pra comprar um lote na cidade e pronto (...) porque nós sempre moremo na roça, sempre trabalhemo na agricultura. (...) E vivê do quê, que nem serviço aqui em São Domingos não tem, é pouco daí eu disse pra eles será que nós vamo ter que ensinar a família as crianças roubar pra nós viver é isso que vocês querem aí eles falam que não tem nada a ver com isso, eles falam que não tem nada a ver’.
(Arrendatário com o contrato vencido que residia na Linha Quebra Queixo/São Domingos).

A opção de ir para a cidade não é um atrativo para o agricultor, muito pelo contrário, é algo que o preocupa, pois apresenta uma ameaça à sua sobrevivência, como pôde ser constatado no depoimento acima, depoimento este de um agricultor que vivia nas terras de seu irmão como arrendatário, porém por estar com o contrato vencido, recebeu uma quantia insuficiente para adquirir terras agricultáveis, na região.

4.4. – O deslocamento compulsório e as dificuldades para a retomada do processo produtivo

‘Bem o que temo que dizer é que eu acho que tá melhor aqui porque dizer que tá pior não adianta, porque não podemos mais voltá. Se eu tasse morando lá hoje e me dissessem olha tu tem que me vender aqui e tu vai morar lá tal lugar, eu achava que não, não vou mudar. Tava bem colocado. Tá certo que a gente tinha terra dobrada, costa de rio, terra meio braba, mas lá a gente tava bem estruturado, onde dava pra trabalhá a gente trabalhava, onde não dava pra gente trabalha a gente

fez potreiro, já tava tudo colocado era só cuidar e tivemos que vender, queira ou não queira tivemos que vender”.
(Agricultor que residia na Linha Vista Alegre/Ipuaçu).

Segundo Sigaud (1992), os agricultores do Alto Uruguai não têm o mesmo tipo de relação com o território que os camponeses da região onde foi implantada a UHE de Sobradinho têm, onde a inundação para a formação do reservatório representou a destruição da base física sobre a qual se estruturava todo um sistema de produção. No Alto Uruguai, a possibilidade de reproduzir o sistema de produção por parte dos agricultores não dependeu exclusivamente das particularidades daquele território. No entanto, os agricultores do Vale do Uruguai sofrem outras conseqüências em função do avanço das águas, comprometendo a retomada do processo produtivo.

Embora na época da realização das etapas de trabalho de campo do presente estudo as propriedades agrícolas se encontrassem em uma fase inicial de retomada do processo produtivo, em que alguns fatores como sua produtividade não podiam ser avaliados, pois alguns atingidos ainda não tinham completado um ciclo anual de produção, e em conseqüência disso, obtido resultados da primeira safra, e apesar de algumas unidades familiares apontarem alguns ganhos com o deslocamento compulsório, vários foram as dificuldades enfrentadas na perspectiva dos agricultores entrevistados, principalmente no que se referia à retomado do processo produtivo.

Com a modalidade de remanejamento por indenização “em dinheiro” – a negociação adotada pelos empreendedores foi a de comprador para vendedor –, o agricultor teve a “liberdade” para escolher um lugar onde se reassentar. Os empreendedores atuaram somente até o momento da aquisição da propriedade e desocupação da área. Em seguida o agricultor ficou por sua própria conta e risco. A terra repentinamente se transformou em dinheiro. O primeiro desafio a ser enfrentado pelos agricultores foi a escolha da nova propriedade, procurando se manter na atividade agrícola.

A permanência na agricultura e as condições de reorganização da unidade familiar em novos lugares, estavam aliadas a fatores como as aspirações dos componentes da família, a provisão de recursos financeiros para aquisição de uma nova unidade técnica de produção, a disponibilidade de mão-de-obra, e as próprias expectativas para o futuro como agricultores. No caso específico da UHE Quebra Queixo, as unidades familiares tiveram

ainda que driblar questões como a especulação do mercado imobiliário das terras, além da preocupação dos que trabalhavam com sistema de integração (principalmente suinocultura e avicultura) em adquirir áreas nas regiões de atendimento das empresas integradoras, caso quisessem continuar na atividade. Também teve grande peso na escolha da nova propriedade, e isto fica evidente no depoimento abaixo, o fato de que a maioria dos equipamentos agrícolas, principalmente os utilizados em plantio e colheita das safras agrícolas, serem de posse comunitária, adquiridos em conjunto com familiares e até mesmo com vizinhos. Portanto, para as unidades familiares, a nova propriedade tinha que conciliar todos estes fatores.

“O nosso interesse de ter ficado aqui perto é porque nós temo colheitadeira essas coisas de máquina junto com o meu rapaz que mora aqui embaixo. Então nós tinha achado umas áreas boas ali pra lá de Xanxerê, mas daí como nós tinha a colheitadeira as coisas tudo meio junto, daí achemo ruim nós ir lá longe e ele ficar aqui; a área dele foi atingida cinco alqueire só que era lá embaixo, má ele mora aqui na linha São Francisco, daí nós achamos por bem se colocar aqui perto, né?”

(Agricultor atingido que tem equipamentos agrícolas em sociedade com seus filhos).

Um outro aspecto a considerar é que a aquisição das novas propriedades pelos indenizados se deu sem avaliação, quer seja por parte de técnicos dos empreendedores, quer seja por parte da Associação, ou outra instituição qualquer. Muitas transações ocorreram sem qualquer orientação, sendo que houve casos que a nova propriedade foi adquirida somente utilizando-se de critérios como a proximidade do acesso principal, desconsiderando características da propriedade em si. Outros, por falta de orientação, dispersaram o dinheiro da indenização, movidos pela sedução de abandonar a agricultura em busca de opções mais lucrativas. Isto levou agricultores à adquirirem imóveis na cidade, no intuito de locar para o pessoal da barragem. Um agricultor, ao referir-se ao seu antigo vizinho comentou que:

“Ele não negociou bem o dinheiro, se tacou comprar muita coisa, nunca tinha visto tanto dinheiro e esparramou o dinheiro meio fácil”.

(Agricultor atingido que residia na Linha São João/Ipuaçu).

Muitas famílias, devido à demora nas negociações, aceitaram a oferta dos empreendedores a contragosto para não perder a chance de compra de uma terra já negociada na região. Isso ocorreu devido ao fato que na região de abrangência da UHE Quebra Queixo existiam poucas ofertas de áreas para serem vendidas. Em adição, a negociação das propriedades foi feita com base na cultura da soja, e como o preço desta oscila conforme a cotação do dólar – que teve aumentos consideráveis neste período –, quanto antes os agricultores recebessem a indenização e quitassem a propriedade já negociada, melhores seriam as possibilidades de sua aquisição e menores seriam as perdas financeiras.

“... teve gente ali que compraram 20.000 metros de terra e pagaram mais de 100 mil por causa da demora, quando começaram a negociar ali os preços aqui estourou, teve quem recebeu bem mas que comprou pagando um absurdo porque não tinha mais lugar por aí e a gente não queria sair tão longe também”.
(Agricultor parcialmente atingido e que ficou com área remanescente).

Não menos importante foi o fato do cronograma do empreendimento ter ignorado por completo o calendário agrícola das principais culturas da região, o que para algumas unidades familiares inviabilizou safras inteiras. Ao comprar as propriedades em períodos de safra ou plantio, os empreendedores dificultaram a colheita das culturas no período certo, impedindo a realização de práticas agrícolas adequadas, comprometendo os produtos e inviabilizando assim as colheitas. Fez, também, com que o plantio não pudesse ser realizado na época certa, pois depois do deslocamento havia necessidade de preparar a terra e reorganizar os recursos produtivos e a força de trabalho da família.

“... ter ficado sem plantar, lá nós estava preparado, a nossa semente tava no porão, né? Pronta pra plantar, adubo, tudo, e depois a gente perdeu tudo, taí parado sem plantar, não podemos botar nada ainda na terra”.
(Filho de agricultor que recebeu carta de crédito em área remanescente na Linha Beira Rio/Ipuaçu).

Além das safras inviabilizadas, alguns tiveram que contar com ameaças e com a agressão e falta de respeito daqueles que procuravam criar o “vazio demográfico”, desconsiderando-os e não os reconhecendo como atingidos.

‘Essa safra ainda não plantemos nada porque eles não deixaram, não deixaram nós plantar (...), porque era na beira do lago e eu não podia mexer eu tenho que deixar quieto; daí vieram lá nós tinha uma plantação de mandioca e coisa que não era atingido que era fora da área, né? Que ia passar a estrada, eles vieram meteram o trator em cima e arrancaram fora tudo e daí tavam ameaçando derrubar a casa, derrubar a casa e nós tivemos que pegar e sai’.

(Agricultor arrendatário atingido parcialmente e que não entrou no processo de indenização Linha Quebra Queixo/São Domingos).

Esta e outras atitudes foram tomadas de forma arbitrária, desconsiderando as necessidades e particularidades de cada caso, como o de um agricultor que tinha como uma de suas principais atividades a leiteira, e teve sua propriedade parcialmente atingida, ficando com apenas a área remanescente.

“... eles ficaram planejando essa barragem aí trinta anos até pra fazer e agora dentro de seis meses eles querem que tu retire o gado faça potreiro, grame um potreiro, como é que tu vai grama um potreiro em cinco, seis meses; às vezes demora dois a três anos para engramar e todos os potreiros foram atingidos, sobrou só um cantinho aqui de cima que deve dar dois hectares”.

(Agricultor atingido parcialmente e que optou por reassentamento em área remanescente na Linha São João/Ipuaçu).

A desapropriação das áreas também ocasionou fatos que de certa forma acabaram por alterar o dia à dia das atividades nas propriedades, como é o caso de uma unidade de produção em que a área alagada atingiu parcela da propriedade, dividindo-a ao meio. A propriedade tinha como atividade principal a pecuária de corte ficando parte da área sem um acesso dos animais à água. Somente depois de muita insistência por parte do proprietário, o mesmo obteve liberação verbal para a formação de um corredor de uma área a outra para os animais chegarem até a água.

“Que nem a nossa lá eles ficaram pelo meio, cortaram ali, a nossa só foi pastagem. Daí nós tinha uma pastagem pra lá, nós brigamos com eles daí eles deixaram um corredor pro gado passar de um lado pro outro, senão nem isso eles não queriam deixar. É que primeiro eles falavam que nós lá que temo gado eles iam deixar acesso pro rio, ao lago, pro gado beber água, dois três acessos, só não fizeram”.

(Agricultor parcialmente atingido residente na Linha Quebra Queixo/São Domingos).

Para este mesmo atingido, um novo fator também passou a fazer parte de seu cotidiano após a chegada da usina. Além da sua propriedade não ser mais contígua, com o valor da indenização, este somente conseguiu adquirir uma área semelhante à indenizada em outra localidade. Sendo assim, ele constata:

“A nos sa área, além de estar pronta, era junto, né? Agora dividiu, o próprio empregado que cuidava daquela ali podia cuidar tudo, agora preciso outro empregado lá embaixo. E quem vai arcar com esta despesa o resto da vida sou eu”.

(Agricultor atingido parcialmente da Linha Quebra Queixo/São Domingos).

Assim, se nas culturas vegetais as principais dificuldades encontradas dizem respeito às questões de perdas de plantio e colheita, nas atividades criatórias, os agricultores enfrentaram dificuldades ainda maiores. Além das questões referentes à formação de pastos para os bovinos e o acesso a água, quem trabalhava com aves, ao transferir seus aviários, contou ainda com a pressão exercida pela empresa integradora aliada à falta de estrutura do Poder Público Municipal para enfrentar este tipo de situação.

“Construir o aviário era meio rápido, a firma queria já, a Seara apertou nós de um jeito, aí a Prefeitura não tava cedendo a terraplanagem, aí eu tive que pagar a Prefeitura, mas meio esforçado, aí eles vieram pagando o serviço pra Prefeitura pra fazer a planagem e daí nós perdemos uns 25 dias parados e o aviário lá tudo desmontadinho, tudo desmanchado e aqui a terraplanagem não tava feita (...) nós ficamos 25 dia de tempo bom parado e depois no dia que começamos ali em 3 dias choveu 30 dia e 30 noites não parou”.

(Agricultor que trabalha com a atividade avícola).

A transferência das instalações para a nova propriedade gerou, deste modo, transtornos. Alguns deslocados, entretanto, pela insistência, foram “beneficiados” pelas cláusulas contidas na Proposta de Remanejamento. Outros, menos informados, tiveram que arcar com suas próprias despesas,

“... e não tivemos ajuda na mudança, tudo por nossa conta, pagaram um pouco dos aviários que ficou dois lotes parados, daí então pagaram dois lotes, até tivemos uma reunião uma vez lá no Ipuacu, no Centro Comunitário, daí eles queriam pagar um lote parado eles achavam que com trinta, quarenta dia dava para mudar o aviário , instalar e lotar, daí eu disse; olha, se tiver carpinteiro que desmanchar um aviário ali , levar lá embaixo e construir em 40 dias pode me mandar lá que eu empreito, mas só que em 40 dias quero o aviário pronto. Daí acharam de me dar mais um lote; aí deram dois lote, mas não tinha condição com 40 dias desmanchar um aviário e dá pronto assim, não tem, daí então pagaram dois lote dos aviários que tinha ali”.

(Agricultor que trabalha com a atividade avícola).

No caso dos não proprietários contemplados com Carta de Crédito, após a aquisição da nova unidade técnica de produção, estava prevista a verba de manutenção. Esta seria concedida pelos empreendedores por um período de até nove meses, de acordo com a efetiva necessidade de cada unidade familiar. A concessão da verba deveria ser apurada por análise técnica, a princípio, sem critérios definidos. Contudo, como exposto anteriormente, até a data da realização da pesquisa de campo, muitos não tinham recebido qualquer tipo de visita técnica. Quanto ao monitoramento, como este tinha apenas a finalidade de obter informações, e, sendo realizado apenas em duas etapas – Etapa T0, antes da mudança e T1, após seis meses de mudança –, o mesmo contemplou apenas uma pequena parcela dos beneficiários com carta de crédito⁴⁵, deixando os demais deslocados sem monitoramento.

Assim, o critério de concessão da verba de manutenção, através da “análise técnica”, não foi levado em conta e conseqüentemente não contemplou a todos. Para alguns agricultores, a duração da verba de manutenção foi de seis meses. Outros, contudo, no decorrer das negociações foram informados, segundo eles, por um funcionário da empresa ETS que não teriam esse direito, ou seja, nas palavras de um dos entrevistados:

“... não, que nós não temos direito a esse salário manutenção, nós não entendemos o porque disso, antes eles prometeram, ficou certinho que a gente ia ganhar, sete a nove meses”.

(Filho de agricultor beneficiado com carta de crédito – Ipuacu).

⁴⁵ Fonte ETS (nov./2000) e ETS (junho/2001).

Outro fato a considerar é o caso de famílias que tiveram apenas uma pequena mas importante parcela da área de sua propriedade atingida. Parcela esta, que na opinião de um agricultor residente na Linha Quebra Queixo (São Domingos), era “a melhor área da propriedade”, e a área que restou não é o suficiente para este sobreviver. O mesmo argumenta ainda que além de ter sua propriedade reduzida, ela está sendo invadida por animais, principalmente por roedores, que antes viviam na mata e que devido à redução da mesma, estão invadindo as propriedades mais próximas em busca de alimentos, estragando plantações e possibilitando a transmissão de doenças para os animais domésticos.

A mudança para a nova propriedade, de forma geral, se mostrou bastante árdua. Mas, era principalmente entre os de idade mais avançada que se observou o grande desconforto, pois estes não possuíam mais as mesmas condições dos mais jovens para reiniciar as atividades produtivas. O fato fica evidente num depoimento de um agricultor aposentado, de 63 anos:

“Aqui tivemos que fazer muita coisa porque de bom aqui só tinha a casa e os açudes ali e esse barraco aqui atrás. Se a gente queria fechar um terneiro no potreiro não tinha, se queria fechar um porquinho no chiqueiro não tinha, tivemos que fazer tudo (...) e as forças já não ajudam mais”.

(Agricultor que residia na Linha Vista Alegre/Ipuaçu).

As dificuldades quanto a retomada do processo foram evidenciadas e repercutiram em outras esferas da vida dos agricultores. Vários entrevistados comentaram sobre problemas de saúde, de ordem emocional. Um entrevistado, referindo-se ao seu vizinho que se acidentou com uma arma de fogo e faleceu no dia em que ia receber o dinheiro da indenização, comentou: “a psicóloga deve passar antes da indenização e não depois como é feito”. Em relação ao mesmo caso, a esposa - viúva, acrescenta: “... ele ficou bastante confuso, também ele tinha hora que achava que a vantagem era ir embora, de repente ele dava aquela: se criou aqui, nasceu aqui, aqui era um local bom de morar...”.

Outro depoimento, de uma senhora cujo esposo era proprietário do caminhão que fazia a coleta do leite na área que foi desapropriada pelo empreendimento, demonstra os transtornos decorrentes com a saída das famílias, pois aos poucos a linha foi desativada:

“Tinha uma linha de leite e com a vinda das barragens, com a indenização dos agricultores, foi perdido alguns, praticamente a prestação do caminhão que eu estou com o caminhão financiado, né? Foi perdido lá e ainda nesse meio tempo, ele não sei se foi depressão ou o que, ele começa se apegar nas dividas, e indo embora produtor, diminuindo o leite e então perdendo a linha, adoeceu e em poucos dias faleceu”.

Relatos como estes demonstram o quanto a população atingida direta e indiretamente não estava preparada para enfrentar a transferência compulsória e seus efeitos adversos. Quanto aos transtornos do dia-a-dia e a convivência com estranhos, um dos entrevistados falou: “eu acho que a barragem, eles tinham que construir ela, quando todos os problemas tivessem resolvidos”.

Para os agricultores, principalmente os idosos, foi muito difícil ser desalojado compulsoriamente e ter que reconstruir a vida em outro lugar, considerando, inclusive as perdas em relação a laços sociais decorrentes da vida comunitária.

“Olha a minha mãe eu pensei que ela nem ia superar, até no início deu depressão, deu não sei o que, teve que ir no médico (...), porque aqui começa tudo de novo, no início, começa a construir, que lá uma vida inteira lá batalhando, lá tinha uma casa nova, aqui já tivemos que reformar e tal, né? Já tem que fazer outra casa (...) o ponto negativo da barragem assim mais que eu vi ali é separar pessoas, vizinhos. Um vai para um lado outro vai pro outro, divide a comunidade”.
(Filho de agricultor que recebeu carta de crédito e seus pais tiveram a área indenizada).

Por último, foi possível constatar um fato não muito comum entre agricultores, mas que ficou bastante evidente durante as entrevistas: quando os depoimentos estavam voltados às dificuldades relativas às questões práticas, especialmente aquelas relativas à retomada do processo produtivo, eram os homens que mais falavam. No entanto, quando às questões estavam voltadas para reflexos emocionais das dificuldades vivenciadas, ambos os sexos se posicionavam, retratando, assim, em decorrência do processo da instalação da UHE Quebra Queixo, alterações em outras esferas da vida dos sujeitos sociais atingidos para além dos aspectos econômicos. Chamou, assim, a atenção de que os homens não se intimidavam e demonstravam todo o seu sentimento perante aquela migração forçada, que estava mudando a trajetória e o ritmo de suas vidas.

4.5. – O que o dinheiro não paga

‘Foi pago pelo que tinha porque eles pagaram as árvores, mas o amor a terra o amor aquele lugar nunca vai pagar, a gente se criou ali o pai faleceu ali; também, é enterrado ali na comunidade as lembranças da gente vai ficar tudo ali, isso não vai ter dinheiro que paga, só vai pagar o que você tem lá: a casa, as árvores, as lembranças da gente tá lá, aqui a uns dias vou ter que ir lá desmanchar a casa, eu ajudei a fazer aquela casa, daí cada tijolo que eu vou tirar ou cada parede que vou ter que desmanchar vou lembrar’.

(Filho de agricultor com 29 anos e que residia na Linha São João/Ipuaçu).

A formação do lago para a instalação da UHE Quebra Queixo fez com que as unidades familiares deixassem para trás espaços ao longo do tempo habitado, causando assim, como lembra Reis (1998) em relação à UHE de Itá, “a destruição dos suportes materiais de sua memória individual e coletiva”. Entre esses espaços são lembrados, como no depoimento acima, espaços domésticos como as casas e outros espaços vinculados às trajetórias familiares como o cemitério.

Além dos espaços acima referidos, outros tipos de espaços de uso coletivo foram lembrados pelos agricultores. Espaços estes que para eles proporcionavam momentos de lazer e de interação social, fortalecendo os laços de amizade ali existentes. Apesar destes estarem sendo reproduzidos em outros locais, não carregam consigo a memória e momentos vividos pelos que ali passaram.

Este é o caso da ‘prainha’ denominação de uma ilha fluvial que possuía boa infraestrutura e era muito procurado pelos moradores e turistas da região, que utilizavam a área para lazer. Também é o caso da sede da “comunidade” de Quebra Queixo, isto é, local onde estão localizadas a Igreja Católica, Centro Comunitário, sala de catequese, quadra para jogos, etc., que apesar da aparente melhoria física e a preservação de seus aspectos arquitetônicos, em função da saída de um grande número de famílias tem quase que inviabilizado a utilização desses bens, em virtude do pequeno número restante de usuários.

“... então hoje tá sendo construído uma outra área aqui só que infelizmente aquele local, aquela situação lá nunca vai ser restabelecida, era um local bonito, a natureza... então a gente,

principalmente eu que a gente se criou praticamente ali, então aquilo vai ser uma perda irreparável que não vai ter valor que pague aquilo”. (Agricultor e Presidente da Associação dos Atingidos – Linha Quebra Queixo/São Domingos).

Momentos vividos no decorrer da implantação da UHE Quebra Queixo também vão ficar na memória de diversas famílias de agricultores da região e que o dinheiro jamais irá pagar e apagar. É o caso de uma viúva atingida, que ao ser perguntada se foi bom ou ruim a vinda da barragem, respondeu: ‘Pra mim é difícil né? Tu perguntar isso, com tudo o que aconteceu ..’. E chora. O irmão que estava presente na hora complementa:

‘É que ele se acidentou com a espingarda, morreu. No dia que aconteceu isso, ele ia receber a indenização das terras, aí complicou toda a situação dela, nem se sabe aí como é que ia ficar e como é que não ia ficar’.

4.6. – Ter ou não ter direitos: os agricultores “indiretamente atingidos”

“... atingido indiretamente? Talvez mais do que um que tinha terra, porque aquele que tinha a terra ganhou sua indenização e foram embora, conseguiram se colocar e nós perdemos...”. (Agricultora residente na Linha João Paulo II/São Domingos).

Se a instalação da UHE Quebra Queixo pode estar significando um ganho para alguns agricultores não proprietários devido ao acesso à terra ou porque alguns proprietários tiveram um superfaturamento de suas terras, para outros que ali residem ou residiam e dependiam das atividades agrícolas da região para garantir seu sustento e de seus familiares, o referido empreendimento se tornou um pesadelo. A própria definição de “atingido” adotado pelos empreendedores, com a conivência da Associação, excluiu toda um conjunto de agricultores que possuí propriedades nas imediações da futura orla do reservatório, e que também foi afetada de alguma forma.

Embora sejam discutíveis, casos como estes têm sido denominados na literatura de “externalidade” que, segundo Portneu (*apud* DRUMOND, 1995), “ôcorre sempre que as transações entre duas partes causarem um benefício ou um custo a uma terceira parte e

sempre que esse benefício ou esse custo não for levado em conta nos entendimentos entre as duas primeiras partes”.

De acordo com Bornholdt (2003, p.43), Santos e Nacke (2001) apontam ainda outros conceitos, emergidos de pesquisas acadêmicas, destinados à nominação dos problemas advindos da implantação de um projeto hidrelétrico e que pretendem designar os efeitos da implantação de hidrelétricas que atingiriam além da população a ser removida pela requisição de suas terras, considerados “diretamente atingido”, entre os quais destacam as ‘perturbações laterais’⁴⁶ e o “direito difuso”⁴⁷.

Em termos da UHE Quebra Queixo, o próprio Presidente da Associação dos Atingidos, ao se referir aos “atingidos indiretamente”, informou que:

“... é, isso aí, foi uma coisa que ficou meio complicada porque nós não, nós nos envolvemos mais com os atingidos diretamente, essas partes indireto ali já (pausa); uma que eles não vieram por exemplo na época que tinha a associação nos procurar, e a gente não tinha uma clareza do que essas pessoas teriam algum benefício, algum direito e algum prejuízo (...), e hoje o que tem aí orientado é que é pra entrar judicialmente, porque fora disso não tem o que fazer, então seria entrar com o Ministério Público”.

Assim, famílias que restaram nas imediações sentiram-se excluídas pelos próprios ‘atingidos diretos’ e pelos empreendedores. É o caso de um agricultor que residia na Linha Quebra Queixo, na propriedade do irmão, como arrendatário de parte da área, mas como “*ia ter que sair*” não renovou o contrato, perdendo na visão dos empreendedores o direito à indenização.

‘Eles disseram que como já venceu o contrato a gente não tem mais direito. Nós não tinha quem orientava nós, gente que podia, né? Foram contra a gente, um pouco a comunidade também, né? Faltou esforço, cada um queria pra si e pronto e a gente ficou sempre pra trás. Nós fomos os últimos que ficamos, daí agora fizeram a comunidade num lado (os bens culturais comunitários), daí nós ficamos no meio, daí começaram a empreensar nós pra sair’.
(Agricultor residente na linha Quebra Queixo/São Domingos).

⁴⁶ Para Antonaz (*apud* SANTOS e NACKE, 2001) sob a denominação de Perturbações laterais, englobam-se efeitos não atribuíveis diretamente ao projeto, mas referente à interação de agentes sociais em sua vida cotidiana, só detectáveis à partir da análise dos agrupamentos envolvidos, de sua história e da relação que se estabelece entre eles.

⁴⁷ De acordo com Santos e Nacke (2001) trata-se da seara dos direitos coletivos, que, em muitos casos, são um dos instrumentos jurídicos atuais para o resguardo dos interesses de certas coletividades.

Um outro aspecto apontado como efeito negativo decorrente da UHE Quebra Queixo foi a desestruturação da coletividade local devido à migração compulsória de parte das unidades familiares, que provocou o rompimento dos laços de vizinhança, o afastamento de parentes, a inviabilização do funcionamento de Associações Comunitárias pela saída de vários de seus sócios.

Também a insegurança, fruto da convivência muitas vezes indesejável com trabalhadores responsáveis pela construção da barragem, foi manifestada pelos agricultores e seus familiares que ficaram como situações desconfortáveis provocados pela obra.

‘Não é mais o mesmo lugar, os moradores que eram daqui foram embora. Chegou um monte de estranho ali que não é a mesma comunidade. (...) Já esses que ficaram, que não foram atingido tem esse sentimento que todo mundo quase saiu, todo mundo não, mas uma boa parte das família saiu, né? Ficou uma comunidade bem pequeninha’.

Como a construção desses empreendimentos é temporária, e provoca a expectativa sobre a geração de empregos e novas oportunidades de negócios além de certa parcela de técnicos e trabalhadores braçais trazidos por empreiteiras, elas provocam grande movimento migratório de pessoas, principalmente de operários em idade adulta e do sexo masculino que se dirigem à área do projeto atraídas por estas expectativas, modificando a composição etária e causando um desequilíbrio populacional. Desequilíbrio este que, além de provocar choques culturais, eleva os índices de prostituição e de criminalidade, trazendo, ainda, outras “novidades”, efeitos não comuns às populações locais. Estes efeitos também foram verificados por Bornholdt (2003), e lembrados pela população local, conforme no depoimentos abaixo:

‘Pra nós tem muita coisa nova que a gente não viu ainda, né? Tá aparecendo com a barragem, a mudança é radical mesmo porque muita coisa que a gente não via desde pessoal de fora tal, famílias novas, conhecendo outras coisas, né? Já desde a conversa deles é diferente, aqui é boate que nunca tinha, aqui já mudou também, eu aqui acho que é diferente, né? Pro agricultor é diferente’.
(Agricultor residente na Linha São João/Ipuaçu)

“A tranqüilidade era melhor antes, depois nestes caminhos ali tudo é bordel e daí as veis é som, é tiro de noite, é aquela confusão, movimento bastante de caminhão, mesmo ônibus, carro pequeno aumentou bastante, o pessoal que trabalha ali mesmo é diferente né?”
(Agricultor residente na Linha São João/Ipuaçu)

Quanto às casas de prostituição, embora fossem vistos negativamente por alguns agricultores, a justificativa apresentada por parte de representantes da Associação dos Atingidos, é que estas casas evitariam que as mulheres e filhas dos agricultores fossem assediadas pelos operários da obra, e também evitaria que estes operários fossem assediar as mulheres dos centros urbanos próximos à obra. No entanto, com o tempo, homens, “pais de família” da localidade, passaram a freqüentar tais casas, e ao invés de proteção à população, estas casas acabaram constituindo-se em um forte desarticulador de laços familiares.

Outra forma de efeito que têm sido apontados como decorrentes de grandes projetos como as hidrelétricas, tem sido a extinção de alguns serviços. Na UHE Quebra Queixo evidenciou-se a inviabilização da manutenção da linha da coleta do leite, comprometendo negativamente a atividade leiteira comercial e a manutenção de estradas. Também foi citada, por parte dos entrevistados, o lançamento de pedras nas propriedades e as rachaduras nas casas, devido as explosões no canteiro de obras.

O Secretário Municipal de Agricultura de um dos Municípios atingidos pelo empreendimento cita, entre outras conseqüências já apontadas pelos “vizinhos da obra”, a falta de água devido às explosões; a supressão da mata⁴⁸; a deposição de sedimentos de rocha sobre as pastagens, aliada à falta de água, causando intoxicações aos animais; o estresse provocado às aves e ao gado leiteiro por causa do barulho das explosões, ocasionando diminuição na produtividade, colocando, assim, atividades agrícolas familiares em risco.

⁴⁸ Quanto à supressão da mata, além da implantação da faixa de mata ciliar de 100 metros, conforme o art. 36º da Lei 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que prevê “nos casos de licenciamento ambiental para empreendimentos de significado impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento no EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de proteção integral”. Assim, atendendo às exigências da FATMA, a Companhia Energética Chapecó (CEC) adquiriu uma área com 624 hectares no município de São Domingos e efetuou sua doação ao Governo do Estado de Santa Catarina, onde está sendo proposta a criação de um Parque Estadual (ETS/CEC, out./2002)

Outro aspecto a ser considerado foi a perda de terras e de produção, ou seja, ocorreu redução do número de propriedades, ou da área das mesmas, que de acordo com a proporção das áreas afetadas em relação a área total da propriedade, ocasionou mudanças no cotidiano dos proprietários ou ocupantes, na medida em que a perda de uma parcela da propriedade significa o comprometimento da produção, deixou trabalhadores rurais que atuavam como diaristas nestas áreas sem “serviço”, comprometendo, portanto, sua reprodução social como agricultores e a de seus familiares.

‘Eu achava que não seria atingido e depois eu hoje tava pensando: fomos sim, porque nós perdemos o serviço e era aonde que nós vivia daquilo aí, era o principal, aonde que nós vivia. (...) a propriedade reduziu bastante, daí nós perdemos o serviço que nós trabalha dentro desta área (...) fomos suspensos daí, e por sinal tô trabalhando de diarista na limpeza lá na barragem (...) tá faltando poucos meses pra terminar, depois tô sem serviço e como diz o ditado, ' não temo onde cair morto' , no caso’.

(Diarista que morava na comunidade Quebra Queixo/São Domingos).

Outros fatores, como o aumento dos preços das terras e a especulação imobiliária, também acabam tendo repercussão nas populações numa área bem mais ampla do que aquela considerada pelos empreendedores como “diretamente atingida”. Para Sigaud (1988, p.105), quando se coloca nas mãos de agricultores uma quantia considerável em dinheiro estimulando a compra de terras em outra localidade, fatalmente se estará produzindo uma fantástica desorganização do mercado de terras, inflacionando o preço dos imóveis rurais e criando condições favoráveis para o agravamento da questão fundiária naquela localidade.

É indispensável também destacar um fato que vêm ganhando uma certa simpatia e aceitação por parte de governantes municipais e de empreendedores, “por ser um modelo de ocupação sustentável de territórios” – é a possibilidade de uso múltiplo do lago –, que atinge, também, de certa forma a população próxima ao empreendimento. Para Gonçalves *et al.* (2001, p.161), “os usos múltiplos não devem ser vistos como uma panacéia que, eventualmente, teriam a capacidade de resolver os conflitos postos, pois os usos serão modernos, exigindo a devida competência adaptativa dos segmentos afetados, o que poderá

levar, cedo ou tarde, às situações de anomia, estigmatização e banimento do território daqueles segmentos sociais mal-ajustados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de remanejamento da população afetada pela UHE Quebra Queixo evidenciou as conseqüências da implantação de um modelo pronto, centralista, que faz parte das macropolíticas que visam prioritariamente ao crescimento econômico, tornando assim vulneráveis as regiões que apresentam algum potencial hidrelétrico. É fato que onde esses projetos vingam, introduzem-se tecnologias e relações de trabalhos modernos; mas não é verdade que essa modernidade minimize a segregação social e os problemas ambientais, já que, em geral, tende a estimulá-los (GONÇALVES *et ali.*, 2001).

Embora seja possível considerar que a metodologia utilizada pelos empreendedores para remanejar a população atingida pela UHE Quebra Queixo possibilitou, através de carta de crédito, o acesso à terra na condição de proprietário para algumas unidades familiares rurais, e assim, num primeiro momento, favoreceu que permaneçam na agricultura, verifica-se que essa metodologia interferiu negativamente na retomada do processo produtivo e conseqüentemente na reprodução socioeconômica de parte dos agricultores atingidos.

Apesar dos empreendedores apresentarem em seus documentos a intenção de “conter o êxodo rural e promover a ascensão socioeconômica” dos atingidos pela obra (ETS, 2000 p. 3), mais uma vez verificou-se a reprodução das práticas anteriormente utilizadas pelas empresas estatais do setor elétrico brasileiro, como a desinformação e a negociação individual, e em menor intensidade a perspectiva territorial patrimonialista, desconsiderando a história de lutas e algumas conquistas obtidas em outros empreendimentos, que por razão de custos, não foram do interesse dos empreendedores implementar. Ressalta-se, desta maneira, a insustentabilidade das práticas de remanejamento, tais como as que resultaram em disparidades na avaliação dos valores das indenizações para casos semelhantes; na priorização de apenas duas modalidades de remanejamento; nos critérios para a liberação da verba de manutenção, que não ficaram claros para os atingidos e não foram aplicados conforme previsto na Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pelo Empreendimento e na ausência de monitoramento das famílias autoreassentados através da carta de crédito.

O uso prioritário da indenização em dinheiro como modalidade de remanejamento evitando assim gastos com a mudança do beneficiário e a manutenção dos reassentamentos coletivos, visto que nesta modalidade previa-se a instalação da infra-estrutura, assistência técnica e social por um período de cinco anos, além de verba de manutenção mensal por nove meses, levou algumas unidades familiares a desfazerem-se dos seus meios de produção e a enfrentarem dificuldades para retomarem o processo produtivo no novo estabelecimento. Tais dificuldades decorreram, por exemplo, na interrupção ou impossibilidade de realização de determinadas atividades agrícolas tais como o plantio e a colheita de culturas de subsistência e comerciais e o respeito ao ciclo dos sistemas criatórios.

Fatores como o desconhecimento, por parte dos empreendedores, das particularidades da região e de seus habitantes (ausência de caracterização socioeconômica detalhada), a inoperância ou as conseqüências excludentes da própria definição de área de “influência direta e indireta” adotada, expõem algumas fragilidade deste processo agora sob o controle de empresas privadas.

Santos e Henriques (2001) já alertavam para algumas possíveis características desse novo cenário, no qual o capital privado passa a controlar parte do setor elétrico e que certamente iria apresentar resistência para assumir as conseqüentes responsabilidades da implantação e operação de hidrelétricas, em termos sociais e ambientais. Alertam, assim, para que os movimentos sociais que lograram impor alterações no trato das questões socioeconômicas e ambientais às subsidiárias da Eletrobrás alterassem suas estratégias de pressão para manter algumas das conquistas já obtidas.

Além destas dificuldades e demais apontadas ao longo do texto, outras de caráter subjetivo, não quantificáveis, ocorreram, tais como o deslocamento desestruturado da unidade familiar, facilitando o rompimento de laços de sociabilidade local decorrentes do afastamento dos amigos e familiares, e o distanciamento das raízes culturais que geram sentimentos indesejáveis, que mesmo com as compensações financeiras não são suplantados.

A forma de organização adotada pelos agricultores atingidos pela UHE Quebra Queixo, através da criação da Associação dos Atingidos, demonstrou a “falta de experiência” por parte dos mesmos e dos próprios membros da “Comissão”, além de que

em alguns momentos ficou clara a priorização da defesa dos interesses dos últimos, e serviu em grande medida como instrumento de legitimação de um processo escolhido por um dos atores envolvidos (o principal beneficiário). A intermediação da Comissão como representante dos agricultores atingidos que não faziam parte da Comissão, na relação com os empreendedores, cerceou a possibilidade de ações coletivas reivindicatórias dos atingidos.

Não querendo desqualificar esta forma de organização, mas, ao se tratar de negociações com empresas ligadas ao setor elétrico, com grande capacidade de divulgação e poder de persuasão e manobra, a Associação ficou vulnerável, desviando-se do seu objetivo maior. Pode-se exemplificar este fato através da definição de “atingido” e de “propriedade atingida” “aceitas” pela Associação, que incluiu apenas as áreas requisitadas para a implantação da usina hidrelétrica e seus ocupantes. Esta definição excluiu de qualquer tipo de compensação muitas famílias que sofreram efeitos com a implantação do projeto. A noção tanto dos efeitos quanto das compensações se mostrou vaga, demonstrando o despreparo das lideranças da Associação para lidar de modo mais inclusivo e incisivo com a situação.

Pelo exposto, pode-se considerar que esta forma de organização só seria eficiente se aliada à assessoria de profissionais gabaritados para as negociações, pela mediação de um maior número de representantes da sociedade, como por exemplo, as autoridades locais, os sindicatos, e as Organizações Não Governamentais (ONGs), tais como a CRAB que atuou em outros empreendimentos desta natureza com um histórico de lutas, para evitar, assim, o que Catullo (1993), chama de “diálogo de surdos”.

Do mesmo modo, destaca-se a necessidade de uma fiscalização mais efetiva pelos órgãos ambientais, de forma a garantir que os empreendedores assumam e cumpram as recomendações contidas no EIA/RIMA e nos documentos apresentados, como a Proposta de Políticas e Ações de Remanejamento da População Atingida pelo Empreendimento da UHE Quebra Queixo. Respeitada estas premissas, o processo se tornaria menos traumático para as famílias atingidas uma vez que, no decorrer da implantação da obra, propostas e acordos firmados não seriam esquecidos, como ocorreu na UHE Quebra Queixo.

Quanto ao poder público dos municípios, também cabe parcela da responsabilidade em relação aos efeitos negativos causados às famílias remanejadas e aquelas que sofreram

esses efeitos em suas próprias localidades, uma vez que as autoridades, deslumbradas com o incremento de alguns milhões de reais que circulam por um curto período em seus municípios, e sonhando com os “*royalties*” da geração de energia, não perceberam que os maiores prejudicados com a implantação do projeto dificilmente usufruirão dos “benefícios” do mesmo. Outro fator complicante neste processo, como ressalta Bornholdt (op. cit.) é que a empresa que implementou o projeto não será a mesma que irá operar a UHE Quebra Queixo, podendo haver assim a possibilidade da empresa operadora não reconhecer determinados compromissos assumidos pela construtora.

Apesar do processo de implantação da UHE Quebra Queixo ter se desenvolvido aparentemente de forma tranqüila, não resta dúvidas de que houve negligências e conflitos. Uma prova disso é a busca, por parte de alguns atingidos (indenizados ou não) e dos representantes municipais, através da ABRABE, de compensações junto ao Ministério Público. No entanto, cabe salientar que este fato ocorreu somente às vésperas do enchimento do lago. Os agricultores afetados, bem como as Prefeituras de São Domingos e Ipuauçu, ao constatarem que as expectativas (acordos, promessas e até mesmo a Proposta de Remanejamento) iniciais não estavam se confirmando, começaram a questionar o processo e a pedir a revisão das compensações.

Cabe, portanto, à sociedade e como parte dela, à academia, acompanhar não só como se dará o desfecho desse processo, mas também conduzir novos estudos considerando os agricultores indenizados e principalmente os autoreassentados com carta de crédito. Acredita-se que com isto seria possível evitar que o remanejamento populacional inerente à implantação desse tipo de empreendimento aumente as taxas de êxodo rural e incremente os índices de baixo desenvolvimento social e humano, observado em populações já atingidas por outros empreendimentos.

Sendo assim, com base nos resultados desta investigação e de outros trabalhos, como os de Bloemer (op. cit.), Scherer-Warrem e Bloemer (1993), Reis (1993) e Bloemer e Reis (1993), são apresentadas algumas sugestões para novos empreendimentos, acreditando que, se consideradas, poderão contribuir para amenizar os efeitos adversos da implantação de Usinas Hidrelétricas em relação às unidades familiares rurais.

1. Elaboração prévia de um detalhado diagnóstico socioeconômico e cultural da área a ser atingida direta e indiretamente pelo empreendimento que não seja feito pelo empreendedor.
2. Mobilização e envolvimento democrático dos mais diversos segmentos da sociedade e de atores sociais possibilitando o acesso às informações para a tomada de decisões melhor orientadas.
3. Inclusão dos atingidos em todo o processo que diz respeito ao remanejamento dos segmentos sociais locais, desde a elaboração da proposta até as ações de implantação de assentamento e acompanhamento das unidades familiares.
4. Início da obra somente quando todas as unidades familiares estiverem devidamente compensadas.
5. Disponibilidade para os agricultores das mais diferentes formas de compensação pela tomada de terras, priorizando, de acordo com seus interesses, modalidades que possibilitem, da melhor forma possível, a reconstituição dos estabelecimentos agrícolas e a retomada do processo produtivo.
6. Reconstituição dos bens comunitários e preocupação com a manutenção de relações comunitárias, através de estratégias de reordenação territorial que procurem, dentro dos limites possíveis, evitar a dispersão das famílias e ruptura de laços de sociabilidade local, com base na convivência e na proximidade espacial.
7. Revisão do conceito de “atingido” na elaboração das propostas de compensação, contemplando as populações que permanecem no entorno e adjacências do lago e quaisquer outras vítimas de efeitos negativos da implantação de projetos de desenvolvimento do tipo aqui discutido.
8. Coincidência do calendário dos empreendedores para remanejamento das unidades familiares atingidas, com o calendário agrícola desenvolvido nas unidades produtivas de modo a minimizar os efeitos negativos da relocação.
9. Concessão de verba de manutenção para todos os beneficiados com carta de crédito por um período mínimo necessário à reorganização e estruturação da vida dos produtores rurais e das propriedades agrícolas.

10. Monitoramento das famílias deslocadas e também das famílias que ficam assentadas no entorno do reservatório, para acompanhar as condições de reorganização da vida nestes novos lugares.
11. Fiscalização mais efetiva pela ANEEL, IBAMA, FATMA e órgãos afins, com realização de reuniões periódicas com autoridades locais e atingidos, de modo a permitir um acompanhamento permanente dos desdobramentos deste tipo de empreendimento por parte destes órgãos.
12. Criação de uma linha especial de crédito, com assistência técnica para atingidos pela implantação das obras em questão, com o objetivo de reparar algumas perdas sofridas por toda a população que é atingida ou ameaçada pela construção das barragens, evitando, assim, que estes agricultores sofram o risco de novos processos de exclusão social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios.** Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI, 1997. 48 p.
- ALMEIDA, Mauro W.B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: ANPOCS, N.1, junho, 1986.
- ANEEL. Potencial Hidrelétrico. Disponível em <http://www.aneel.gov.br>. Em 26/01/2003.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo. J. Aspectos Sociales de la Relocalización de la Población Afectada por la Construcción de Grandes Represa. In: **Seminário Efectos Sociales de las Grandes Represas de America Latina.** (F. Suarez et ali, etc.). Argentina: Fundación Cultura Universitária para CIDES (OEA) e ILPES (ONU), 1983.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo. J. Combatiendo a Leviatan. La Articulación y Difusión de los Movimientos de Oposición a los Proyectos de Desarrollo Hidroeléctrico en Brasil (1985-91). In BAZALOTE, A. O.; CATULLO, M. R.; RAOVICH, J.C. **Antropología y Grandes Proyectos en el Mercour.** Argentina: Ed. Minerva, 2001. 212 p.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Itinerâncias e Migrações: a Reprodução Social de Pequenos Produtores e a Hidrelétricas.** 1996. 301 f. (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. A hidrelétrica de Campos Novos: Camponeses, migração compulsória e atuação do setor elétrico. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens, **Hidrelétricas e populações locais.** Florianópolis: Cidade Futura: Ed. Da UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001. 200p.
- BLOEMER, N. M. S.; REIS, M. J. Monitoramento do processo de reassentamento de populações a serem deslocadas. In: REIS, M. J; HELM, C. M. (Coords.). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais.** Curitiba. Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1993. (Relatório de Pesquisa).
- BOAMAR, P. F. de A. **A Bacia do Rio Uruguai e o Setor Elétrico Brasileiro: as obras, os conflitos e as estratégias.** Florianópolis: Ed. Do Autor, 2002. 528 p.
- BORNHOLDT, Luciano C. **Família Rural e Reprodução Social: estudo de caso da UHE Quebra Queixo.** 2003. 84 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável.** Curitiba: Ed. Da UFPR, 1999. 326 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANALI, Gilberto Valente. A definição e a importância do Projeto Uruguai. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR, 1998.

CATULLO, Maria R. Antropología y Proyectos de Gran Escala: Los Estudios Sobre Represas Hidroeléctricas en Brasil. In: **Anuário Antropológico/90**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. P. 205-229.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução N° 001/86**, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 1986, Brasília, DF, 1986.

DALLA BENETTA, C. J. Itaipu: um megaprojeto. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

DAOU, A. M. ‘Os ‘desabrigados’ da barragem: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho. In MAGALHÃES, S. *et al.* (Org.) **Energia na Amazônia**. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação da Univ. Amazônicas, 1996

DRUMOND, José. Ostras e Pastas de Papel: Meio Ambiente e a Mão Invisível do Mercado. In: **Antropolítica** – Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. N.º 1, 1995. P. 74– 102.

ELETROSUL/CNEC. **Bacia hidrográfica do rio Uruguai**: estudo de inventário hidroenergético. Relatório Geral. 1979.

FERREIRA, C. K. L. Privatização do setor elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K.A. (org.). **Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade Pública**. BNDS. 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GERMANI, G.I. ‘Os expropriados de Itaipú: o conflito versus colonos’. **Cadernos do PROPUR**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande, 1982.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, J.C.; FELICIDADE, N.; MARTINS, R.C.; LEME, A.A. Análise de Comportamento do Mercado de Terras Rural Provocadas pela Implantação de Megaprojetos Hídricos. In: FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. (orgs.). **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. São Carlos: Ed. RiMa, 2001.

HELM, Cecília Maria Vieira. A inserção regional. In: REIS, M. J; HELM, C. M. (Coords.). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba. Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1993. (Relatório de Pesquisa).

IBGE. **Censo agropecuário 1995/1996** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. **Censo demográfico 2000** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Produção Pecuária Municipal** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2001

LEME, Alessandro André. A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro Privatização e Crise em Perspectiva. In: FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. (orgs.). **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. São Carlos: Ed. RiMa, 2001.

MALFERRARI, Carlos Afonso. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Comissão Mundial de Barragens. 16 de nov. de 2.000

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela usina hidrelétrica de Tucuruí. In MAGALHÃES, S. *et al.* (orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Associação de Universidades Amazônicas. 1996.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova** . n. 23, março 1991. pp. 7-37.

MEDEIROS, R. M. V. A relevância dos aspectos sociais nos estudos de impactos. In: VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M.V. **RIMA, Relatório de Impacto Ambiental: legislação, elaboração e resultados**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995 (3ª ed. Ampl.).

MIELNIK, O.; NEVES, C. C. Características da estrutura de produção de energia hidroelétrica no Brasil. In: ROSA, L.P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (coords.). In: **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo, Editora Marco/Zero/CNPQ. 1988.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 2000 (7ª ed.). 269p.

MINAYO, Maria C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1999. 80p.

MINAYO, Maria C. de S. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia Classica. P.89-111. In: GUARECHI, Sandra; JOVCHELOVITCH (orgs.). **Textos e representações sociais**. 4 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1998.

MORAES, Maria Stela Marcondes de. Reassentamento de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai. In: MEDEIROS, Leonilde. *et al.* (orgs.), **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994. 329p.

NACKE, Aneliese. Deslocamentos populacionais compulsórios – experiência nacional e internacional. In: REIS, M. J; HELM, C. M. (Coords.). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba. Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1993. (Relatório de Pesquisa).

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998. 172p.

PEIXER, Z. I. **Utopias de Progresso – Ações e Dilemas na Sociedade de Itá frente a uma Hidroelétrica**. Florianópolis, UFSC, (Dissertação de Mestrado), 1993.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa, Gradiva Publicações Ltda. 1992.

REIS, Maria José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá**. 1998. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. A energia elétrica na Região Sul no contexto da privatização. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

REIS, Maria José. Estado, hidrelétricas e sociedade: implicações político-ideológicas. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Campinas, jul./ago. 1991.

REIS, Maria José. O conhecimento da realidade sociocultural das populações locais – considerações metodológicas. In: REIS, M. J; HELM, C. M. (Coords.). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba. Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1993. (Relatório de Pesquisa).

REIS, Maria José. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens, **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. Da UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001. 200p.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às Avestas**. Chapecó: Grifos, 2000. 440 p.

ROSA, Luiz Pinguelli. Hidrelétricas e meio ambiente na Amazônia – Análise crítica do Plano 2010. In: **Revista Brasileira de Energia**. Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 1, 1988.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In: NAVARRO, Zader. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

SANTOS, Sílvio Coelho dos, e HENRIQUES, Karyn N. R. Hidrelétricas e o Processo de Privatização no Cenário Brasileiro. In BAZALOTE, A. O.; CATULLO, M. R.; RAOVICH, J.C. **Antropología y Grandes Proyectos en el Mercour**. Argentina: Ed. Minerva, 2001. 212 p.

SANTOS, Sílvio Coelho dos, e NACKE, Aneliese. A implantação da UHE Machadinho num Cenário Privatizado: Um Caso Para Reflexão. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens. (coords.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. Da UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001. p. 71-92

SCHERER-WARREN, I.; BLOEMER, N. M. A construção de Uhs e o processo participatório. In: REIS, M. J; HELM, C. M. (Coords.). **Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais**. Curitiba. Instituto Ambiental do Paraná/GTZ, 1993. (Relatório de Pesquisa).

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica: um estudo de caso. In: **Anuário Antropológico/ 91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SIGAUD, L. “Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório”. In: MAGALHÃES, S. *et al.* (Org.) **Energia na Amazônia**. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação da Univ. Amazônicas, 1996

SIGAUD, Lígia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, Leinad Ayer O .; ANDRADE, Lúcia M. M. de. **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pro-Índio de São Paulo, 1988.

SIGAUD, Lígia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 7, n. 18, p. 18-29, 1992.

SILVA, Avanildo Duque da. **O Reassentamento Rural de Itaparica**: conflitos e transformações no espaço agrário do Submédio São Francisco – Bahia/Pernambuco. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVESTRO, Milton Luiz et alli. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120p.

TESTA, Vilson Marcos et alii. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão).** Florianópolis: Epagri, 1996.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 1990.

VAINER C. B.; ARAÚJO, F. G. B. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico das populações atingidas. **Revista Travessia.** N.º 6, jan-abr. 1990.

VIANNA, Aurélio. A implantação de hidrelétricas e o Rima. **Revista Tempo e Presença,** Cedi, São Paulo, n. 243, jun. 1989.

WALDMAN, Maurício. **Atingidos por Barragens: uma saga popular e ecológica.** In: Ecologia e lutas sociais no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.) **Agricultura familiar: realidade e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999 (p. 21-55).

WOORTMANN, Klaas. ‘Com Parente não se Neguceia’: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87.** Brasília: Ed. UNB, Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

Documentos

ATA da Audiência Pública Realizada pela FATMA. Ipuacu – SC, 24 de março de 1999.

ATA N° 03/98 da Associação dos Atingidos pela Barragem do Quebra Queixo nos Municípios de São Domingos e Ipuacu – Estado de Santa Catarina. Ipuacu, 21 de maio de 1998.

ATA N° 09/99 da Associação dos Atingidos pela Barragem do Quebra Queixo nos Municípios de São Domingos e Ipuacu – Estado de Santa Catarina. Ipuacu, 23 de fevereiro de 1999.

DESENVIX. **Projeto Básico Ambiental - Usina hidrelétrica Quebra-Queixo.** Santa Catarina, 1999.

ENGEVIX. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo.** Diagnóstico ambiental da área de influência. 1997.

ETS/CEC. Fauna & Flora: Informativo de Educação Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Quebra Queixo. Ipuacu – SC. N.º 14. Outubro 2002.

ETS/CEC. Quebra-Queixo Boas Novas: Informativo da Usina Hidrelétrica Quebra Queixo. Ipuacu – SC. Abril 2001., p. 4.

ETS. Monitoramento da População Atingida: UHE Quebra Queixo. Novembro/2000

ETS. Proposta de políticas e ações de remanejamento da população atingida pelo empreendimento – UHE Quebra-Queixo. Janeiro 2000.

ETS. Programa 6.12 – Monitoramento da População Atingida: AHE Quebra Queixo – Relatório de Monitoramento da População Atingida. Junho/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU. Ofício n° 026/99. Ipuacu, de 22 de fevereiro de 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU. Reivindicações do Município de Ipuacu. Constatações feitas com base nos efeitos adversos causados pela construção da Hidrelétrica Quebra Queixo. Dezembro de 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Reivindicações do Município de São Domingos. Constatações feitas com base nos efeitos adversos causados pela construção da Hidrelétrica Quebra Queixo. Dezembro de 2002.

ANEXOS

Anexo I

Roteiro da entrevista semi-estruturada

O primeiro contato com a barragem

- Quando teve notícias da instalação da UHE Quebra-queixo?
- Através de quem?
- O que vocês pensaram a respeito do que fazer?
- O que fizeram?
- Como discutiram?
- Com quem discutiram?
- Alguém veio aqui em sua casa dar a notícia oficial?
- Quem?
- Você forneceu alguns dados?
- Alguém veio procurá-los para discutir o assunto?
- Foi tratado individual ou em conjunto?
- Houve a possibilidade de mobilização?
- Vocês tiveram conhecimento ou visitaram outros empreendimentos?

A associação

- Você faz parte da associação?
- Como ela surgiu?
- Você participava das reuniões?
- Quem participava?
- Como eram as reuniões?
- O que era discutido?
- Houve apoio de algum grupo externo? Sim, não, porque, qual?

A vida na Comunidade

- Como era a vizinhança?
- Vocês tinham parentes, onde estão agora?
- Como era a vida na comunidade?
- O que tinha – igreja, escola, cemitério, área de lazer, etc.
- Como era a vida social - festas anuais, etc.
- Vocês tem noção do que está acontecendo?
- Havia solidariedade, troca de dias, com quem?
- Vocês sabem até onde vai o nível da água?
- O que mudou na comunidade com a barragem?

A negociação

- Como você negociou?
- Como foi o seu relacionamento com a empresa?
- O senhor ficou satisfeito?
- Onde foi a negociação?
- A negociação foi individual ou em grupo?

A escolha da nova propriedade

- Como tomaram a decisão pela modalidade de remanejamento?
- Houve consenso da família?
- Quem ajudou vocês a escolherem esta propriedade?
- Alguém fez avaliação?
- Quem?
- Já acostumaram aqui
- Quais são as principais dificuldades encontradas
- Estão tendo acompanhamento? De quem?

- Quais as sugestões que você daria para agricultores que por ventura enfrentarem a mesma situação que vocês em decorrência da implantação de um empreendimento desta natureza.

- Na sua concepção foi bom ou ruim a vinda deste empreendimento?
- Vocês viram vantagem?
- O senhor tem alguma coisa a mais que gostaria de dizer?

Anexo II

Questionário aplicado

N.º _____ Data: ____/____/____

Nome: _____

Religião: _____

Grau de Instrução: _____ Idade: _____

Aposentado: () sim () não

Nome do cônjuge: _____

Religião: _____

Grau de Instrução: _____ Idade: _____

Aposentado: () sim () não

Vínculo com a terra antes da barragem:

() Proprietário; () assalariado; () parceiro rural; () agregado; () arrendatário

() Outro _____

Modalidade que optou para transferência: _____

Localização da propriedade anterior:

Município: () Ipuacu () São Domingos

Localidade: _____

Fazia divisa com o rio: () sim () não

Distância do Núcleo Urbano: _____ no núcleo comunitário _____

Transporte utilizado (incluindo escolar): _____

Localização da propriedade atual:

Município: _____

Localidade: _____

Distância da propriedade anterior: _____

Distância do Núcleo Urbano: _____ no núcleo comunitário _____

Transporte utilizado: _____

Tempo de inserção na atividade agrícola: _____ anos

Origem: _____

Ha quanto tempo morava na propriedade anterior: _____

Ha quanto tempo mora na atual propriedade: _____

Forma de aquisição da antiga propriedade: _____

Número de pessoas que moram na propriedade:

() antes da barragem () agora

Número de famílias:

() antes da barragem () agora

Nome	Sexo	Idade	Grau de instrução	Grau de parentesco	Atividades	
					Dentro da propriedade	Fora da propriedade

Caracterização do estabelecimento anterior:

Área total: _____ Área atingida: _____

Horticultura: _____ ha Fruticultura: _____ ha Pastagem: _____ ha

Mata: _____ ha Criação: _____ ha

Outras: _____ Quais? _____

Possuía integração: () sim () não

Com quem? _____

Era sócio de alguma cooperativa: () sim () não

Qual? _____

Obteve crédito agrícola nos últimos anos: () sim () não

Se sim, de quem? _____

Recebia assistência técnica: () sim () não

De quem? _____

Qual a fonte de água usada na propriedade? _____

Como a água chegava nas instalações? _____

Sistema de cultivo:

Mão-de-obra (%): () familiar () contratada

Se tiver contratada: () temporária () permanente

Que tipo de mão de obra contratada e quantidade: _____

Descrição da propriedade (solo, relevo, área mecanizada e não mecanizada, etc):

Histórico da área (da aquisição até a transferência):

Preparo do solo (equipamentos usados e se são próprios ou de terceiros);

Efetua adubação: () sim () não () química () orgânica

Se orgânica quais? _____

Usa agrotóxicos: () sim () não

Quais? _____

Como era feito o descarte das embalagens?

Incidência de geadas: () sim () não

Benfeitorias:

Tipo	Material	Área	Idade	Finalidade

Produção e comercialização:

Culturas e/ou criação	área	Produção	Consumo familiar	Quantidade comercialização	Local de comercialização	Safra ou safrinha

Caracterização do estabelecimento atual:

Área total: _____ ha

Horticultura: _____ ha Fruticultura: _____ ha Pastagem: _____ ha

Mata: _____ ha Criação: _____ ha

Outras: _____ Quais? _____

Possuí integração: () sim () não

Com quem? _____

É sócio de alguma cooperativa: () sim () não

Qual? _____

Obteve crédito agrícola: () sim () não

Se sim, de quem? _____

Recebe assistência técnica: () sim () não

De quem? _____

Qual a fonte de água usada na propriedade? _____

Como a água chega nas instalações? _____

Sistema de cultivo:

Mão-de-obra (%): () familiar () contratada

Se tiver contratada: () temporária () permanente

Que tipo de mão de obra contratada e quantidade: _____

Descrição da propriedade (solo, relevo, área mecanizada e não mecanizada, etc):

Histórico da área:

Preparo do solo (equipamentos usados e se são próprios ou de terceiros);

Efetua adubação: () sim () não () química () orgânica

Se orgânica quais? _____

Usa agrotóxicos: () sim () não

Quais?

Como é feito o descarte das embalagens?

Incidência de geadas: () sim () não

Benefitorias:

Tipo	Material	Área	Idade	Finalidade

Produção e comercialização:

Culturas e/ou criação	área	Produção	Consumo familiar	Quantidade comercialização	Local de comercialização	Safra ou safrinha

Anexo III

Tabela 11: Força de trabalho por faixa etária

Faixa	Faixa etária	Sexo	F.T.
01	05 a 10	Ambos	0,25
02	11 a 15	Ambos	0,60
03	16 a 60	Homem	1,00
		Mulher	1,00
04	Mais de 60	Homem	0,50
		Mulher	0,25

Fonte: ETS (2000).

Anexo IV

Tabela 12: Determinação do tamanho do lote para reassentamento coletivo:

FT/área útil Do lote Itens (ha)	Classe de aptidão agrícola	2 FT área (ha)	3 FT área (ha)	4 FT área (ha)	5 FT área (ha)	6 FT área (ha)	7 FT área (ha)	8 FT área (ha)	9 FT área (ha)
Instalação e acesso interno	3	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Lavoura de subsistência e Comercial	3	10,0	16,0	18,2	22,0	25,8	29,6	33,4	37,2
Pastagem	4 e 5	3,0	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0	8,0	9,0
Reserva Florestal e Preservação Ecológica	6	3,5	3,5	5,8	7,0	8,2	9,4	10,6	11,8
Área total do Lote	ha	17,0	23,0	29,0	35,0	41,0	47,0	53,0	59,0

Fonte: ETS (2000).

Tabela 13: Classes de aptidão agrícola

Classe de Aptidão		Sistema de Manejo			Tipo de utilização indicada
N.º	Qualidade	A	B	C	
01	Boa	1 A	1 B	1 C	Lavoura
02	Regular	2 a	2 b	2 c	
03	Restrita	3 (a)	3 (b)	3 (c)	
04	Boa		4 P		Pastagem Plantada
	Regular		4 p		
	Restrita		4 (p)		
O5	Boa	5 N	5 S		Silvicultura e/ou Pastagem Natural
	Regular	5 n	5 s		
	Restrita	5 (n)	5 (s)		
02 Sem aptidão agrícola					Preservação da Fauna e da Flora

Fonte: ETS (2000)

Legenda:

Números: Classes de aptidão

Letras: Sistemas de manejo

Letras Maiúscula: Boa aptidão para aquela classe de solo, naquele manejo

Letras Minúsculas: Aptidão regular

Letras Minúsculas entre Parênteses: Aptidão restrita

Sistema de Manejo

A – Práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico, podendo, no entanto, ser mais elevado em algumas áreas;

B – Práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico razoável;

C – Práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico;

P – Pastagem;

N – Pastagem natural;

S - Silvicultura

Grupos de Classes de Aptidão

Classe 1 – Aptidão boa para cultura do ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos sistemas de manejo A, B e C (1A, 1B e 1C);

Classe 2 – Aptidão regular para cultura do ciclo curto e/ou longo em pelo menos um dos sistemas de manejo A, B e C, podendo ser nas demais restrito ou sem aptidão;

Classe 3 – Aptidão restrita para cultura do ciclo curto e/ou longo, em pelo menos um dos sistemas de manejo A, B e C, podendo ser inapto nos demais;

Classe 4 – Aptidão boa, regular e restrita, para pastagem plantada, que está sendo considerada como um tipo de utilização no sistema de manejo B;

Classe 5 – Aptidão boa, regular, restrita ou sem aptidão para silvicultura e/ou pastagem natural, que estão sendo considerados como tipos de utilização nos sistemas de manejo B e A, respectivamente;

Classe 6 – Sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, indicados para preservação da flora e fauna ou recreação.

Anexo V

Tabela 14: Cálculo do valor da prestação paga pelos beneficiários:

Força de Trabalho	Prestação em sacas de milho
0,0 à 1,9	Não há pagamento
2,0 à 2,9	50
3,0 à 3,9	60
4,0 à 4,9	60
5,0 à 5,9	80
6,0 ou mais	99

Fonte: ETS (2000).